

COLLECCÃO DAS LEIS

DO

IMPERIO DO BRASIL

DE

1870.

TOMO XXX. PARTE I.



RIO DE JANEIRO.
TYPOGRAPHIA NACIONAL.

1870.

INDICE

DOS

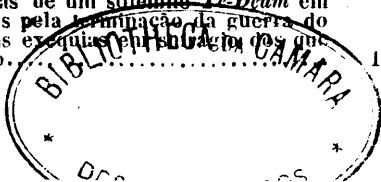
ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

DE

1870

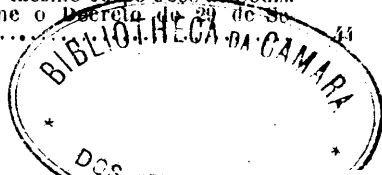
PARTE I.

| | PAGS. |
|--|-------|
| N. 1761. — Decreto de 20 de Junho de 1870. — Approva as pensões concedidas ao Tenente do 3.º batalhão de infantaria Augusto Zeydler e a D. Maria Joaquina Corte-Real de Lima..... | 1 |
| N. 1762. — Decreto de 20 de Junho de 1870. — Approva as pensões concedidas ao soldado do 23.º corpo de Voluntários da Pátria José Luiz dos Santos, e a outros..... | 2 |
| N. 1763. — Decreto de 20 de Junho de 1870. — Approva a pensão concedida ao patrão dos escaleres do Arsenal de Marinha da Provincia da Bahia Tiburcio Valeriano..... | 4 |
| N. 1764. — Lei de 28 de Junho de 1870. — Fixa a despeza e orça a receita geral do Imperio para o exercicio de 1870—1871, e dá outras providencias.. | 5 |
| N. 1765. — Lei de 28 de Junho de 1870. — Fixa as forças de terra para o anno financeiro de 1870—71... | 17 |
| N. 1766. — Lei de 8 de Julho de 1870. — Abre ao Governo um credito extraordinario de 200:000\$000 para as despesas de um solenne Te-Deum em acção de graças pela terminação da guerra do Paraguay, e das exequias fúnebres dos que nella fallecerão..... | 18 |



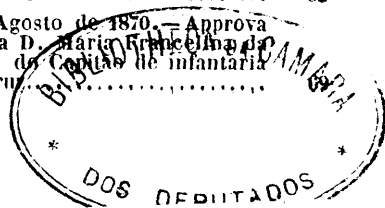
| | Pass. |
|---|-------|
| N. 1767. — Decreto de 9 de Julho de 1870. — Autoriza o Governo para conceder garantia de juro de 5 % ao capital adicional da companhia da estrada de ferro de Pernambuco..... | 20 |
| N. 1768. — Decreto de 9 de Julho de 1870. — Autoriza o Governo a impôr multas até 200\$000, e outras penas aos infractores do regulamento para o serviço telegraphico | 21 |
| N. 1769. — Decreto de 13 de Julho de 1870. — Autoriza o Governo para jubilar o Lente da Faculdade de Direito do Recife, Conselheiro Dr. Pedro Autran da Matta e Albuquerque, com todos os seus vencimentos..... | 22 |
| N. 1770. — Decreto de 13 de Julho de 1870. — Autoriza o Governo para conceder ao Conselheiro José Maria de Avellar Brotero aposentadoria no lugar de Secretario da Faculdade de Direito da cidade de S. Paulo, sem prejuizo da jubilação a que tem direito como Lente da mesma Faculdade | 23 |
| N. 1771. — Decreto de 16 de Julho de 1870. — Approva as pensões concedidas a D. Eugénia Umbelina de Castro Pires, e a outras..... | 24 |
| N. 1772. — Decreto de 16 de Julho de 1870. — Approva as pensões concedidas ao soldado do 34.º corpo de Voluntarios da Patria Eufrazio Alves Pereira da Motta, e a outros | 25 |
| N. 1773. — Decreto de 16 de Julho de 1870. — Approva as pensões concedidas a Manoel Antonio de Paula Rachel, soldado do 9.º corpo de cavallaria da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, e a outros | 26 |
| N. 1774. — Decreto de 16 de Julho de 1870. — Approva as pensões concedidas a José Francisco Monteiro, e a outros | 27 |
| N. 1775. — Decreto de 22 de Julho de 1870. — Autoriza o pagamento da pensão do monte-pio militar a que tem direito D. Candida Ludovina de Araujo Carneiro..... | 28 |
| N. 1776. — Decreto de 26 de Julho de 1870. — Autoriza o Governo para despende desde já a quantia de 4:000\$000, com a subscrição até 1.000 exemplares, da obra a que se refere a Lei n.º 1340 de 24 de Agosto de 1866, mandando distribuil-os pelas Repartições Publicas, o que fará annualmente até a conclusão da mesma obra..... | 29 |
| N. 1777. — Decreto de 28 de Julho de 1870. — Approva as pensões concedidas a Maria Catharina Lopes Malheiros, e a outros..... | 30 |
| N. 1778. — Decreto de 28 de Julho de 1870. — Approva as pensões concedidas a D. Maria Januaria de Medeiros Fernandes, viua do Capitão Antonio José Fernandes, e a outros..... | 31 |

| | |
|---|----|
| N. 1779. — Decreto de 28 de Julho de 1870. — Approva as pensões concedidas a D. Emilia Cedalia Ferreira Bueno, e a outras..... | 33 |
| N. 1780. — Decreto de 28 de Julho de 1870. — Approva as pensões concedidas ao Tenente do 34.º corpo de Voluntarios da Patria Laurindo Pinheiro da Silva, e a outros..... | 34 |
| N. 1781. — Decreto de 28 de Julho de 1870. — Approva as pensões concedidas ao soldado do 23.º corpo de Voluntarios da Patria Braz José do Nascimento, e a outros..... | 35 |
| N. 1782. — Decreto de 28 de Julho de 1870. — Approva as pensões concedidas ao soldado do 26.º corpo de Voluntarios da Patria André João Francisco de Lima, e a outros..... | 37 |
| N. 1783. — Decreto de 28 de Julho de 1870. — Approva as pensões concedidas ao soldado do 16.º corpo de Voluntarios da Patria Leandro Dias Duram, e a outros..... | 38 |
| N. 1784. — Decreto de 28 de Julho de 1870. — Approva as pensões concedidas a Archanja de S. Miguel Silva Serra, e a outra..... | 39 |
| N. 1785. — Decreto de 28 de Julho de 1870. — Approva as pensões concedidas ao soldado do 27.º corpo de Voluntarios da Patria Francisco Daniel Secundino, e a outros..... | 40 |
| N. 1786. — Decreto de 28 de Julho de 1870. — Declara que a pensão mensal de 84\$000, concedida por Decreto de 7 de Agosto de 1867, a D. Anna Serotina Gomes de Freitas, deve entender-se concedida a D Ignacia Serotina Freitas da Silveira, verdadeiro nome da agraciada..... | 41 |
| N. 1787. — Decreto de 28 de Julho de 1870. — Declara que a pensão de 600 réis diarios, concedida por Decreto de 16 de Junho de 1869, ao 1.º Sargento do 36.º corpo de Voluntarios da Patria José Avelino Martins Bezerra, deve entender-se, como concedida ao 2.º Cadete 1.º Sargento do mesmo corpo José Avelino Martins Bezerra... | 42 |
| N. 1788. — Decreto de 28 de Julho de 1870. — Declara que a pensão de 400 réis diarios, concedida por Decreto de 16 de Junho de 1869, ao soldado do 14.º batalhão de infantaria José de Senna Moraes, deve entender-se como concedida ao 2.º Cadete do mesmo batalhão José de Senna Moraes..... | 43 |
| N. 1789. — Decreto de 28 de Julho de 1870. — Declara que a pensão de 36\$000 mensaes, concedida por Decreto de 13 de Março de 1869, ao Alferes do 31.º corpo de Voluntarios da Patria João de Souza Menezes, deve entender-se como concedida ao Alferes do mesmo corpo José de Souza Menezes, conforme o Decreto de 29 de Setembro de 1869..... | 44 |



| | PÁGS. |
|--|-------|
| N. 1700. — Decreto de 28 de Julho de 1870. — Declara que a pensão de 500 réis diários, concedida por Decreto de 4 de Julho de 1868, ao Cabo de Esquadra do 34.º corpo de Voluntarios da Patria Trajano Manoel dos Santos, deve entender-se concedida ao Anspeçada do mesmo corpo Trajano José dos Santos..... | 43 |
| N. 1791. — Decreto de 28 de Julho de 1870. — Declara que a pensão de 400 réis diários, concedida por Decreto de 21 de Agosto de 1867, ao soldado do 13.º corpo de Voluntarios da Patria Manoel Zeferino da Silva, refere-se ao soldado do 19.º corpo de Voluntarios da Patria Manoel Zeferino da Silva..... | 46 |
| N. 1792. — Decreto de 28 de Julho de 1870. — Declara que a pensão de 500 réis diários, concedida pelo Decreto de 10 de Junho de 1868, ao Cabo de Esquadra do 42.º corpo de Voluntarios da Patria Supercino Francisco das Chagas, deve entender-se concedida ao Cabo de Esquadra do 42.º corpo de Voluntarios da Patria Lupercino Francisco das Chagas..... | 47 |
| N. 1793. — Decreto de 28 de Julho de 1870. — Declara que a pensão de 500 réis diários, a que foi elevada a de 400 réis, por Decreto de 27 de Maio de 1868, ao Anspeçada do 3.º batalhão de infantaria José Romão do Sacramento, deve ser considerada como concedida ao mesmo Anspeçada, sendo, porém, do 8.º corpo de Voluntarios da Patria..... | 48 |
| N. 1794. — Decreto de 28 de Julho de 1870. — Declara que a pensão de 600 réis diários, concedida por Decreto de 24 de Março de 1869, ao 2.º Sargento do 7.º batalhão de infantaria Dionisio Francisco Gomes, refere-se ao 2.º Sargento do 7.º batalhão de infantaria Domicio Francisco Gomes..... | 49 |
| N. 1795. — Decreto de 28 de Julho de 1870. — Declara que a pensão de 400 réis diários, concedida por Decreto de 7 de Outubro de 1868, ao soldado do 42.º batalhão de infantaria Marcolino José dos Santos, fica elevada a 500 réis também diários, em razão de ser Cabo do mesmo batalhão e não soldado..... | 50 |
| N. 1796. — Decreto de 28 de Julho de 1870. — Declara que a pensão de 400 réis diários, concedida por Decreto de 17 de Outubro de 1868, ao 1.º Cadete do 53.º corpo de Voluntarios da Patria Luiz Antonio de Almeida Nobre, deve entender-se como concedida ao 1.º Cadete do 53.º corpo de Voluntarios da Patria Luiz Anselmo de Almeida Nobre..... | 51 |
| N. 1797. — Decreto de 28 de Julho de 1870. — Autoriza o Governo para mandar passar carta de naturalisação a Manoel Teixeira Ferrinho, e outros. | 52 |

| | Págs. |
|---|-------|
| N. 1798. — Decreto de 30 de Julho de 1870. — Approva as pensões concedidas ao soldado do 23.º corpo de Voluntarios da Patria Manoel Antonio de Oliveira, e a outros..... | 54 |
| N. 1799. — Decreto de 6 de Agosto de 1870. — Concede ao Capitão de Mar e Guerra Jeronymo Francisco Gonçalves um anno de licença para tratar de sua saúde na Europa..... | 53 |
| N. 1800. — Decreto de 8 de Agosto de 1870. — Approva a pensão concedida ao Vigario collado da parochia de S. Sebastião do Allemão, da diocese de Goyaz, José Maria de Azevedo..... | 56 |
| N. 1801. — Decreto de 8 de Agosto de 1870. — Approva as pensões concedidas ao soldado do 24.º corpo de Voluntarios da Patria Manoel Julio Pereira de Menezes, e a outros..... | 57 |
| N. 1802. — Decreto de 8 de Agosto de 1870. — Approva as pensões concedidas ao soldado do 24.º corpo de Voluntarios da Patria Hypolito José da Silva, e a outros..... | 39 |
| N. 1803. — Decreto de 8 de Agosto de 1870. — Iguala os vencimentos dos empregados do Tribunal do Commercio do Maranhão aos dos empregados do da Bahia..... | 60 |
| N. 1804. — Decreto de 8 de Agosto de 1870. — Iguala os vencimentos dos empregados do Tribunal do Commercio de Pernambuco aos dos empregados do da Bahia..... | 61 |
| N. 1805. — Lei de 12 de Agosto de 1870. — Fixa a força naval para o anno financeiro de 1871—1872.... | 62 |
| N. 1806. — Decreto de 16 de Agosto de 1870. — Approva as pensões concedidas a D. Umbelina Adelaide da Silva, e a outros..... | 63 |
| N. 1807. — Decreto de 20 de Agosto de 1870. — Approva as pensões concedidas ao soldado do 39.º corpo de Voluntarios da Patria João Quirino Nunes, e a outros..... | 64 |
| N. 1808. — Decreto de 20 de Agosto de 1870. — Autoriza o Governo a subvencionar a navegação a vapor no rio Araguaya e a tomar outras providencias em beneficio da mesma navegação..... | 66 |
| N. 1809. — Decreto de 20 de Agosto de 1870. — Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno José Maria Leitão da Cunha..... | 67 |
| N. 1810. — Decreto de 30 de Agosto de 1870. — Approva as pensões concedidas a D. Marcolina Thereza Dourado Nery, e a outros..... | 68 |
| N. 1811. — Decreto de 30 de Agosto de 1870. — Approva a pensão concedida a D. Maria Francisca da Silveira Cruz, viuva de Capitão de infantaria Francisco Ribeiro Cruz..... | 69 |



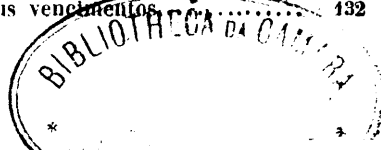
| | |
|--|----|
| N. 1812. — Decreto de 30 de Agosto de 1870. — Approva as pensões concedidas ao Alferes do 10.º corpo de cavallaria da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul Manoel Jose dos Santos, e a outros.... | 70 |
| N. 1813. — Decreto de 30 de Agosto de 1870. — Approva as pensões concedidas a João Angelo do Amaral, e a outros..... | 71 |
| N. 1814. — Decreto de 30 de Agosto de 1870. — Declara que a pensão concedida a D. Josephina Emilia de Carvalho Guedes, deve entender-se conferida metade repartidamente a seus quatro filhos Luiz, Carmelita, Virgilia e Maria..... | 73 |
| N. 1815. — Decreto de 30 de Agosto de 1870. — Autoriza o Governo para mandar admitir a matricula em diversas Faculdades a Antonio Eduardo de Berredo e outros..... | 74 |
| N. 1816. — Decreto de 30 de Agosto de 1870. — Autoriza o Governo a mandar admitir a exame do 3.º anno da Escola de Marinha o alumno Leopoldo Bandeira de Gouvêa..... | 75 |
| N. 1817. — Decreto de 3 de Setembro de 1870. — Manda fabricar moedas de troco de um metal composto de níkel e cobre..... | 76 |
| N. 1818. — Lei de 6 de Setembro de 1870. — Abre ao Ministerio do Imperio um credito supplementar para despesas da verba — Soccorros publicos e melhoramento do estado sanitario — do exercicio de 1869—1870..... | 77 |
| N. 1819. — Decreto de 6 de Setembro de 1870. — Autoriza o Governo para mandar fazer exame do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife ao alumno Lourenço de Sá e Albuquerque depois de ser, em tempo competente, examinado e approved no preparatorio que lhe falta..... | 78 |
| N. 1820. — Decreto de 6 de Setembro de 1870. — Autoriza o Governo para mandar submeter a exame de pharmacia pratica o Tenente pharmaceutico do exercito Pedro José da Costa, e quando nelle approved, conceder-lhe licença para abrir casa de pharmacia nesta Corte..... | 79 |
| N. 1821. — Decreto de 9 de Setembro de 1870. — Approva a pensão concedida as filhas legitimas do Senador do Imperio Conselheiro Francisco José Furtado..... | 80 |
| N. 1822. — Decreto de 9 de Setembro de 1870. — Approva as pensões concedidas á viuva e filhas do Brigadeiro Antonio da Silva Paranhos..... | 81 |
| N. 1823. — Decreto de 9 de Setembro de 1870. — Approva as pensões concedidas a D. Angelica Sabina Braga do Nascimento, e a outros..... | 82 |
| N. 1824. — Decreto de 9 de Setembro de 1870. — Approva as pensões concedidas a Joaquim Francisco Ribeiro, e a outros..... | 83 |

| | PAGS. |
|--|-------|
| N. 1825. — Decreto de 9 de Setembro de 1870.—Approva as pensões concedidas ao soldado do 9.º batalhão de infantaria Rogerio Francisco de Oliveira, e a outros..... | 84 |
| N. 1826. — Decreto de 9 de Setembro de 1870.—Approva as pensões concedidas ao soldado Meneris de Campos Souza, e a outros..... | 85 |
| N. 1827. — Decreto de 9 de Setembro de 1870. — Eleva a pensão concedida por Decreto de 24 de Novembro de 1869 a Porfírio José Fernandes..... | 87 |
| N. 1828. — Decreto de 9 de Setembro de 1870. — Eleva a pensão concedida ao soldado do 8.º batalhão de infantaria, cujo verdadeiro nome é Francisco Alexandre Coimbra de Macedo..... | 88 |
| N. 1829. — Lei de 9 de Setembro de 1870. — Sanciona o Decreto da Assembléa Geral que manda proceder ao recenseamento da população do Imperio..... | 89 |
| N. 1830. — Decreto de 9 de Setembro de 1870.—Autoriza o Governo a conceder isenção de direitos de importação aos materiaes necessarios para a construção de uma ponte de ferro sobre o rio Parahyba do Sul em frente á cidade de Campos, na Província do Rio de Janeiro..... | 91 |
| N. 1831. — Decreto de 9 de Setembro de 1870.—Autoriza o Governo a conceder isenção de direitos de consumo á companhia fluvial do Alto Amazonas. | 92 |
| N. 1832. — Lei de 9 de Setembro de 1870.—Autoriza o Governo a despende até a quantia de mil contos de réis com o abastecimento d'agua á capital do Imperio, e a desappropriar os terrenos e predios indispensaveis á aquisição, conservação e distribuição dos mananciaes..... | 93 |
| N. 1833. — Decreto de 15 de Setembro de 1870. — Concede isenção de direitos de importação aos materiaes necessarios para a obra de encanamento d'agua potavel na cidade de Olinda..... | 94 |
| N. 1834. — Decreto de 21 de Setembro de 1870. — Autoriza o Governo a conceder ao Bacharel Candido Mendes de Almeida a quantia de 20:600\$, como premio pela publicação do — Atlas do Imperio do Brasil..... | 95 |
| N. 1835. — Decreto de 24 de Setembro de 1870. — Autoriza o Governo para mandar admitir a João Pires Farinha Filho e outros a exame na Faculdade de Medicina da Corte..... | 96 |
| N. 1836. — Lei de 27 de Setembro de 1870.—Fixa a despesa e orca a receita geral do Imperio para o exercicio de 1871—1872, e dá outras providencias..... | 97 |
| N. 1837. — Lei de 27 de Setembro de 1870.—Autoriza o Governo a despende a quantia de 450:000\$ para fazer cunhar e pôr em circulação cem mil kilogrammos de moeda de níquel..... | 100 |

| | PAGS. |
|---|-------|
| N. 1838. — Decreto de 27 de Setembro de 1870. — Concede mais 20 loterias para continuação das obras do Hospício de Pedro II e para manutenção dos alienados | 111 |
| N. 1839. — Decreto de 27 de Setembro de 1870. — Autoriza o Governo para conceder isenção de direitos a certos objectos que forem importados para o assentamento de trilhos urbanos na cidade de Santos..... | 112 |
| N. 1840. — Decreto de 29 de Setembro de 1870. — Approva as pensões concedidas ao soldado Pedro José Archangelo, do 44.º corpo de voluntarios da patria, e a outros..... | 113 |
| N. 1841. — Decreto de 29 de Setembro de 1870. — Eleva a quatro contos e quinhentos mil réis os vencimentos do Secretario do Supremo Tribunal de Justiça | 114 |
| N. 1842. — Decreto de 4 de Outubro de 1870. — Autoriza o Governo para mandar admitir á matricula e a exame na Faculdade de Medicina da Corte, e na de Direito do Recife, Felipe Bazilio Cardoso Pires e outros..... | 115 |
| N. 1843. — Lei de 6 de Outubro de 1870. — Fixa as forças de terra para o anno financeiro de 1871 a 1872..... | 117 |
| N. 1844. — Decreto de 6 de Outubro de 1870. — Autoriza o Governo a conceder á associação da desobstrucção da fôz do rio S. Gonçalo, estabelecida na cidade de Pelotas, Provincia do Rio Grande do Sul, isenção de direitos para todo o material que importar..... | 118 |
| N. 1845. — Decreto de 6 de Outubro de 1870. — Autoriza o Governo a conceder á companhia — Ituana — organizada na Provincia de S. Paulo, os mesmos favores concedidos á companhia ingleza da estrada de ferro de Santos a Jundiahy, excepto a garantia de juros..... | 119 |
| N. 1846. — Decreto de 6 de Outubro de 1870. — Autoriza o Governo para conceder isenção de direitos de importação a todo o material e combustivel da empresa de trilhos urbanos da cidade do Recife para a de Olinda, na Provincia de Pernambuco | 120 |
| N. 1847. — Decreto de 6 de Outubro de 1870. — Autoriza o Governo para conceder isenção de direitos de importação aos carris, carros e accessorios dos mesmos que forem necessarios, para o estabelecimento do systema de carris de ferro de que é empresario José Henrique Trindade.. | 121 |
| N. 1848. — Decreto de 6 de Outubro de 1870. — Remitte a D. Adelaide Fontes Rangel de Antas, viuva do Capitão do estado-maior de artilharia Antonio João Rangel de Vasconcellos Antas, a quantia de 834\$441, que este devia á Fazenda Nacional..... | 122 |

Pagos.

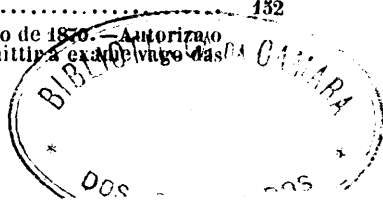
| | |
|--|-----|
| N. 1849. — Decreto de 7 de Outubro de 1870.—Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade do Rio de Janeiro o alumno Carlos Dias Delgado de Carvalho..... | 123 |
| N. 1830. — Decreto de 7 de Outubro de 1870.—Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade do Rio de Janeiro o alumno Joaquim Rodrigues Pereira Milagres..... | 124 |
| N. 1831. — Decreto de 7 de Outubro de 1870.—Autoriza o Governo para mandar admittir a exame na Faculdade de Direito do Recife o alumno Francisco Frederico da Rocha Vieira..... | 125 |
| N. 1832. — Decreto de 7 de Outubro de 1870.—Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno do curso medico da Côte o alumno Henrique de Almeida Regadas Filho..... | 125 |
| N. 1833. — Decreto de 7 de Outubro de 1870.—Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno do Curso Juridico de S. Paulo o alumno Caetano Luiz Machado de Magalhães.. | 126 |
| N. 1834. — Decreto de 7 de Outubro de 1870.—Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade da Côte o alumno Antonio Saturnino Gomes de Freitas.. | 127 |
| N. 1835. — Decreto de 7 de Outubro de 1870.—Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno da Faculdade de Medicina da Côte o alumno do curso pharmaceutico João Chrysostomo Drummond Franklin..... | 128 |
| N. 1836. — Decreto de 7 de Outubro de 1870.—Autoriza o Governo para mandar admittir a exame do 1.º anno da Faculdade de Medicina da Côte o alumno Matheus Chaves de Magalhães..... | 129 |
| N. 1837. — Decreto de 7 de Outubro de 1870.—Autoriza o Governo para mandar matricular no 3.º anno pharmaceutico da Faculdade de Medicina da Côte o alumno Carlos Pereira Rego..... | 129 |
| N. 1838. — Decreto de 7 de Outubro de 1870.—Autoriza o Governo para mandar admittir a exame do 1.º anno da Faculdade de Medicina da Côte o alumno Constantino Machado Coelho:..... | 130 |
| N. 1839. — Decreto de 7 de Outubro de 1870.—Autoriza o Governo para mandar considerar válidos em qualquer das Faculdades de Medicina os exames feitos na Faculdade de Direito do Recife pelo alumno Antonio Joaquim Borges de Barros.... | 131 |
| N. 1860. — Decreto de 7 de Outubro de 1870.—Autoriza o Governo para conceder ao lente da Faculdade de Direito do Recife, Conselheiro Lourenço Trigo de Loureiro, um anno de licença com todos os seus vencimentos..... | 132 |



| | |
|---|-----|
| N. 1861. — Decreto de 7 de Outubro de 1870.—Autoriza o Governo para jubilar o lente cathedratico da Faculdade de Direito de S. Paulo Conselheiro Manoel Dias de Toledo..... | 133 |
| N. 1862. — Decreto de 7 de Outubro de 1870.—Autoriza o Governo para conceder ao lente da Faculdade de Direito do Recife, Dr. José Antonio de Figueiredo, seis mezes de licença com os respectivos vencimentos..... | 133 |
| N. 1863. — Decreto de 7 de Outubro de 1870.—Autoriza o Governo para mandar admittir a exame em qualquer das Faculdades de Medicina o alumno Frederico José Paranhos de Moraes..... | 134 |
| N. 1864. — Decreto de 12 de Outubro de 1870.—Autoriza o Governo a conceder a quem melhores condições offerecer, permissão para a construcção de uma estrada, que, partindo do melhor ponto maritimo da Provincia de Santa Catharina vá ter á cidade de Porto Alegre, capital da de S. Pedro do Rio Grande do Sul..... | 135 |
| N. 1865. — Decreto de 13 de Outubro de 1870.—Autoriza a Casa de Caridade denominada de Santa Thereza, estabelecida na cidade do Serro, na Provincia de Minas Geraes, a adquirir bens de qualquer natureza até o valor de 60:000\$ para fundar o seu patrimonio..... | 136 |
| N. 1866. — Decreto de 13 de Outubro de 1870.—Approva a aposentadoria concedida ao Secretario do Governo de Mato Grosso Joaquim Felicissimo de Almeida Louzada..... | 137 |
| N. 1867. — Decreto de 13 de Outubro de 1870.—Approva a pensão concedida a Thereza Candida de Jesus, mãe do Anspeçada do 1.º corpo de Voluntarios da Patria Evaristo José da Silva..... | 138 |
| N. 1868. — Decreto de 13 de Outubro de 1870.—Approva a pensão concedida a D. Anna Justina Ferreira Nery..... | 139 |
| N. 1869. — Decreto de 13 de Outubro de 1870.—Approva a pensão concedida a D. Izabel Herculanina Ferreira Gomes, filha legitima do Senador do Imperio Conselheiro Herculano Ferreira Penna.. | 140 |
| N. 1870. — Decreto de 13 de Outubro de 1870.—Approva as pensões concedidas ao Major honorario do exercito Fortunato de Campos Freire, e a outros..... | 141 |
| N. 1871. — Decreto de 13 de Outubro de 1870.—Approva a pensão de 42\$000 mensaes, repartidamente, ás sete irmãs do 2.º Tenente da Armada e immediato do monitor <i>Rio Grande</i> João Olympio Telles de Menezes | 142 |
| N. 1872. — Decreto de 13 de Outubro de 1870. — Approva a pensão concedida ao Conego Candido Affonso dos Santos Lage, Vigario collado na Freguezia de Taquarussú, bispado de Marianna, Provincia de Minas Geraes | 143 |

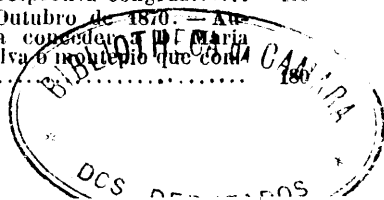
Págs.

- N. 1873. — Decreto de 13 de Outubro de 1870. — Approva a pensão concedida ao Padre Francisco Muniz de Mello, Vigário collado da Freguezia de Jesus Maria José do Pé do Banco, da Provincia de Sergipe 144
- N. 1874. — Decreto de 13 de Outubro de 1870. — Approva as pensões concedidas ao soldado do 29.º corpo de Voluntarios da Patria Joaquim José da Costa, e a outros 145
- N. 1875. — Decreto de 13 de Outubro de 1870. — Declara que a pensão concedida ao soldado do 16.º corpo provisório de cavallaria da Guarda Nacional da Provincia do Rio Grande do Sul Guilherme Luiz de Quevedo, por Decreto de 27 de Novembro de 1869, deve entender-se concedida a Guilherme Rodrigues de Quevedo, e eleva outra pensão 146
- N. 1876. — Decreto de 14 de Outubro de 1870. — Autoriza o Governo a mandar admittir á matricula do terceiro anno da Escola Central o estudante Dionysio da Costa e Silva 147
- N. 1877. — Decreto de 14 de Outubro de 1870. — Autoriza o Governo a conceder seis mezes de licença com todos os vencimentos ao Major reformado do exercito Bacharel Antonio José Fausto Garriga. 148
- N. 1878. — Decreto de 14 de Outubro de 1870. — Revoga o art. 3.º do Decreto n.º 1591 de 30 de Junho de 1869 149
- N. 1879. — Decreto de 14 de Outubro de 1870. — Approva o Decreto que concede privilegio aos Engenheiros Paulo José de Oliveira e Joaquim Pires Carneiro Monteiro para a introdução em diversas Provincias das machinas e vehiculos de invenção do engenheiro R. W. Thomson 149
- N. 1880. — Decreto de 14 de Outubro de 1870. — Autoriza o Governo para conceder a Antonio Ferreira Ramos e Bernardino José Coelho, ou a quem mais vantagens offerecer, privilegio para construcção de diques fluctuantes e planos inclinados na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul 150
- N. 1881. — Decreto de 17 de Outubro de 1870. — Autoriza o Governo para mandar considerar validos na Faculdade de Medicina da Córte os exames preparatorios de francez e inglez feitos pelo alumno João Baptista Barbosa Guimarães na Faculdade de Direito de S. Paulo 151
- N. 1882. — Decreto de 17 de Outubro de 1870. — Autoriza o Governo para mandar considerar válido na Faculdade de Medicina da Córte o exame de inglez feito pelo alumno Luiz Pereira dos Santos na Escola de Marinha 152
- N. 1883. — Decreto de 17 de Outubro de 1870. — Autoriza o Governo para mandar admittir a exame de



| | PAGS. |
|--|-------|
| materias exigidas para o curso de pharmacia o ajudante pharmaceutico da Imperial Fabrica da Polvora da Estrella Agostinho Dias dos Santos Collares..... | 153 |
| N. 1884. — Decreto de 17 de Outubro de 1870.—Autoriza o Governo para mandar admittir o alumno Ce- sario Nazianzeno de Azevedo Motta Magalhães a exame de anatomia | 154 |
| N. 1885. — Decreto de 17 de Outubro de 1870.—Autoriza o Governo para mandar considerar válidos em qualquer dos cursos pharmaceuticos do Imperio os exames preparatorios feitos pelo alumno Henrique das Mercês Jansen na Faculdade de Direito do Recife | 155 |
| N. 1886. — Decreto de 17 de Outubro de 1870.—Autoriza o Governo para mandar admittir á matricula do 3.º anno do curso medico da Faculdade do Rio de Janeiro o alumno do 2.º anno pharma- ceutico da mesma Faculdade Antonio José de Faria Filho..... | 156 |
| N. 1887. — Decreto de 17 de Outubro de 1870.—Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade de Medicina da Córte o alumno Martinho Alvares da Silva. | 157 |
| N. 1888. — Decreto de 17 de Outubro de 1870.—Autoriza o Governo para mandar que o alumno do 1.º anno medico da Faculdade da Córte Avelino Pereira de Freitas seja dispensado de fazer exame de physica e de chimica | 157 |
| N. 1889. — Decreto de 17 de Outubro de 1870.—Autoriza o Governo para mandar considerar valido na Faculdade de Medicina da Córte os exames pre- paratorios feitos na Escola Central pelo alumno Polydoro Olavo de S. Thiago..... | 158 |
| N. 1890. — Decreto de 17 de Outubro de 1870. —Autoriza o Governo para mandar admittir a exame do 1.º anno do curso medico, de que é ovinete, o estudante do curso pharmaceutico Pedro de Azevedo e Souza Netto | 159 |
| N. 1891. — Decreto de 17 de Outubro de 1870.—Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade da Córte o alumno do 1.º anno pharmaceutico Francisco dos Santos Corrêa..... | 160 |
| N. 1892. — Decreto de 17 de Outubro de 1870.—Autoriza o Governo para mandar admittir á matricula na Academia das Bellas Artes o alumno ovinete Sebastião Mendes de Souza | 161 |
| N. 1893. — Decreto de 17 de Outubro de 1870.—Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade de Medicina da Córte o alumno Luiz Pereira dos Santos | 161 |
| N. 1894. — Decreto de 17 de Outubro de 1870.—Approva a pensão concedida a D. Marinha Antonia de Oliveira e Souza | 162 |

| | Págs. |
|--|-------|
| N. 1893. — Decreto de 17 de Outubro de 1870.—Approva a elevação da pensão concedida a D. Maria Francisca da Silva Gomes | 163 |
| N. 1896. — Decreto de 17 de Outubro de 1870.—Approva a pensão concedida ao Capitão honorário do exercito Angelo Carlos de Abreu | 164 |
| N. 1897. — Decreto de 17 de Outubro de 1870.—Approva a declaração exarada no Decreto, de 25 de Maio de 1866 | 165 |
| N. 1898. — Decreto de 17 de Outubro de 1870.—Approva a pensão concedida a D. Gertrudes de Jesus Pontes..... | 168 |
| N. 1899. — Decreto de 17 de Outubro de 1870.—Approva as pensões concedidas ao 2.º sargento Joaquim Vieira de Almeida, e a outros | 169 |
| N. 1900. — Decreto de 17 de Outubro de 1870.—Autoriza o Governo para conceder carta de naturalisação de cidadão brasileiro ao subdito portuguez Jacintho Theodoro Pessoa, e a outros estrangeiros. | 170 |
| N. 1901. — Decreto de 17 de Outubro de 1870.—Autoriza o Governo para conceder carta de naturalisação a José Lino do Couto Junior, e a outros, | 173 |
| N. 1902. — Decreto de 17 de Outubro de 1870.—Declara que José Maria de Campos Sobrinho, a quem se concedeu a pensão de 600 réis diários, é 1.º Sargento do 32.º corpo de Voluntarios da Patria | 174 |
| N. 1903. — Decreto de 17 de Outubro de 1870.—Declara que devem entender-se concedidas por Decreto de 3 de Março de 1868 as pensões conferidas ao Chefe de Divisão Barão da Passagem, e ao Capitão Tenente Joaquim Antonio Cordovil Maunty..... | 175 |
| N. 1904. — Lei de 17 de Outubro de 1870.—Estabelece para Sua Alteza Imperial a Senhora D. Izabel Christina e seu Augusto Esposo, nos termos do respectivo contracto matrimonial, um patrimonio em terras nas Provincias de Santa Catharina e Sergipe..... | 176 |
| N. 1905. — Lei de 17 de Outubro de 1870.—Estabelece para Sua Alteza a Senhora D. Leopoldina e seu Augusto Esposo, nos termos do respectivo contracto matrimonial, um patrimonio em terras nas Provincias do Paraná e Espirito Santo | 177 |
| N. 1906. — Decreto de 17 de Outubro de 1870.—Autoriza o Governo para conceder ao Padre Luiz Gonçalves de Aragão, Vigario collado da Freguezia de Nossa Senhora de Nazareth da Vigta, na Provincia do Pará, tres annos de licença com o vencimento da respectiva congrua..... | 179 |
| N. 1907. — Decreto de 18 de Outubro de 1870. — Autoriza o Governo para conceder a D. Maria Izabel Fernandes da Silva o montepio que ella petiria á sua mãe | 180 |



| | PÁGS. |
|--|-------|
| N. 1908. — Decreto de 20 de Outubro de 1870. — Eleva os vencimentos do Official, Amanuenses, The-soureiro-porteiro e dos Continuos do Supremo Tribunal de Justiça..... | 181 |
| N. 1909. — Decreto de 23 de Outubro de 1870. — Approva a aposentadoria concedida ao Secretario da Re-lação de Pernambuco Domingos Affonso Fer-reira..... | 182 |
| N. 1910. — Decreto de 6 de Novembro de 1870. — Auto-riza o Governo a conceder um anno de licença ao Desembargador da Relação da Bahia Antonio Gonçalves Martins..... | 182 |
| N. 1911. — Decreto de 6 de Novembro de 1870. — Auto-riza o Governo a conceder um anno de licença ao Desembargador da Relação da Bahia Luiz Antonio Barboza de Almeida..... | 183 |
| N. 1912. — Decreto de 6 de Novembro de 1870. — Auto-riza o Governo a conceder um anno de licença ao Desembargador da Relação do Maranhão Manoel de Cerqueira Pinto..... | 184 |

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO.

1870.

DECRETO N. 1761 — DE 20 DE JUNHO DE 1870.

Approva as pensões concedidas ao Tenente do 3.º batalhão de infantaria Augusto Zeydler e a D. Maria Joaquina Córte Real de Lima.

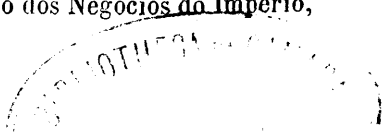
Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões mensaes, sem prejuizo do meio soldo, concedidas por Decretos de 24 de Abril de 1869 : de 21\$000 ao Tenente do 3.º batalhão de infantaria Augusto Zeydler ; de 96\$000 a D. Maria Joaquina Córte Real de Lima, mãe do Tenente Coronel commandante do 9.º batalhão de infantaria Francisco de Lima e Silva.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde a data dos respectivos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio,



assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte de Junho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou em 21 de Junho de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 2 de Julho de 1870.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, substituto do Director geral.



DECRETO N. 1762 — DE 20 DE JUNHO DE 1870.

Approva as pensões concedidas ao soldado do 25.º corpo de voluntarios da patria José Luiz dos Santos, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões, concedidas por Decreto de 22 de Setembro de 1869 :

§ 1.º Pensões diarias : de 400 réis aos soldados do 25.º corpo de voluntarios da patria José Luiz dos Santos, do 13.º batalhão de infantaria Manoel Joaquim da Motta, do 14.º corpo de cavallaria da guarda nacional Cypriano Pereira de Souza, ao 2.º cadete reformado Manoel Vitalino do Carmo Santos ; de 500 réis ao Anspçada do 24.º corpo de voluntarios da patria Manoel Antonio Primeiro, ao Cabo de Esquadra do 7.º corpo provisorio de cavallaria da guarda nacional Floriano Rodrigues ; de 600 réis ao 2.º Sargento do 10.º corpo de cavallaria da guarda nacional Damasio Alves de Moura ; todos invalidados em combate.

§ 2.º Pensões mensaes, sem prejuizo do meio soldo : de 25\$000 a D. Thereza de Jesus Arsenio Barbosa, mãe do Alferes do 13.º batalhão de infantaria Luiz Leopoldo.

dino Arsenio Barbosa, morto em combate; de 30\$000 a D. Maria Benedicta da Conceição Cruz, mãe do Capitão de artilharia João Baptista Marques da Cruz, morto em combate.

§ 3.º Pensões mensaes: de 60\$000 a D. Catharina de Sena Moura mãe do Capitão do 24.º corpo de voluntarios da patria, Francisco Justino dos Santos Moura, morto em combate; a D. Camilla Peixoto Vieira, mulher do Capitão reformado da guarda nacional da provincia do Rio Grande do Sul Luiz Vieira da Costa, fallecido em consequencia de molestia adquirida em marcha para a campanha; e ao Capitão honorario do exercito Josué Antonio Alves, invalidado por ferimentos recebidos em combate.

§ 4.º Pensão annual de 60\$000 ao grumete do corpo de imperiaes marinheiros Elísio Cyrino das Neves Leite, invalidado em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 3.º A pensão de 400 réis diários, concedida por Decreto de 11 de Janeiro de 1868 e approvada pelo Decreto Legislativo n.º 1600 de 30 de Junho de 1869, ao soldado do 23.º corpo de voluntarios da patria João Baptista Alonzo, deve entender-se como concedida ao soldado do mesmo batalhão João Benedicto Alonzo, conforme o Decreto de 22 de Setembro de 1869, devendo esta pensão ser paga da data da primeira concessão.

Art. 4.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte de Junho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

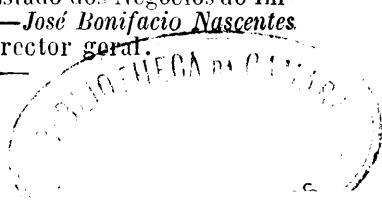
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou em 21 de Junho de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 2 de Julho de 1870.—*José Bonifácio Nascentes de A zambuja*, substituto do Director geral.



DECRETO N. 1763—DE 20 DE JUNHO DE 1870.

Approva a pensão concedida ao patrão dos escaleres do Arsenal de Marinhã da Provincia da Bahia Tiburcio Valeriano.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de 240\$000, concedida por Decreto de 9 de Dezembro de 1862, a Tiburcio Valeriano, patrão dos escaleres do Arsenal de Marinha da Provincia da Bahia, devendo o agraciado perceber-a desde a data do respectivo Decreto.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte de Junho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou em 21 de Junho de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 2 de Julho de 1870.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, substituto do Director geral.



LEI N. 1764 — DE 28 DE JUNHO DE 1870.

Fixa a Despeza e orça a Receita geral do Imperio para o exercicio de 1870—1871, e dá outras providencias.

Dom Pedro Segundo por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil, Fazemos saber a todos os Nossos Subditos que a Assemblêa Geral decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte.

CAPITULO I.

Despeza geral.

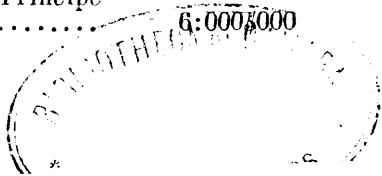
Art. 1.º A Despeza geral do Imperio para o exercicio de 1870—71 é fixada na quantia de... 83.326:718\$590,

aqual será distribuida pelos sete diversos Ministerios, na forma especificada nos artigos seguintes :

Art. 2.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio é autorizado para despendar, com os objectos designados nos seguintes paragraphos, a quantia de..... 5.010:350\$654.

A saber :

| | |
|---|--------------|
| § 1.º Dotação de Sua Magestade o Imperador | 800:000\$000 |
| § 2.º Dita de Sua Magestade a Imperatriz | 96:000\$000 |
| § 3.º Dita da Princeza Imperial a Sra. D. Izabel | 150:000\$000 |
| § 4.º Dita da Princeza a Sra. D. Leopoldina | 150:000\$000 |
| § 5.º Dita da Princeza a Sra. D. Januaria e aluguel de casa | 102:000\$000 |
| § 6.º Dita de Sua Magestade a Imperatriz viuva, Duqueza de Bragança | 50:000\$000 |
| § 7.º Alimentos de Sua Alteza o Principe D. Pedro | 6:000\$000 |
| § 8.º Ditos de Sua Alteza o Principe D. Augusto | 6:000\$000 |



| | |
|--|----------------|
| 9.º Ditos de Sua Alteza o Principe D. José..... | 6:000\$000 |
| 10. Ditos do Principe o Sr. D. Luiz..... | 12:000\$000 |
| 11. Ditos do Principe o Sr. D. Felipe..... | 6:000\$000 |
| 12. Mestres da Familia Imperial.... | 7:400\$000 |
| 13. Gabinete Imperial..... | 2:071\$428 |
| 14. Camara dos Senadores..... | 278:550\$000 |
| 15. Dita dos Deputados..... | 397:200\$000 |
| 16. Ajuda de custo de vinda e volta dos Deputados..... | 54:250\$000 |
| 17. Conselho de Estado..... | 48:000\$000 |
| 18. Secretaria de Estado..... | 456:850\$000 |
| 19. Presidencias de provincias..... | 235:210\$000 |
| 20. Culto publico..... | 1.112:099\$900 |
| 21. Seminarios episcopaes..... | 115:000\$000 |
| 22. Faculdades de direito..... | 170:000\$000 |
| 23. Ditas de medicina..... | 202:745\$000 |
| 24. Instrução primaria e secundaria do municipio da corte.... | 387:680\$000 |
| 25. Academia das bellas artes.... | 37:560\$000 |
| 26. Instituto dos meninos cegos.... | 46:718\$240 |
| 27. Dito dos sardos mudos..... | 23:742\$890 |
| 28. Estabelecimento de educandas no Pará..... | 2:000\$000 |
| 29. Archivo publico..... | 15:920\$000 |
| 30. Bibliotheca publica..... | 12:600\$590 |
| 31. Instituto historico e geographico brasileiro..... | 7:000\$000 |
| 32. Imperial academia de medicina..... | 2:000\$000 |
| 33. Lyceu de artes e officios..... | 3:000\$099 |
| 34. Hygiene publica..... | 13:760\$000 |
| 35. Instituto vaccinico..... | 14:680\$000 |
| 36. Inspeção de saude dos portos.... | 23:200\$000 |
| 37. Lazaretos..... | 7:600\$090 |
| 38. Hospital dos lazros..... | 2:000\$000 |
| 39. Soccorros publicos e melhora-mento do estado sanitario.... | 120:000\$000 |
| 40. Obras especiaes do Ministerio do Imperio..... | 113:573\$785 |
| 41. Eventuaes..... | 15:000\$000 |

Art. 3.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça é autorizado para despendar, com os objectos designados nas seguintes paragraphos, a quantia de..... 3.974:040\$750.

A saber:

| | | |
|-------|--|----------------|
| § 1.º | Secretaria de Estado..... | 133:090\$000 |
| § 2.º | Tribunal supremo de justiça... | 151:700\$000 |
| § 3.º | Relações | 441:940\$000 |
| § 4.º | Tribunaes do commercio..... | 47:200\$000 |
| § 5.º | Justiça de primeira instancia.. | 1.393:340\$000 |
| § 6.º | Despeza secreta da policia dentro e fóra do Imperio..... | 100:000\$000 |
| § 7.º | Pessoal e material da policia... | 465:756\$000 |
| § 8.º | Guarda nacional..... | 140:000\$000 |
| § 9.º | Conducção, sustento e curativo de presos..... | 101:874\$000 |
| § 10. | Eventuaes | 2:000\$000 |
| § 11. | Corpo militar de policia..... | 420:000\$000 |
| § 12. | Guarda urbana..... | 359:140\$759 |
| § 13. | Casa de correcção da côrte..... | 168:000\$000 |
| § 14. | Obras | 30:000\$000 |

Art. 4.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros é autorizado para despende, com os objectos designados nos seguintes paragraphos, a quantia de..... 794:819\$999.

A saber :

| | | |
|-------|--|--------------|
| § 1.º | Secretaria de Estado, moeda do paiz..... | 139:745\$000 |
| § 2.º | Legações e consulados, ao cambio de 27 d. s. por 1\$000..... | 462:075\$000 |
| § 3.º | Empregados em disponibilidade, moeda do paiz..... | 12:999\$999 |
| § 4.º | Ajudas de custo, ao cambio de 27 d. s. por 1\$000..... | 60:000\$000 |
| § 5.º | Extraordinarias no exterior, idem..... | 50:000\$000 |
| § 6.º | Ditas no interior, moeda do paiz | 20:000\$000 |
| § 7.º | Commissões de limites e de liquidação de reclamações..... | 50:000\$000 |

Art. 5.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha é autorizado para despende, com os objectos designados nos seguintes paragraphos, a quantia de..... 8.900:488\$439

A saber :

| | | |
|-------|---------------------------|--------------|
| § 1.º | Secretaria de Estado..... | 101:210\$000 |
| § 2.º | Conselho naval..... | 38:000\$000 |

| | |
|--|----------------|
| 3.º Quartel general da marinha.... | 14:972\$199 |
| 4.º Conselho supremo militar..... | 10:932\$000 |
| 5.º Contadoria..... | 110:000\$000 |
| 6.º Intendencia, accessorios e conselho de compras..... | 85:493\$500 |
| 7.º Auditoria e executoria..... | 3:420\$000 |
| 8.º Corpo da armada e classes annexas..... | 561:428\$000 |
| 9.º Batalhão naval..... | 199:388\$320 |
| 10.º Corpo de imperiaes marinheiros | 1 232:844\$256 |
| 11.º Companhias de invalidos..... | 10:687\$516 |
| 12.º Arsenaes..... | 2.205:713\$161 |
| 13.º Capitancias de portos..... | 229:005\$270 |
| 14.º Força naval..... | 2.393:997\$950 |
| 15.º Navios desarmados..... | 37:775\$000 |
| 16.º Hospitaes..... | 180:667\$000 |
| 17.º Pharões; ficando o Governo autorizado desde já a despende até a quantia de 300:000\$000, com o estabelecimento de novos pharões..... | 402:063\$625 |
| 18.º Escola de marinha e outros esta- belecimentos scientificos..... | 453:055\$448 |
| 19.º Reformados..... | 146:221\$444 |
| 20.º Obras..... | 503:613\$750 |
| 21.º Despezas extraordinarias e even- tuaes..... | 280:000\$000 |

Art. 6.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra é autorizado para despende, com os objectos designados nos seguintes paragraphos, a quantia de..... 13.483:612\$848

A saber :

| | |
|--|----------------|
| 1.º Secretaria de Estado..... | 209:281\$000 |
| 2.º Conselho supremo militar..... | 40:267\$000 |
| 3.º Pagadoria das tropas da côrte... | 33:060\$000 |
| 4.º Archivo militar e officina litho- graphica..... | 25:976\$000 |
| 5.º Instrucção militar..... | 274:539\$000 |
| 6.º Arsenaes de guerra e armazens de artigos bellicos, etc..... | 1.680:865\$280 |
| 7.º Corpo de saude e hospitaes..... | 727:849\$100 |
| 8.º Exercito..... | 7.184:669\$300 |
| 9.º Commissões militares..... | 80:000\$000 |
| 10.º Classes inactivas..... | 1.516:106\$168 |

| | |
|--------------------------------------|--------------|
| 11. Ajudas de custo..... | 60:000\$000 |
| 12. Fabricas | 201:000\$000 |
| 13. Presídios e colonias militares.. | 230:000\$000 |
| 14. Obras militares..... | 800:000\$000 |
| 15. Despezas eventuaes..... | 400:000\$000 |

Art. 7.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda é autorizado para despende, com os objectos designados nos seguintes paragraphos, a quantia de..... 39.538:396\$350

A saber:

| | |
|--|-----------------|
| 1.º Juros, amortização e mais despesas da divida externa fundada, ao cambio par de 27..... | 8.056:560\$998 |
| 2.º Ditos da dita interna..... | 15.269:266\$000 |
| 3.º Ditos da dita inscripta antes da emissão das respectivas apolices, e pagamento em dinheiro das quantias da mesma divida menores de 400\$, na fórma do art. 95 da Lei de 24 de Outubro de 1832..... | 100:000\$000 |
| 4.º Caixa de amortização, filial da Bahia, e Empregados da substituição e resgate do papel moeda. | 58:900\$000 |
| 5.º Pensionistas e aposentados.... | 1.893:227\$537 |
| 6.º Empregados de repartições extinctas, incluída a importancia de 600\$000, para pagamento do escrivão de africanos livres. | 16:003\$837 |
| 7.º Thesouro Nacional e thesourarias de fazenda..... | 1.107:470\$410 |
| 8.º Juizo dos feitos da fazenda | 75:751\$000 |
| 9.º Estações de arrecadação.... | 3.236:769\$163 |
| 10. Casa da moeda e officina de estamperia e impressão do Thesouro Nacional..... | 150:280\$000 |
| 11. Administração de proprios nacionaes e de terrenos diamantinos..... | 54:306\$000 |
| 12. Typographia nacional e <i>Diario Officiat.</i> | 170:000\$000 |
| 13. Ajudas de custo..... | 35:000\$000 |
| 14. Gratificações por serviços temporarios e extraordinarios..... | 25:000\$000 |

| | | |
|-----|--|----------------|
| 15. | Ditas por trabalhos fóra das horas do expediente..... | 50:000\$000 |
| 16. | Despezas eventuaes, sendo 2.668:880\$760 para differenças de cambio..... | 2.708:880\$760 |
| 17. | Premios de letras, descontos de bilhetes da alfandega, commisões, corretagens, seguros, juros reciprocos, agio de moedas e metaes..... | 3.526:440\$272 |
| 18. | Juros do emprestimo do cofre dos orphãos..... | 400:000\$000 |
| 19. | Obras..... | 600:000\$000 |
| 20. | Exercicios findos..... | 1.000:000\$000 |
| 21. | Adiantamento da garantia de 2 % provinciaes á estrada de ferro de Pernambuco..... | 213:333\$333 |
| 22. | Dito á da Bahia..... | 320:000\$000 |
| 23. | Dito á de S. Paulo..... | 471:117\$000 |
| 24. | Reposições e restituções..... | \$ |
| 25. | Pagamento do emprestimo do cofre dos orphãos..... | \$ |
| 26. | Dito de bens de defuntos e ausentes e do evento..... | \$ |
| 27. | Dito de depositos de qualquer origem..... | \$ |

Art. 8.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas é autorizado para despende, com os objectos designados nos seguintes paragraphos, a quantia de... 11.605:009\$550

A saber:

| | | |
|-----|---|--------------|
| 1.º | Secretaria de Estado..... | 150:000\$000 |
| 2.º | Sociedade auxiliadora da industria nacional..... | 6:000\$000 |
| 3.º | Acquisição de plantas, sementes, etc..... | 20:000\$000 |
| 4.º | Auxilio ao Dr. Martius, etc.... | 10:000\$000 |
| 5.º | Eventuaes..... | 10:000\$000 |
| 6.º | Jardim Botanico da Lagôa de Rodrigo de Freitas..... | 12:000\$000 |
| 7.º | Dito do passeio publico..... | 10:000\$000 |
| 8.º | Corpo de bombeiros..... | 63:213\$000 |
| 9.º | Iluminação publica..... | 532:959\$820 |

| | | |
|---|---|----------------|
| § | 10. Garantia de juros ás estradas de ferro..... | 1.517:435\$100 |
| § | 11. Estrada de ferro de D. Pedro II. | 2.000:000\$000 |
| § | 12. Obras publicas geraes e auxilio ás provinciaes; ficando o Governo autorizado a despende o que fôr necessario para a construcção de uma estrada de rodagem que, partindo da Cachoeirinha abaixo do Salto-Grande no Jequitinhonha, provincia da Bahia, termine no Passo de Sant'Anna, no mesmo rio, na de Minas Geraes..... | 400:000\$000 |
| § | 13. Inspeção geral das obras publicas do Municipio da Côrte; ficando o Governo autorizado para despende desde já a somma de 100:000\$000 com a construcção de um edificio para o correio..... | 848:041\$190 |
| § | 14. Esgoto da cidade..... | 900:120\$000 |
| § | 15. Telegraphos; ficando o Governo autorizado para conceder a uma ou mais companhias a construcção e custeio das linhas necessarias ás communicações do norte com o sul do Imperio..... | 300:000\$000 |
| § | 16. Terras publicas e colonisação, incluída a quantia necessaria para o pagamento da divida dos colonos de Santa Maria da Soledade, Provincia do Rio Grande do Sul, na fórma do contracto celebrado para execução da Lei n.º 1395 de 22 de Junho de 1856, e ficando remittida a divida que tem para com a Fazenda Publica a sociedade — Montravel Silveiro & Comp. — na importancia de 43:600\$000, proveniente dos adiantamentos feitos pelo Governo á referida sociedade..... | 1.161:600\$000 |
| § | 17. Catechese e civilisação de indios | 89:000\$000 |
| § | 18. Subvenção ás companhias de navegação a vapor..... | 2.786:000\$000 |

| | |
|--|--------------|
| § 19. Correio geral | 770:740\$440 |
| § 20. Instituto commercial, sendo 1:000\$000 para a cadeira de cal- ligraphia e desenho linear.... | 18:000\$000 |
| § 21. Museu nacional..... | 8:900\$000 |
| | <hr/> |

CAPITULO II.

Receita geral.

Art. 9.º A Receita geral do Imperio é orçada na
quantia de. 94.100:000\$000

Art. 10. Esta Receita será effectuada com o producto
da renda geral arrecadada dentro do exercicio da pre-
sente lei, sob os titulos abaixo designados :

Ordinaria.

1. Direitos de importação para consumo.
2. Expediente dos generos livres de direitos de consu-
mo elevado a 5 %.
3. Armazenagem.
4. Premios de assignados.
5. Ancoragem.
6. Direitos de 15 % de exportação do pão brasil.
7. Ditos de 9 %.
8. Ditos de 2 1/2 %.
9. Ditos de 1 1/2 % do ouro em barra.
10. Ditos de 1 % dos diamantes.
11. Expediente das capatazias.
12. Juros das acções das estradas de ferro da Bahia e
Pernambuco.
13. Renda do correio geral.
14. Dita da estrada de ferro de D. Pedro II.
15. Dita da casa da moeda.
16. Dita da senhoreagem da prata.
17. Dita da lithographia militar.
18. Dita da typographia nacional.
19. Dita do *Diario Official*.
20. Dita da casa de correccão.
21. Dita do instituto dos meninos cegos.
22. Dita do instituto dos surdos mudos.
23. Dita da fabrica da polvora.

24. Dita da de ferro de Ypanema.
25. Dita dos telegraphos electricos.
26. Dita dos arsenaes.
27. Dita de proprios nacionaes.
28. Dita de terrenos diamantinos.
29. Dita do imperial collegio de Pedro II.
30. Fóros de terrenos e de marinhãs, excepto os do municipio da Côrte, e producto da venda de posses ou dominios uteis daquelles terrenos de marinhãs, cujo aforamento fôr pretendido por mais de um individuo a quem a lei não mandar dar preferencia, ou não sendo esta requerida em tempo, os quaes serão postos em hasta publica para serem cedidos a quem mais der.
31. Laudemios, não comprehendidos os provenientes das vendas de terrenos de marinhãs da Côrte.
32. Decima urbana.
33. Dita de uma legua além da demarcação.
34. Dita adicional.
35. Novos e velhos direitos de mercês pecuniarias.
36. Matriculas das faculdades de direito e de medicina.
37. Sello do papel, fixo e proporcional.
38. Premios de depositos publicos.
39. Emolumentos.
40. Imposto de transmissão de propriedade.
41. Dito pessoal.
42. Dito sobre industrias e profissões.
43. Dito do consumo de aguardente.
44. Dito do gado de consumo.
45. Dito de 20 % das loterias.
46. Dito de 15 % dos premios das mesmas.
47. Dito sobre datas mineraes.
48. Taxa dos escravos.
49. Venda de terras publicas.
50. Concessão de penhas d'agua.
51. Armazenagem de aguardente.
52. Cobrança da divida activa.

Extraordinaria.

53. Contribuição para o montepio.
54. Indemnisações, comprehendida a amortização do empréstimo de 1866, que tem de ser effectuada pela Republica Argentina.

55. Juros de capitães nacionaes, incluídos os dos empréstimos feitos em 1855 e 1856 á mesma Republica, nos termos do protocollo de 16 de Abril de 1859.
56. Producto de loterias para fazer face ás despezas da casa de correção e do melhoramento sanitario do Imperio.
57. Dito de 1 % das loterias, na fórma do Decreto n.º 2935 de 16 de Junho de 1862.
58. Venda de generos e proprios nacionaes.
59. Receita eventual, comprehendidas as multas por infracção de lei ou regulamento.

Depositos.

1. Empréstimo do cofre dos orphãos.
2. Bens de defuntos e ausentes e do evento.
3. Premios de loterias.
4. Depositos de diversas origens.

Art. 31. O Governo fica autorizado para emittir bilhetes do thesouro até a somma de \$ 000:000:000, como anticipação de receita, no exercicio desta lei.

CAPITULO III.

Disposições gerais.

Art. 12. Os vencimentos fixos dos juizes de direito, desembargadores e ministros do supremo tribunal de justicia ficão desde já elevados a mais metade do que actualmente percebem, e serão dous terços ordenado e um terço gratificação.

Art. 13. O ordenado dos juizes municipaes e de orphãos será de 600\$ por anno; e onde, segundo as respectivas lotações, tiverem de vencimentos quantia inferior a 1:800\$, perceberão mais, a titulo de gratificação, a differença entre a lotação e esta quantia.

O Governo thes arbitrará ajuda de custo para transporte e 1.º estabelecimento não superior a 1:000\$, calculada pela tabella que fica autorizado a expedir.

Art. 14. E' applicavel a todas as provincias maritimas do Imperio, em que existirem hospitaes de santa casa de misericordia, a disposiçao do art. 698 do Decreto n.º 2647 de 19 de Setembro de 1860, devendo o imposto estabelecido no dito artigo ser cobrado na razao da metade de suas taxas.

Art. 15. Fica o Governo autorizado para despende a quantia de 30:000\$ e mais as sobras que reconhecer-se poderem deixar outras verbas do respectivo organimento, para levar a effeito o recenseamento geral do Imperio.

Art. 16. E' o Governo autorizado a conceder a desapropriação do terreno necessario para a construcção de um *Forum*, sem dispendio dos cofres publicos, e a isençao da decima do predio, não prejudicando todavia o que já pagarem os edificios desapropriados.

Art. 17. O Governo não fará novas nomeações para comarcas, enquanto existirem juizes de direito disponiveis da mesma entrancia, vencendo ordenado.

Art. 18. Os predios rusticos e urbanos, terrenos e escravos que as ordens religiosas possuem, serão convertidos, no prazo de dez annos, em apolices intransferiveis da divida publica interna.

Não se comprehendem nesta disposiçao os conventos e dependencias dos conventos em que residirem as comunidades, nem os escravos que as mesmas ordens libertarem sem clausula, ou com reserva de prestação de serviços não excedente de cinco annos, e as escravas cujos filhos declararem que nascem livres.

As alienações que se tem de fazer para realizacao do disposto neste artigo, serão alliviadas de metade do imposto de transmissao de propriedade.

O Governo estabelecerá o modo pratico de effectuar-se a conversao no regulamento que expedir para execucao destas disposicoes.

Art. 19. E' o Governo autorizado a fazer quaesquer operações de credito, para o fim de consolidar toda ou parte da divida fluctuante, como julgar conveniente.

Art. 20. Quando a Receita exceda á Despeza, será o excesso applicado á amortizaçao do papel-moeda em circulaçao.

Art. 21. Ficão em vigor todas as disposicoes da Lei do orçamento antecedente, que não versarem particularmente sobre a fixação da Receita e Despeza, e não tiverem sido expressamente revogadas.

Art. 22. Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as Autoridades, a quem o conhecimento da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos vinte oito de Junho de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

Visconde de Itaborahy.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, fixando a Despesa e orçando a Receita geral do Imperio para o exercicio de 1870, — 71, e dando outras providencias.

Para Vossa Magestade Imperial Vêr.

Francisco Teixeira de Lira e Oliveira a fez.

Barão de Muritiba.

Sellada na Chancellaria-mór do Imperio, em 30 de Junho de 1870.

André Augusto de Padua Fleury.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda. em 30 de Junho de 1870.

José Severiano da Rocha.



LEI N. 1765 — DE 28 DE JUNHO DE 1870.

Fixa as forças de terra para o anno financeiro de 1870 a 1871

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deus e Unanimae Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral decretou e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º As forças de terra para o anno financeiro de 1870 a 1871, além do estado-maior general e dos officiaes dos differentes corpos do exercito, na fôrma da legislação em vigor, não poderão exceder, em circumstancias extraordinarias, a 32.000 praças de pret e a 16.000 em circumstancias ordinarias. Nestas não se comprehendem as praças dos depositos de instrucção e de aprendizes artilheiros, as quaes não excederão a 1.000.

Art. 2.º Fica em vigor o disposto no § 1.º do art. 1.º e no art. 3.º da Lei n.º 1471 de 25 de Setembro de 1867.

Art. 3.º O Governo é autorizado a alterar o quadro dos corpos de artilharia, cavallaria e infantaria, reduzindo os de guarnição, organizando-os como convier ao serviço.

Art. 4.º O Governo poderá permittir que os officiaes de 1.ª linha, commissionados durante a guerra do Paraguay em postos superiores aos de suas patentes, continuem a usar dos distinctivos dos mesmos postos em quanto não forem promovidos, sem prejuizo dos officiaes mais antigos, nos postos em que elles forem effectivos.

Art. 5.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Guerra a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos vinte oito dias do mez de Junho de mil oitocentos e setenta e quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda,

Barão de Mariliba,

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, fixando as forças de terra para o anno financeiro de 1870 a 1871.

Para Vossa Magestade Imperial ver.

Manoel Joaquim do Nascimento e Silva, a fez.

Barão de Muritiba.

Sellada na chancellaria-mór do Imperio, em 1 de Julho de 1870. — *André Augusto de Padua Fleury.*

Foi a presente Lei publicada nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em 16 de Julho de 1870. *Mariano Carlos de Souza Corrêa.*



LEI N. 1766 — DE 8 DE JULHO DE 1870.

Abre ao Governo um credito extraordinario de 200:000\$0000 para as despesas de um solenne *Te-Deum* em acção de graças pela terminação da guerra do Paraguay, e das exequias em suffragio dos que nella fallecerão.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos que a Assembléa Geral decretou e Nós Queremos a Lei seguinte:

Artigo unico. E' aberto ao Governo um credito extraordinario de 200:000\$000 para as despesas de um solenne *Te-Deum* em acção de graças ao Todo Poderoso pela terminação da guerra do Paraguay, e das exequias que serão depois celebradas em suffragio dos que fallecerão na mesma guerra, defendendo a honra e dignidade nacional.

São revogadas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as Autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Guerra a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no palacio do Rio de Janeiro, aos oito de Julho de mil oitocentos e setenta, quadregésimo nono da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

Barão de Muritiba.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sancionar, abrindo ao Governo um credito extraordinario de duzentos contos de réis para as despesas de um solenne Te-Deum em acção de graças pela terminação da guerra do Paraguay, e das exequias em suffragio dos que nella fallecerão.

Para Vossa Magestade Imperial ver.

Carlos Antonio Petra de Barros a fez.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Barão de Muritiba.*

Transitou em 9 de Julho de 1870. — Servindo de Director geral, Dr. *José Joaquim Ferreira Valle.*

Foi a presente Lei publicada nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em 9 de Julho de 1870. — Servindo de Director, Dr. *José Maria Lopes da Costa.*

DECRETO N. 1767 — DE 9 DE JULHO DE 1870.

Autoriza o Governo para conceder garantia de juro de 5 % ao capital adicional da companhia da Estrada de Ferro de Pernambuco.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Artigo unico. Fica o Governo autorizado para conceder garantia de juro de 5 % ao capital adicional da companhia da Estrada de Ferro de Pernambuco, o qual não poderá exceder a 4.316:977\$777, devendo-se contar da data desta Resolução a obrigação e pagamento da referida garantia.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Maritima.*

Transitou em 23 de Julho de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 23 de Julho de 1870.—O Director geral *José Agostinho Moreira Guimarães.*



DECRETO N. 1768 — DE 9 DE JULHO DE 1870.

Autoriza o Governo a impôr multas até 200\$000, e outras penas aos infractores do regulamento para o serviço telegraphico.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assemblêa Geral:

Artigo unico. No regulamento que o Governo publicou para a fiscalização, segurança e policia das linhas e serviço telegraphico, poderá impôr aos infractores penas de multa até 200\$000, e de prisão até tres mezes, e assim tambem estabelecer penas mais graves e proporcionadas aos crimes que possam prejudicar a regularidade do mesmo serviço, as garantias do publico e os interesses do Estado, submetten lo estas ultimas á approvação do Corpo Legislativo antes de dar-lhes execução.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Barão de Maritima.*

Transitoa em 25 de Julho de 1870. — *André Augusto de Paula Fleury.*

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 26 de Julho de 1870. — O Director geral *José Agostinho Moreira Guimarães.*

DECRETO N. 1769 — DE 13 DE JULHO DE 1870.

Autoriza o Governo para jubilar o lente da faculdade de direito do Recife, conselheiro Dr. Pedro Aufran da Matta e Albuquerque, com todos os seus vencimentos.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para jubilar o lente da faculdade de direito do Recife, Conselheiro Dr. Pedro Aufran da Matta e Albuquerque, com todos os seus vencimentos, e na fôrma do que prescrevem o § 2.º do art. 31 do Decreto n.º 1331 A de 17 de Fevereiro de 1854 e art. 50 do Decreto n.º 2006 de 24 de Outubro de 1857.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em treze de Julho de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-môr do Imperio. — *Barão de Muritiba.*

Transitou em 23 de Julho de 1870. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 25 de Julho de 1870 — *José Bonifacio Nascimentos de Azambuja*, substituto do Director geral.

DECRETO N. 1770 — DE 13 DE JULHO DE 1870.

Autoriza o Governo para conceder ao conselheiro José Maria de Avellar Brotero aposentadoria no lugar de secretario da faculdade de direito da cidade de S. Paulo, sem prejuizo da jubilação a que tem direito como lente da mesma faculdade.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para conceder aposentadoria, com ordenado por inteiro, no lugar de secretario da faculdade de direito da cidade de S. Paulo ao Conselheiro José Maria de Avellar Brotero, sem prejuizo da jubilação a que tem direito como lente da referida faculdade.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em treze de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou em 23 de Julho de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 26 de Julho de 1870.—*José Bonifácio Nascentes de Azambuja*, substituto do Director geral.



DECRETO N. 1771 — DE 16 DE JULHO DE 1870.

Approva as pensões concedidas a D. Eugenia Umbelina de Castro Pires, e a outras.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 10 de Novembro de 1869: de 485 mensaes a D. Eugenia Umbelina de Castro Pires, mãe do Alferes do 51.º corpo de voluntarios da patria Joaquim José Pires, morto em combate; de 42§ mensaes, repartidamente, a Emilia Julia Ribeiro Neves e Bernardina Emilia Ribeiro Neves, irmãs do finado Capitão Tenente da Armada Antonio Joaquim.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos mesmos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Maritima.*

Transitou em 23 de Julho de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 26 de Julho de 1870.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja,* substituto do Director geral.

DECRETO N. 1772 — DE 16 DE JULHO DE 1870.

Approva as pensões concedidas ao soldado do 34.º corpo de voluntarios da patria Eufrazio Alves Pereira da Motta, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 16 de Março de 1870, a saber :

Pensões diarias: de 400 réis aos soldados, do 34.º corpo de voluntarios da patria Eufrazio Alves Pereira da Motta, do 53.º Tiburcio José Joaquim, do 45.º de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Jacintho Francisco Duarte, do 9.º batalhão de infantaria João Francisco de Lima ; de 500 réis aos Cabos de Esquadra, do 3.º regimento de cavallaria ligeira Luiz Antonio de Araujo, do 8.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Affonso Esteves da Silva, e ao Anspeçada do 3.º corpo de voluntarios da patria Manoel Rezende ; de 600 réis ao 2.º Sargento do 45.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Felisbino Rodrigues Lara ; todos invalidados em combate.

Pensão mensal de 30\$ a D. Maria da Conceição de Moura Ferreira, viuva do Capitão José Joaquim Ferreira Junior, morto em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos mesmos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Julho de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou em 23 de Julho de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 26 de Julho de 1870.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja,* substituto do Director geral.

DECRETO N. 1773 — DE 16 DE JULHO DE 1870.

Approva as pensões concedidas a Manoel Antonio de Paula Rachel, soldado do 9.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul, e a outros.

¶ Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 6 de Outubro de 1869:

§ 1.º Pensões diarias: de 400 réis aos soldados, do 9.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Manoel Antonio de Paula Rachel, do 2.º batalhão de infantaria Vicente Xavier de Miranda, do 3.º Thomaz de Aquino do Espirito Santo, do 4.º Marcos Antonio da Fonseca; de 500 réis aos Cabos de Esquadra, do 2.º batalhão de infantaria Francisco Ferreira Marques, e do 3.º José Lourenço; de 600 réis ao 2.º Sargento do 33.º corpo de voluntarios da patria Joaquim Isidoro Pereira; todos invalidados em combate.

§ 2.º Fica tambem approvada a pensão de 60\$000 mensaes concedida por Decreto de 13 de Outubro a D. Anelia da Fonseca, irmã solteira do Capitão de infantaria e Major de commissão Eduardo Emiliano da Fonseca, morto no combate de Itororó, a que fica elevada a de 30\$000 tambem mensaes, que fôra concedida por Decreto de 20 de Fevereiro de 1869, devendo ser paga esta pensão da data do Decreto de 20 de Fevereiro de 1869.

Art. 2.º As pensões de que trata o § 1.º do art. 1.º devem ser pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou em 23 de Julho de 1870.— *André Augusto de Padua Fleury*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 26 de Julho de 1870.— *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, substituto do Director geral.

DECRETO N. 1774 — DE 16 DE JULHO DE 1870.

Approva as pensões concedidas a José Francisco Monteiro, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões diarias concedidas por Decretos de 27 de Novembro de 1869: de 400 réis aos soldados reformados, do 24.º corpo de voluntarios da patria José Francisco Monteiro, e do 31.º José Ferreira de Sá e Mello, aos soldados, do 28.º corpo de voluntarios da patria João Pedro de Alcantara, do 32.º Manoel Gomes de Farias, do 35.º Apparicio Raphael, do 50.º Manoel Antonio dos Santos, do 6.º corpo de cavallaria da guarda nacional Venancio Gonçalves, do 7.º José Gonçalves da Silva, do 8.º Laurindo Dantas Moreira, do 15.º Candido Luiz da Rosa, do 16.º Guilherme Luiz Quevedo, do 2.º batalhão de infantaria Raymundo Marques Ferreira, do 3.º Ignacio Bezerra de Souza e do 16.º Manoel Vieira de Souza; de 500 réis ao Cabo de Esquadra do 21.º corpo de cavallaria da guarda nacional Bento Antunes de Andrade, ao Cabo de Esquadra reformado do 16.º batalhão de infantaria Pío José Dias, aos Anspeçadas, do 19.º corpo de voluntarios da patria Innocencio Martins de Mechedo, do 38.º José Joaquim do Nascimento, do 16.º batalhão de infantaria Joaquim Vieira da Silva; de 600 réis ao 1.º Sargento do 4.º batalhão de infantaria José Maria de Campos Sobrinho, e ao 2.º Sargento do 35.º corpo de voluntarios da patria Francisco Onofre de Proença; todos invalidados em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos mesmos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou em 23 de Julho de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 26 de Julho de 1870.—*José Bonifacio Nascimentos de Azambuja,* substituto do Director geral.

DECRETO N. 1775—DE 22 DE JULHO DE 1870.

Autoriza o pagamento da pensão do monte-pio militar a que tem direito D. Candida Ludovina de Araujo Carneiro.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º O Governo fica autorizado para mandar pagar a D. Candida Ludovina de Araujo Carneiro a pensão do monte-pio militar a que tem direito desde o fallecimento de sua mãe D. Thereza Ludovina Gonçalves, viuva do Capitão José Maria de Araujo Carneiro, não obstante a prescrição em que incorreu.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Barão de Muritiba, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em vinte dous de Julho de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Côm a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Muritiba:

Chancellaria-môr do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou aos 22 de Agosto de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em 24 de Agosto de 1870.—*Mariano Carlos de Souza Corrêa.*



DECRETO N. 1776—DE 26 DE JULHO DE 1870.

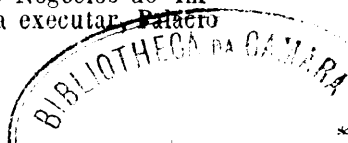
Autoriza o Governo para despende desde já a quantia de 4.000\$, com a subscrição, até 1.000 exemplares, da obra a que se refere a Lei n.º 1340 de 24 de Agosto de 1866, mandando distribui-los pelas Repartições Publicas, o que fará annualmente até a conclusão da mesma obra.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Para o cumprimento da Lei n.º 1340 de 24 de Agosto de 1866, fica o Governo autorizado a despende desde já a quantia de 4.000\$000, pela verba—Instrucção Publica—, mandando distribuir os 1.000 exemplares da obra a que se refere o mesmo Decreto pelas repartições publicas, o que fará annualmente até a conclusão da mesma obra.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. *Palacio*



do Rio de Janeiro, em vinte seis de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou em 29 de Julho de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Julho de 1870.—*José Bonifacio Nascientes de Azambuja*, substituto do Director geral.



DECRETO N. 1777—DE 28 DE JULHO DE 1870.

Approva as pensões concedidas a Maria Catharina Lopes Malheiros, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 23 de Fevereiro de 1870, a saber:

§ 1.º Pensões mensal de 30\$000 a Maria Catharina Lopes Malheiros, viuva do operario do laboratorio do Campinho Manoel Cardoso Leal, fallecido em consequencia da explosão de um foguete de guerra.

§ 2.º Pensões diarias: de 600 réis ao 2.º Cadete 2.º Sargento de voluntarios da patria, addido ao 8.º batalhão de infantaria, Manoel Vieira da Costa Filho, ao 2.º Sargento de voluntarios da patria, addido ao 10.º batalhão de infantaria, Evaristo Cassiano da Paixão; de 500 réis ao Forriel reformado do 51.º corpo de voluntarios da patria Francisco José de Lima; de 400 réis ao soldado do batalhão de engenheiros Marcellino Alves, ao soldado do 26.º corpo de voluntarios da patria

Luiz Pereira Dias, ao do 30.º José Antonio, ao do 42.º Isidoro Elesbão da Silva, ao de voluntarios da patria, addido ao 10.º batalhão de infantaria, Antonio Gonçalves Valente, ao addido ao asylo de invalidos da corte Emilio Manoel de Oliveira, ao soldado do 15.º batalhão de infantaria Manoel Saturnino da Costa.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos referidos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou aos 29 de Julho de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Julho de 1870.—*José Bonifacio Nascientes de Azambuja*, substituto do Director geral.



DECRETO N. 1778—DE 28 DE JULHO DE 1870.

Approva as pensões concedidas a D. Maria Januaria de Medeiros Fernandes, viuva do Capitão Antonio José Fernandes, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 9 de Fevereiro de 1870, a saber:

§ 1.º Pensão mensal de 30,8000, sem prejuizo do meio soldo que lhe competir, a D. Maria Januaria de Medeiros

Fernandes, viuva do Capitão do 9.º batalhão de infantaria Antonio José Fernandes, morto em combate.

§ 2.º Pensões diarias: de 500 réis aos Anspeçadas, do 27.º corpo de voluntarios da patria Joaquim José de Serpa, do 29.º Athanasio Pimentel, do 2.º batalhão de infantaria Francisco José Corrêa, ao Forriel do 9.º batalhão de infantaria Manoel Luiz de Souza; de 400 réis ao soldado reformado do 1.º corpo de voluntarios da patria João de Deus Alves, aos soldados, do 29.º corpo de voluntarios da patria Pedro Januario, do 34.º Thomaz Anacleto da Silva, do 1.º batalhão de infantaria Benedicto Cardoso, do 2.º Antonio Barbosa dos Santos, do 6.º Marianno Antonio de Lima, do 10.º Anselmo Manoel da Costa, e do 4.º corpo provisorio de artilharia a cavallo Enderick Wickman.

Art. 2.º As pensões acima referidas serão pagas desde a data de suas concessões.

Art. 3.º A pensão de 400 réis diários, concedida por Decreto de 29 de Setembro de 1869, ao soldado do 19.º corpo provisorio de cavallaria da guarda nacional João José, fica elevada a 500 réis, conforme o Decreto de 9 de Fevereiro de 1870, attenta a circumstancia de ser elle Cabo de Esquadra e não soldado, devendo esta pensão ser paga da data do Decreto de 29 de Setembro de 1869.

Art. 4.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Julho de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Barão de Muritiba.*

Transitou em 29 de Julho de 1870. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Julho de 1870. — *José Bonifacio Nascientes de Azambuja*, substituto do Director geral.



DECRETO N. 1779—DE 28 DE JULHO DE 1870.

Approva as pensões concedidas a D. Emilia Cedalia Ferreira Bueno, e a outras.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões mensaes, sem prejuizo do meio soldo, concedidas por Decretos de 4 de Dezembro de 1869: de 21\$000 a D. Emilia Cedalia Ferreira Bueno, viuva do Tenente do 8.º batalhão de infantaria Gregorio Alves de Siqueira Bueno, morto em combate; de 30\$000 a D. Francisca Porfíria de Faria, viuva do Capitão do 26.º corpo de voluntarios da patria Delmiro Porfírio de Faria, morto em combate; e de 48\$000 a D. Anna Joaquina Leopoldina Ferreira, mãe do Tenente coronel do exercito José Ferreira de Azevedo, fallecido em consequencia de ferimento recebido em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos mencionados Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou aos 29 de Julho de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Julho de 1870.—*José Bonifacio Nascientes de Azambuja.* substituto do Director geral.

DECRETO N. 1780—DE 23 DE JULHO DE 1870.

Approva as pensões concedidas ao tenente do 34.º corpo de voluntarios da patria Laurindo Pinheiro da Silva, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 29 de Dezembro de 1869, a saber:

§ 1.º Pensões mensaes: de 42\$000 ao Tenente do 34.º corpo de voluntarios da patria Laurindo Pinheiro da Silva, e ao do 46.º Epiphanio de Nossa Senhora da Fê.

§ 2.º Pensões diarias: de 600 réis ao 2.º Sargento do 36.º corpo de voluntarios da patria Manoel Francisco de Souza; de 500 réis aos Cabos de Esquadra, do 25.º corpo de voluntarios da patria Ludgero Augusto dos Santos, do 32.º José Eusebio de Araujo, do 44.º Antonio Eugenio de Oliveira, do 50.º José Ignacio Albernaz, e do 10.º batalhão de infantaria Simplicio José dos Anjos, e aos Anspeçadas, do 55.º corpo de voluntarios da patria Claudio José Rodrigues, do 33.º Argillo de Miranda, do 34.º Valdivino da Costa Cardeal, do 49.º Joaquim Lopes de Oliveira, do 13.º batalhão de infantaria José Antonio da Silva, ao Forriel do 49.º corpo de voluntarios da patria Urias José de Sant'Anna; de 400 réis aos soldados, do corpo de pontoneiros Nicolão Leward, do 23.º corpo de voluntarios da patria José Anselmo Antarino, do 24.º José da Cruz Leite, do 27.º Manoel Antonio de Brito, do 34.º Antonio Pascoal, do 35.º Bento José da Silva, do 38.º Cesario Antonio de Magalhães, do 39.º Miguel José Francisco, do 44.º Carlos Rayt, do 46.º Manoel Pedro de Mattos, do 50.º Jorge Fernando Machado, do 51.º José Cypriano Corrêa e José Francisco dos Santos, do 54.º José Manoel da Rosa e Manoel do Sacramento Belfort, do 55.º Silvano Escorcio de Menezes, e do 1.º batalhão de infantaria Cosme Pereira da Costa, Irenêo José Ribeiro e Marcellino do Rio Preto, do 2.º Americo de Senna Rego, do 8.º Manoel de Souza Pimentel, do 9.º João Raymundo, do 10.º Raymundo Guimarães Soares, José Candido Godoy e Francisco da Conceição, do 12.º Fortunato Rodrigues de Figueiredo, ao soldado reformado do 14.º Alexandre de Souza, aos soldados, do 13.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Marcilio Rodrigues de Lares, e do 14.º Manoel Francisco Subtil; todos invalidados em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde a data de suas concessões.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou aos 29 de Julho de 1870. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Julho de 1870.—*José Bonifacio Nascientes de Azambuja*, substituto do Director geral.

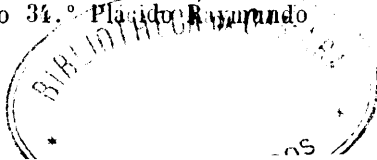
DECRETO N. 1781—DE 28 DE JULHO DE 1870.

Approva as pensões concedidas ao soldado do 23.º corpo de voluntarios da patria Braz José do Nascimento, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 26 de Janeiro de 1870:

§ 1.º Pensões diarias: de 400 réis aos soldados, do 23.º corpo de voluntarios da patria Braz José do Nascimento, do 24.º Gustavo Bonifacio dos Santos e José Ferreira das Chagas, do 25.º Antonio Joaquim Rodrigues e Joaquim Alberto da Silva, do 28.º João Felipe de Santiago, do 29.º Herculano Lourenço Barbosa e José Domingues Vieira Ramos, do 31.º Henrique da Rocha Oliveira, do 32.º José Manoel Corrêa, do 33.º Manoel Rodrigues Tatara, do 34.º Plácido Ruyrundo



de Andrade e João Braulino Rodrigues, do 40.º Antonio José da Silva, Mathias Ramos e Ricardo Vieira da Silva, do 41.º Tito Alves Pereira, do 47.º Raymundo Chaves Vieira, do 48.º Delfino José Rodrigues, do 49.º João da Malta Professor, do 50.º Manoel Francisco da Silva Lobo, do 54.º Wencesláu Ferreira Gomes, do 6.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Floriano Mendes de Oliveira, do 13.º Manoel Leite Pedroso, do 1.º batalhão de infantaria Eugenio Pereira da Rocha, do 4.º Antonio Gonçalves de Araujo, do 10.º Honório do Rego Noyosa de Menezes, Moysés de Santa Clara Oliveira e José Severiano da Silva, do 12.º Jorge Benguella, do 13.º Antonio Felix de Araujo, do 15.º Joaquim Francisco de Mello, do 16.º Antonio Theodosio, do 18.º Tobias Pires Bispo; de 500 réis aos Anspeçadas, do 39.º corpo de voluntarios da patria José Mauricio Alves de Araujo e Luiz Francellino de Albuquerque, do 4.º batalhão de infantaria Ignacio José Pereira e José Manoel Pereira, do 6.º Domingos Antonio dos Santos, do 9.º José Nicoláu de Gouvêa, e aos Cabos de Esquadra, do 8.º corpo de cavallaria da guarda nacional Romão Rodrigues Baptista, do 10.º Januario Pinto, do 19.º José Raymundo Cabrera, do 19.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Miguel Vieira de Lima e do 20.º Theodoro José da Cruz e ao do 14.º batalhão de infantaria Manoel Ferreira do Nascimento; e de 600 réis aos 2.ºs Sargentos, do 54.º corpo de voluntarios da patria Joaquim Ribeiro de Oliveira, do 1.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul João Mariano Rodrigues, do 19.º Bento Marques Pereira, e ao Particular 2.º Sargento do 17.º corpo de voluntarios da patria José Pedro de Alcantara; todos invalidados em combate.

§ 2.º Pensões mensaes: de 36\$000 ao Alferes honorario do exercito Elisiario José Ribeiro; e de 60\$000 ao Capitão do 39.º corpo de voluntarios da patria Affonso Fagundes do Nascimento, ambos invalidados em combate; de 18\$000 a D. Amancia de Souza Duarte, viuva do Alferes da guarda nacional da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul Serafim Antonio dos Santos, fallecido em consequencia de ferimentos recebidos em combate; e de 30\$000 a D. Senhorinha Virginia do Amaral, mãe do Capitão do 41.º corpo de voluntarios da patria José Benicio do Amaral, morto em combate.

Art. 2.º Todas estas pensões serão pagas da data dos respectivos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou aos 29 de Julho de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Sécetaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Julho de 1870.—*José Bonifacio Nascimentos de Azambuja*, substituto do Director geral.

DECRETO N. 1782—DE 23 DE JULHO DE 1870.

Approva as pensões concedidas ao soldado do 26.º corpo de voluntarios da patria André João Francisco de Lima, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 9 de Março de 1870, a saber :

Pensões diarias: de 400 réis aos soldados, do 26.º corpo de voluntarios da patria André João Francisco de Lima e Eugenio Pereira da Rocha, do 35.º Antonio Moreira da Silva, do 42.º Candido José Nogueira, do 46.º Claudio Luiz da França, do 51.º Francisco Magdalena de Maria, do 55.º Antonio Cardoso de Mello, do 4.º batalhão de artilharia a pé Caetano José Francisco; de 500 réis aos Cabos de Esquadra, do 32.º corpo de voluntarios da patria Manoel José Hygino, do 44.º José Feliciano Rodrigues, e ao Anseçada do 9.º batalhão de infantaria Antonio Luiz Ferreira; de 600 réis ao 2.º sargento reformado do 50.º corpo de voluntarios da patria Antonio Alexandrino Guedes de Moura; todos invalidados em combate.

Pensões mensaes: de 36\$000, repartidamente, a D. Emiliana de Birros Rangel e D. Fredevinda Juventina de Birros Rangel, irmãs do Alferes do 7.º batalhão de infantaria José Joaquim Cardoso, morto em combate; de 60\$000 ao Capitão de voluntarios da patria, servindo no 16.º batalhão de infantaria, José Jorge Perrucho, invalidado em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos mesmos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou aos 29 de Julho de 1870.—*André Augusto de Paula Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Julho de 1870. —*José Bonifacio Nascientes de Azambuja*, substituto do Director geral.



DECRETO N. 1783—DE 28 DE JULHO DE 1870.

Approva as pensões concedidas ao soldado do 46.º corpo de voluntarios da patria Leandro Dias Duram, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que, se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões diarias concedidas por Decreto de 26 de Março de 1870: de 400 réis aos soldados, do 46.º corpo de voluntarios da patria Leandro Dias Duram, do 4.º batalhão de infantaria Manoel Antonio Rodrigues, do 7.º Vicente Ferreira Hy-

gino; de 500 réis ao Cabo de Esquadra do 1.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Manoel Carmo dos Santos, e ao Anspeçada do 25.º corpo de voluntarios da patria Maximiano Theodoro do Espirito Santo; todos invalidados em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos mesmos decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou aos 29 de Julho de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Julho de 1870.—*José Bonifacio Nascen-
tes de Azambuja*, substituto do Director geral.

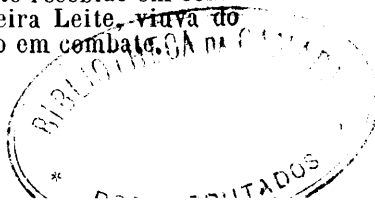


DECRETO N. 1784—DE 28 DE JULHO DE 1870.

Approva as pensões concedidas a Archanja de S. Miguel Silva Serra,
e a outra.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões mensaes, concedidas por Decretos de 23 de Março de 1870: de 21\$000 a Archanja de S. Miguel Silva Serra, viuva do tenente de zuavos Augusto Francisco da Silva, fallecido em consequencia de ferimento recebido em combate; e de 30\$000 a D. Flora Vieira Leite, viuva do Capitão João Anacleto Leite, morto em combate.



Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos mesmos decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou aos 29 de Julho de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Julho de 1870.—*José Bonifacio Nascimentos de Azambuja*, substituto do Director geral.



DECRETO N. 1783—DE 28 DE JULHO DE 1870.

Approva as pensões concedidas ao soldado do 27.º corpo de voluntarios da pátria Francisco Daniel Secundino, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 13 de Outubro de 1869, a saber: de 400 réis diarios aos soldados, do 27.º corpo de voluntarios da patria Francisco Daniel Secundino, do 29.º Joaquim da Rocha e Antonio do Espirito Santo, do 36.º Antonio Gentil de Paula, do 49.º Lourenço Ferreira Jartho, do 54.º José Ricardo de Miranda, do 26.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul José Francisco de Lima, e do 4.º batalhão de artilharia a pé Clemente José Gabriel; todos invalidados em combate; e de 42\$000 mensaes a D. Eugenia Vilhena de Souza

Brito, viuva do Capitão Tenente da armada Constancio Garcindo de Souza Brito, fallecido em consequencia de molestia adquirida em campanha.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos decretos de concessão.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretariô de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Barão de Muritiba.*

Transito aos 29 de Julho de 1870. — *André Augusto de Padua Fleury.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Julho de 1870. — *José Bonifacio Nascetes de Azambuja*, substituto do Director geral.



DECRETO N. 1786 — DE 23 DE JULHO DE 1870.

Declara que a pensão mensal de 84\$000, concedida por Decreto de 7 de Agosto de 1867, a D. Anna Serotina Gomes de Freitas, deve entender-se concedida a D. Ignacia Serotina Freitas da Silveira, verdadeiro nome da agraciada.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º A pensão de 84\$ mensaes, concedida por Decreto do Poder Executivo de 13 de Fevereiro de 1867 a D. Anna Serotina Gomes de Freitas, viuva do Major commandante do 1.º corpo provisório de guardas nacionaes Manoel Serafino da Silveira, morto em combate, e approvada pelo Decreto Legislativo n.º 1396 de 7 de

Agosto do mesmo anno, deve entender-se concedida a D. Ignacia Serotina Ereitas da Silveira, verdadeiro nome da agraciada.

Art. 2.º Fica assim declarado nesta parte o referido Decreto n.º 1396 de 1867.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou aos 29 de Julho de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Julho de 1870.—*José Bonifácio Nascimentos de Azambuja*, substituto do Director geral.

DECRETO N. 1787—DE 28 DE JULHO DE 1870.

Declara que a pensão de 600 réis diários, concedida por Decreto de 16 de Junho de 1869 ao 1.º sargento do 36.º corpo de voluntarios da patria José Avelino Martins Bezerra, deve entender-se, como concedida ao 2.º cadete 1.º sargento do mesmo corpo José Avelino Martins Bezerra.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º A pensão de 600 réis diários, concedida por Decreto de 16 de Junho de 1869, ao 1.º sargento do 36.º corpo de voluntarios da patria José Avelino Martins Bezerra, e approvada pelo Decreto Legislativo n.º 1760 de 16 de Outubro do mesmo anno, deve entender-se como concedida ao 2.º cadete 1.º sargento do mesmo corpo

José Avelino Martins Bezerra, conforme o Decreto de 23 de Fevereiro de 1870.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data de sua primeira concessão.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou aos 29 de Julho de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Julho de 1870.—*José Bonifacio Nascientes de Azambuja*, substituto do Director geral.

DECRETO N. 1788—DE 28 DE JULHO DE 1870.

Declara que a pensão de 400 réis diários, concedida por Decreto de 16 de Junho de 1869, ao soldado do 14.º batalhão de infantaria José de Senna Moraes, deve entender-se como concedida ao 2.º cadete do mesmo batalhão José de Senna Moraes.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º A pensão de 400 réis diários, concedida por Decreto de 16 de Junho de 1869, ao soldado do 14.º batalhão de infantaria José de Senna Moraes, e approvada pelo Decreto Legislativo n.º 1760 de 26 de Outubro do mesmo anno, deve entender-se como concedida ao 2.º cadete do mesmo batalhão José de Senna Moraes, conforme o Decreto de 23 de Fevereiro de 1870.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data do primeiro Decreto.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou aos 29 de Julho de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Julho de 1870.—*Jose Bonifacio Nascientes de Azambuja*, substituto do Director geral.



DECRETO N. 1789—DE 28 DE JULHO DE 1870.

Declara que a pensão de 36\$000 mensaes, concedida por Decreto de 13 de Março de 1869, ao Alferes do 31.º corpo de voluntarios da patria João de Souza Menezes, deve entender-se como concedida ao Alferes do mesmo corpo José de Souza Menezes, conforme o Decreto de 29 de Setembro de 1869.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral :

Art. 1.º A pensão de 36\$000 mensaes, concedida por Decreto de 13 de Março de 1869, ao Alferes do 31.º corpo de voluntarios da patria João de Souza Menezes, deve entender-se como concedida ao Alferes do mesmo corpo José de Souza Menezes, conforme o Decreto de 29 de Setembro de 1869.

Art. 2.º Esta pensão deverá ser paga da data do Decreto de 13 de Março de 1869.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario,

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou aos 29 de Julho de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Julho de 1870.—*José Bonifacio Nascientes de Azambuja*, substituto do Director geral.



DECRETO N. 1790—DE 28 DE JULHO DE 1870.

Declara que a pensão de 500 réis diários, concedida por Decreto de 4 de Julho de 1868, ao cabo de esquadra do 34.º corpo de voluntarios da patria Trajano Manoel dos Santos, deve entender-se concedida ao anseçada do mesmo corpo Trajano José dos Santos.

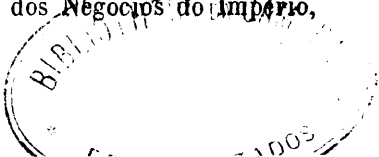
Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º A pensão de 500 réis diários, concedida por Decreto de 4 de Julho de 1868, ao cabo de esquadra do 34.º corpo de voluntarios da patria Trajano Manoel dos Santos, approvada pelo Decreto Legislativo n. 1674 de 11 de Agosto de 1869, e de que trata o Decreto de 3 de Novembro do mesmo anno, deve entender-se concedida ao anseçada do mesmo corpo Trajano José dos Santos.

Art. 2.º Esta pensão será paga da data do Decreto de 4 de Julho de 1868.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio,



assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Barão de Muritiba.*

Transitou aos 29 de Julho de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Julho de 1870.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, substituto do Director geral.



DECRETO N. 1791—DE 28 DE JULHO DE 1870.

Declara que a pensão de 400 réis diarios, concedida por Decreto de 21 de Agosto de 1867, ao soldado do 13.º corpo de voluntarios da patria Manoel Zeferino da Silva, refere-se ao soldado do 19.º corpo de voluntarios da patria Manoel Zeferino da Silva.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º A pensão de 400 réis diarios, concedida por Decreto de 21 de Agosto de 1867, ao soldado do 13.º corpo de voluntarios da patria Manoel Zeferino da Silva, approvada pelo Decreto Legislativo n.º 1570 de 10 de Junho de 1868, e de que trata o Decreto de 10 de Novembro de 1869, refere-se ao soldado do 19.º corpo de voluntarios da patria Manoel Zeferino da Silva.

Art. 2.º Esta pensão será paga da data do Decreto de 21 de Agosto de 1867.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio,

assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou aos 29 de Julho de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Julho de 1870.—*José Bonifacio Nascientes de Azambuja*, substituto do Director geral.



DECRETO N. 1792—DE 28 DE JULHO DE 1870.

Declara que a pensão de 500 réis diarios, concedida pelo Decreto de 10 de Junho de 1868, ao cabo de esquadra do 42.º corpo de voluntarios da patria Supercino Francisco das Chagas, deve entender-se concedida ao cabo de esquadra do 42.º corpo de voluntarios da patria Lupercino Francisco das Chagas.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º A pensão de 500 réis diarios, concedida pelo Decreto de 10 de Junho de 1868, ao cabo de esquadra do 42.º corpo de voluntarios da patria Supercino Francisco das Chagas, approvada pelo Decreto n.º 1673 de 11 de Agosto de 1869, e de que trata o Decreto de 27 de Outubro do mesmo anno, deve entender-se concedida ao cabo de esquadra do 42.º corpo de voluntarios da patria Lupercino Francisco das Chagas.

Art. 2.º Esta pensão será paga da data do Decreto de 10 de Junho de 1868.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou aos 29 de Julho de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Julho de 1870.—*José Bonifacio Nascientes de Azambuja*, substituto do Director geral.

DECRETO N. 1793—DE 28 DE JULHO DE 1870.

Declara que a pensão de 500 réis diários, a que foi elevada a de 400 réis, por Decreto de 27 de Maio de 1868, ao anspeçada do 3.º batalhão de infantaria José Romão do Sacramento, deve ser considerada como concedida ao mesmo anspeçada, sendo porém, do 8.º corpo de voluntarios da patria.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º A pensão de 500 réis diários, a que foi elevada a de 400 réis, por Decreto de 27 de Maio de 1868, ao anspeçada do 3.º batalhão de infantaria José Romão do Sacramento, deve ser considerada como concedida ao mesmo anspeçada, sendo porém do 8.º corpo de voluntarios da patria.

Art. 2.º Esta pensão será paga da data do Decreto de 27 de Abril de 1867, em que lhe foi concedida a pensão de 400 réis diários.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou aos 29 de Julho de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Julho de 1870.—*José Bonifacio Nascimentos de Azambuja,* substituto do Director geral.

DECRETO N. 1794—DE 28 DE JULHO DE 1870.

Declara que a pensão de 600 réis diários, concedida por Decreto de 24 de Março de 1869, ao 2.º sargento do 7.º batalhão de infantaria Dionisio Francisco Gomes, refere-se ao 2.º sargento do 7.º batalhão de infantaria Domicio Francisco Gomes.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º A pensão de 600 réis diários, concedida por Decreto de 24 de Março de 1869, ao 2.º sargento do 7.º batalhão de infantaria Dionisio Francisco Gomes, approvada pelo Decreto Legislativo n.º 1697 de 21 de Setembro, e de que trata o Decreto de 27 de Novembro, tudo do mesmo anno, deve entender-se concedida ao 2.º sargento do 7.º batalhão de infantaria Domicio Francisco Gomes.

Art. 2.º Esta pensão será paga da data do Decreto de 24 de Março de 1869.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou aos 29 de Julho de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Julho de 1870.—*José Bonifacio Nascientes de Azambuja*, substituto do Director geral.

DECRETO N. 1795—DE 28 DE JULHO DE 1870.

Declara que a pensão de 400 réis diários, concedida por Decreto de 7 de Outubro de 1868, ao soldado do 12.º batalhão de infantaria Marcolino José dos Santos, fica elevada a 500 réis também diários, em razão de ser cabo do mesmo batalhão e não soldado.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º A pensão de 400 réis diários, concedida por Decreto de 7 de Outubro de 1868, ao soldado do 12.º batalhão de infantaria Marcolino José dos Santos, e approvada pelo Decreto Legislativo n.º 1679 de 16 de Agosto de 1869, fica elevada a 500 réis também diários, em razão de ser elle cabo de esquadra do mesmo batalhão e não soldado como se disse, conforme o Decreto de 29 de Dezembro de 1869.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data do primeiro decreto.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio

assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou aos 29 de Julho de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Julho de 1870.—*José Bonifacio Nascientes de Azambuja*, substituto do Director geral.



DECRETO N. 1796—DE 23 DE JULHO DE 1870.

Declara que a pensão de 400 réis diários, concedida por Decreto de 17 de Outubro de 1868, ao 1.º cadete do 53.º corpo de voluntarios da patria Luiz Antonio de Almeida Nobre, deve entender-se como concedida ao 1.º cadete do 53.º corpo de voluntarios da patria Luiz Anselmo de Almeida Nobre.

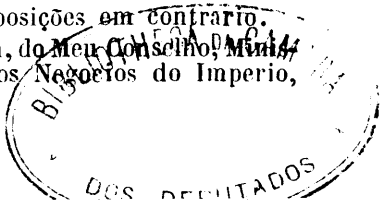
Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º A pensão de 400 réis diários, concedida por Decreto de 17 de Outubro de 1868, ao 1.º cadete do 53.º corpo de voluntarios da patria Luiz Antonio de Almeida Nobre, a qual foi approvada pelo Decreto Legislativo n.º 1760 de 26 de Outubro de 1869, deve entender-se como concedida ao 1.º cadete do 53.º corpo de voluntarios da patria Luiz Anselmo de Almeida Nobre, conforme o Decreto de 9 de Fevereiro de 1870.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data de sua primeira concessão.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio,



assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Julho de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou aos 29 de Julho de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Julho de 1870.—*José Bonifacio Nascimentos de Azambuja*, substituto do Director geral.

DECRETO N. 1797—DE 28 DE JULHO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar passar carta de naturalisação a Manoel Teixeira Ferrinho, e outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar passar carta de naturalisação : aos Subditos Portuguezes, Manoel Teixeira Ferrinho e Manoel Vieira Ferrinho, empregados na marinha mercante brasileira; João Lui Pereira e Gervasio José de Magalhães, estabelecidos na cidade de Alcantara, provincia do Maranhão; Ignaci Baptista de Lemos, ao Padre Joaquim Cyrillo da Cunha Manoel de Souza Leite, Simeão da Cunha Brochado, Jos Augusto Gonçalves de Amorim, João da Cunha Brito José dos Santos Marujo, Bento Manoel Vellozo, Lui Gonçalves Bastos, José Sebastião da Costa Alves Figueira e Manoel José de Azevedo, todos residentes na cidade de Porto Alegre da provincia do Rio Grande do Sul; ao Subdito Hespanhol José Antonio Garcia e ao Subdito Belga Padre João Nicoláu Reuter, ambos residentes na mesma provincia; aos Subditos Portuguezes

Antonio Joaquim Pereira de Figueiredo, José de Souza e Silva, Bartholomeu José Lobão machinista de 3.^a classe da Armada Nacional, Antonio da Rocha Linhares guardião do quadro de officiaes marinheiros da mesma Armada, Antonio Guimarães da Silva Vairão, Joaquim Franco de Sant'Anna, José Antonio Cardoso e Antonio de Souza Severino de Avellar, todos residentes nesta Córte; ao Subdito Francez Luis José Marius Meiffredy, capitalista, ha muitos annos, residente na cidade de Porto Alegre; aos Subditos Portuguezes, Antonio do Lago Souza, residente no municipio de Minas Novas, da provincia de Minas Geraes; Manoel Esteves Guedes de Oliveira e José Antonio de Mattos, ambos residentes no termo da Pomba da dita provincia; João Francisco Coelho, residente em Paraty; Raymundo Pereira de Magalhães e Alexandre Cardoso de Souza, ambos residentes na provincia da Bahia; José Francisco de Oliveira, Constantino dos Santos Lomba, José Maria de Lima negociante residente no Maranhão, Francisco da Silva Tavares e João Baptista dos Santos, ambos residentes na cidade de S. João da Barra da provincia do Rio de Janeiro; Guilherme Calvino Alves da Fonseca, residente no termo de Maranguape da provincia do Ceará; ao Subdito Prussiano Pedro Villig, praça engajada do Corpo Policial desta Córte; e ao Subdito Allemão Frederico Mauricio Draenert, naturalista, residente na provincia da Bahia.

Art. 2.^o Ficão revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte oito de Julho de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

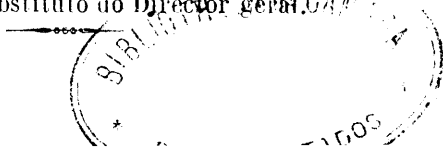
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitea aos 29 de Julho de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 30 de Julho de 1870.—*José Bonifácio Nascimentos de Azambuja,* substituto do Director geral.



DECRETO N. 1798 — DE 30 DE JULHO DE 1870.

Approva as pensões concedidas ao soldado do 23.º corpo de voluntarios da patria Manoel Antonio de Oliveira, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 13 de Novembro de 1869:

§ 1.º Pensões diarias: de 400 réis aos soldados, do 23.º corpo de voluntarios da patria Manoel Antonio de Oliveira e Guilherme Lopes da Costa, do 24.º Cyrino da Silva Neves e Anacleto Zeferino de Abreu, do 29.º Joaquim Vicente da Silva Segundo e José Gomes Galhardo, do 32.º Francisco dos Santos e Honorato José Custodio, do 33.º José Manoel do Espirito Santo, do 34.º Malaquias dos Santos, do 38.º Eugenio José de Sant'Anna, do 46.º José Francisco Alves, do 51.º Pedro Jacintho das Neves e Manoel Joaquim de Santa Anna, do 53.º Honorio dos Santos Baptista, do 55.º Manoel Estanislão, do 1.º regimento de artilharia a cavallo João Felicio Cesar, do 8.º corpo provisório de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Manoel Antonio da Luz, do 1.º batalhão de infantaria José Cosme da Silva e José Francisco de Lima, do 4.º José Antonio de Moraes e Manoel Antonio da Silva, do 10.º Antonio José Balbino; de 500 réis aos cabos de esquadra, do 33.º corpo de voluntarios da patria Ignacio Alves de Mendonça, do 40.º Alipio de Cerqueira Campos, do 51.º Antonio Pedro Barbosa, do 1.º corpo provisório de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul José Lourenço de Vasconcellos, do 12.º batalhão de infantaria José Elias dos Santos, aos anspçadas, do 23.º corpo de voluntarios da patria Manoel da Annunciação, do 54.º João Francisco da Silva, do 8.º batalhão de infantaria Marcellino Pinto de Oliveira, do 11.º Gonçalves Vieira da Silva, do 12.º Antonio Manoel do Nascimento, e ao forriell do 36.º corpo de voluntarios da patria José Epifanio dos Santos; de 600 réis ao 2.º sargento do 12.º batalhão de infantaria Urbano Ribeiro Pinto de Azevedo; todos invalidados em combate.

§ 2.º Pensões mensaes: de 36\$000 aos alferes, do 32.º corpo de voluntarios da patria Manoel Rodrigues de Castro, e do 51.º Joaquim Amancio Pereira Matta; ambos invalidados em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos mesmos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do **Meu Conselho**, **Ministro** e **Secretario** de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. **Palacio do Rio de Janeiro**, em trinta de **Julho** de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou em 2 de Agosto de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 3 de Agosto de 1870.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, substituto do Director geral.



DECRETO N. 1799—DE 6 DE AGOSTO DE 1870.

Concede ao capitão de mar e guerra Jeronymo Francisco Gonçalves um anno de licença para tratar de sua saude na Europa.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Artigo unico. Fica o Governo autorizado a conceder ao capitão de mar e guerra Jeronymo Francisco Gonçalves um anno de licença para tratar de sua saude na Europa, com todos os seus vencimentos e vantagens de commando de navio de guerra; revogadas as disposições em contrario.

O Barão de Cotegipe, do **Meu Conselho**, **Senador** do Imperio, **Ministro** e **Secretario** de Estado dos Negocios da **Marinha**, assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em seis de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Cotequipe.

Cumpra-se e registre-se. Palacio do Rio de Janeiro, em 6 de Agosto de 1870.—*Barão de Cotequipe.*

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou em 11 de Agosto de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*

Foi publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, em 12 de Agosto de 1870.—*Francisco Xavier Bontempo.*



DECRETO N. 1800 — DE 8 DE AGOSTO DE 1870.

Approva a pensão concedida ao vigário collado da parochia de S. Sebastião do Allemão, da diocese de Goyaz, José Maria de Azevedo.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de 600\$000, concedida por Decreto de 9 de Maio de 1870, ao vigário collado da parochia de S. Sebastião do Allemão, da diocese de Goyaz, José Maria de Azevedo, correspondente á congrua que percebe, não podendo gozar desta mercê antes de verificar-se a resignação do beneficio, cujas obrigações não pôde preencher.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do

Rio de Janeiro, em oito de Agosto de mil oitcentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou em 9 de Agosto de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 11 de Agosto de 1870.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, substituto do Director geral.

DECRETO N. 1891—DE 8 DE AGOSTO DE 1870.

Approva as pensões concedidas ao soldado do 24.º corpo de voluntarios da patria Manoel Julio Pereira de Menezes, e a outras.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 11 de Dezembro de 1869:

§ 1.º Pensões diarias: de 400 réis aos soldados, do 24.º corpo de voluntarios da patria Manoel Julio Pereira de Menezes, do 27.º Jesuino Ramos de Lima, do 32.º Manoel Pio Alves, do 34.º Eufrazio Pereira da Motta, do 35.º Candido Joaquim de Almeida, do 38.º Militino Joaquim Antonio de Barros, do 43.º Bertolino de Souza Feitosa e Antonio Justino, do 50.º Manoel Antonio Francisco, do 51.º Benevenuto José Prudente, do 6.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Polycarpo Antonio da Rosa, do 46.º Hilario Rodrigues, do 1.º batalhão de infantaria Francisco Cordeiro dos Santos, do 2.º Hemeterio Paz da Silva, do 4.º João Coelho da Silva e José Francisco de Paula, do 5.º José Elias de Camargo, do 9.º Jacob Taes, do 10.º Francisco Pereira

Jacintho e Ladislão José de Souza, do 16.º João Baptista de Jesus e do 2.º batalhão de artilharia a pé João Alberto da Silva; de 500 réis aos Anspeçadas, do 39.º corpo de voluntarios da patria Tertuliano Baptista dos Santos, e do 50.º Raymundo Pereira de Brito; aos Cabos de Esquadra, do 28.º Firmino Ferreira de Menezes, do 39.º Severino Francisco do Nascimento e do 35.º Angelo da Fonseca e Souza, do 8.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Vicente Soares dos Santos, do 14.º batalhão de infantaria Antonio Francisco Moreno, ao Forriel do 3.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul João Ayres; e de 600 réis ao 2.º Sargento do 40.º corpo de voluntarios da patria José Bolmicar da Costa Bandeira; todos invalidados em combate.

§ 2.º Pensões mensaes: de 36\$ ao Alferes do 53.º corpo de voluntarios da patria Olympio Luiz Gonçalves de Noronha; e de 60\$ ao Capitão do 14.º corpo provisorio de cavallaria da guarda nacional Bernardino da Costa Pacheco; ambos invalidados em combate.

Art. 2.º As pensões de que tratão os §§ 1.º e 2.º do art. 1.º devem ser pagas da data dos mencionados Decretos.

Art. 3.º A pensão de 60\$ mensaes, concedida por Decreto de 22 de Abril de 1868, a D. Rosa Benta da Graça e Mello e D. Maria Olympia, mãe e filha do Capitão de voluntarios da patria Pedro Soares de Mello Alvim Cezão e approvada pelo Decreto Legislativo n.º 1617 de 10 de Julho de 1869, deve entender-se concedida às mesmas D. Rosa Benta da Graça e Mello e D. Maria Olympia, mãe e filha do Capitão de voluntarios da patria Pedro Soares de Mello Alvino Cezão, segundo o Decreto de 11 de Dezembro de 1869; devendo, porém, esta pensão ser paga da data do primeiro Decreto de concessão.

Art. 4.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em oito de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Parão de Muritiba.*

Transitou em 9 de Agosto de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury*.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 11 de Agosto de 1870.—*José Bonifacio Nascetes de Azambuja*, substituto do Director geral.

DECRETO N. 1802—DE 8 DE AGOSTO DE 1870.

Approva as pensões concedidas ao soldado do 24.º corpo de voluntarios da patria Hyppolito José da Silva, e a outros.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões diarias concedidas por Decretos de 29 de Setembro de 1869, a saber : de 400 réis aos soldados, do 24.º corpo de voluntarios da patria Hyppolito José da Silva, Raymundo José dos Santos e Antonio José de Mello, do 28.º Leandro da Silva Castro, do 31.º João Francisco Toscano, do 34.º Leonardo Francisco Cardoso, do 36.º José Antonio Pereira, do 41.º Antonio Carlos de Campos, do 19.º corpo provisorio de cavallaria da guarda nacional João José, do corpo de pontoneiros Antonio Lucindo de Campos, do 1.º batalhão de infantaria Joaquim Alves Xavier, do 3.º José Ferreira Barata, do 4.º Manoel Gomes da Silva, do 5.º João Baptista do Amaral, do 8.º João Baptista Beltrão, do 9.º Albino José da Silva, do 14.º Henrique Augusto Chamber e José Pereira da Hora, do 15.º Braz Bispo dos Santos e Elias Pedro do Nascimento, do 16.º Benedicto Antonio Leonel, e ao 2.º Cadete reformado de voluntarios da patria, addido ao 2.º batalhão de infantaria, Leoncio Benedicto Telles; de 500 réis aos Ansphecadas, do 24.º corpo de voluntarios da patria Joaquim José de Sant'Anna, do 41.º João Gustavo de Queiroz e Victorio Antonio de Faria, do 7.º batalhão de infantaria Marcolino Duarte da Luz, do 12.º José da Costa Oliveira; aos cabos de esquadra, do 24.º corpo de voluntarios da patria José Lourenço de Oliveira Porto, do 29.º Serafim da Cruz Miranda, do 24.º corpo provisorio de cavallaria da guarda nacional José Belarmino de Sant'Anna, do 3.º batalhão de infantaria Raymundo Ferreira de Brito,

do 12.º Francisco Antonio dos Santos, do 13.º Luiz Manoel de Souza e ao Forriel do 50.º corpo de voluntarios da patria Paulino Martins de Souza; e de 600 réis ao 2.º Sargento do 7.º corpo provisorio de cavallaria da guarda nacional Sabino de Oliveira Machado e aos 1.ºs Sargentos, do 50.º corpo de voluntarios da patria Torquato Alves Ferreira, do 51.º José Joaquim Alves, e do 55.º Julio de Azevedo Vianna; todos invalidados em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos Decretos de concessão.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em oito de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou em 9 de Agosto de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 11 de Agosto de 1870. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, substituto do Director geral.

DECRETO N. 1833—DE 8 DE AGOSTO DE 1870.

Iguala os vencimentos dos empregados do tribunal do commercio do Maranhão aos dos empregados do da Bahia.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Artigo unico. Os vencimentos dos empregados do tribunal do commercio do Maranhão ficão igualados aos dos empregados do da Bahia; revogadas as disposições em contrario.

O Barão de Muritiba, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em oito de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Muritiba.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou em 11 de Agosto de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*



DECRETO N. 1804—DE 8 DE AGOSTO DE 1870.

Iguala os vencimentos dos empregados do tribunal do commercio de Pernambuco aos dos empregados do da Bahia.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Artigo unico. Ficão igualados desde já os vencimentos dos empregados da secretaria do tribunal do commercio de Pernambuco aos dos empregados da secretaria do tribunal do commercio da Bahia; revogadas as disposições em contrario.

O Barão de Muritiba, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em oito de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Muritiba.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou em 11 de Agosto de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*



LEI N. 1803 — DE 12 DE AGOSTO DE 1870.

Fixa a força naval para o anno financeiro de 1871 a 1872.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos que a Assembléa Geral decretou e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º A força naval activa para o anno financeiro de 1871 a 1872 se comporá :

§ 1.º Dos officiaes da armada e das demais classes, que fôr preciso embarcar nos navios de guerra e transportes, conforme suas lotações, e a dos estados maiores das esquadras e divisões navaes.

§ 2.º Em circumstancias ordinarias de 3.000 praças de marinagem, e de pret dos corpos de marinha, embarcadas, e de 6.000 em circumstancias extraordinarias

§ 3.º Do corpo de imperiaes marinheiros, do batalhão naval, das companhias de aprendizes marinheiros, creadas por lei, e da companhia de imperiaes marinheiros da provincia de Mato Grosso.

Art. 2.º Para preencher a força decretada no artigo antecedente, é o Governo autorizado a dar gratificações aos voluntarios, que se apresentarem para o serviço, a contractar nacionaes e estrangeiros, mediante concessão de premios, e a recrutar na fórma da lei.

Art. 3.º Fica o Governo autorizado a crear desde já uma companhia de aprendizes marinheiros na provincia da Parahyba do Norte e outra na do Amazonas.

Art. 4.º E' permanente a disposição do art. 3.º da Lei n.º 1689 de 28 de Agosto de 1869, que fixa a força naval para o anno financeiro de 1870 a 1871.

Art. 5.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Marinha a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Rio de Janeiro em doze de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

Batão de Cotegipe.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, para regular a força naval no anno financeiro, que ha de correr do primeiro de Julho de mil oitocentos setenta e um até o ultimo de Junho de mil oitocentos setenta e dous.

Para Vossa Magestade Imperial ver.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou aos 16 de Agosto de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*

Foi publicada a presente Lei nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, em 18 de Agosto de 1870.—*Francisco Xavier Bontempo.*

Augusto de Oliveira Pinto á fez.

DECRETO N. 1806—DE 16 DE AGOSTO DE 1870.

Approva as pensões concedidas a D. Umbelina Adelaide da Silva, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões mensaes concedidas por Decretos de 16 de Fevereiro de 1870, a saber: de 21\$000 a D. Umbelina Adelaide da Silva, mãe do Tenente do 40.º corpo de voluntarios da patria Leonides Ignacio da Silva, morto em combate; de 36\$000, igual ao soldo de sua patente, ao Alferes honorario Marcellino Rodrigues Pereira; de 39\$000, sem prejuizo do meio soldo que possa competir-lhe, a D. Maria Amalia de Barros, viuva do Tenente do exercito e Capitão em commissão Candido Rodrigues de Barros, fallecido em consequencia de ferimento recebido em combate; de 42\$000, sem prejuizo do meio soldo que possa competir-lhe, a D. Innocencia Leopoldina da Silva Villas Boas, viuva do Major do 12.º batalhão de infan-

taria Galdino da Silva Villas Boas, morto em combate ; de 48\$000, sem prejuizo do meio soldo que possa competir-lhe, a D. Hermenegilda Beatriz de Oliveira, viuva do Tenente Coronel em commissão Antonio Pedro de Oliveira, morto em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas desde a data dos respectivos Decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezaseis de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Barão de Muritiba.*

Transitou aos 17 de Agosto de 1870.— *André Augusto de Padua Fleury.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 19 de Agosto de 1870.— *José Bonifacio Nascientes de Azambuja*, substituto do Director geral.



DECRETO N. 1807—DE 20 DE AGOSTO DE 1870.

Approva as pensões concedidas ao soldado do 39.º corpo de voluntários da pátria João Quirino Nunes, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 23 de Outubro de 1869:

§ 1.º Pensões diarias : de 400 réis aos soldados, do 39.º corpo de voluntarios da patria João Quirino Nunes,

do 6.º batalhão de infantaria José de Moura Varejão, do 8.º dito Zacarias de Oliveira Sampaio, do 12.º dito Manoel Luiz Lirangeira, do 13.º dito José Ricardo da Silva, e do 15.º dito Antonio Januario de Albuquerque; de 500 réis aos Cibos de Esquadra, do 25.º corpo de voluntarios da patria Domingos Francisco do Sacramento, do 34.º dito Felipe de Santiago Moreira e ao Anspeçada do 8.º batalhão de infantaria Herminio Carneiro Bezerra de Souza; todos invalidados em combate.

§ 2.º Pensões mensaes: de 12\$000 ao soldado do batalhão naval Cándido Joaquim de Santa'Anna; e de 60\$000 a D. Anna Joaquina do Amor Divino, mãe do Capitão de voluntarios da patria João Pereira Rebouças, morto em consequencia de ferimentos recebidos em combate; de igual quantia a D. Senhorinha Maria dos Santos Sudré, viuva do Capitão de voluntarios da patria João Nunes de Araujo Sudré, morto em combate; e ao Capitão da guarda nacional Bonifacio de Oliveira Mello, invalidado em combate.

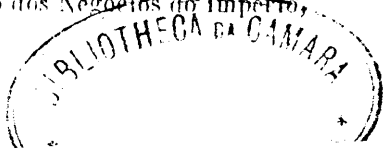
§ 3.º Pensões mensaes sem prejuizo do meio soldo: de 21\$000 a D. Flavia Emilia da Silveira Wickenhagem, viuva do Tenente do 10.º batalhão de infantaria Frederico José Wickenhagem, morto de ferimentos recebidos em combate; de igual quantia a D. Amalia Navarro da Fonseca, viuva do Tenente do 10.º batalhão de infantaria Antonio Vicente Ferreira da Fonseca, morto em combate; e a D. Rosa Joaquina de Souza, viuva do Tenente do 16.º batalhão de infantaria Frederico Augusto de Souza, morto de ferimentos recebidos em combate; de 42\$000 a D. Josepha Florentina da Costa, viuva do Major de infantaria Joaquim Cardoso da Costa, morto de ferimento recebido em combate.

Art. 2.º Fica tambem approvada a pensão de 500 réis diarios concedida ao Anspeçada do 16.º batalhão de infantaria Manoel dos Santos de Almeida, a que fica elevada a de 400 réis tambem diarios que lhe foi concedida pelo Decreto de 7 de Agosto de 1869 na qualidade de soldado do mesmo 16.º batalhão de infantaria, segundo se declara no Decreto de 23 de Outubro do mesmo anno; devendo esta pensão ser paga da data do Decreto de 7 de Agosto de 1869.

Art. 3.º Estas pensões serão pagas da data dos decretos que as concederão.

Art. 4.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio,



assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou aos 22 de Agosto de 1870.—*André Augusto de Padua Fleury.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 24 de Agosto de 1870.—*José Bonifácio Nascentes de Azambuja*, substituto do Director geral.

DECRETO N. 1808—DE 20 DE AGOSTO DE 1870.

Autoriza o Governo a subvencionar a navegação a vapor no rio Araguaya e a tomar outras providencias em beneficio da mesma navegação.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para subvencionar com a quantia annual de 40:000\$, até trinta annos, a navegação por barcas a vapor no rio Araguaya, entre o porto de Itacayú, na Provincia de Mato Grosso e o de Santa Maria, na de Goyaz, consignando-se desde já para esse fim os necessarios fundos.

Art. 2.º E' tambem o Governo autorizado para conceder, com as condições que julgar razoaveis, terras aos individuos que se estabelecerem nas margens dos rios Tocantins e Araguaya, dentro do espaço de dez annos da data desta Lei, impondo-lhes a abrigação de não cortarem as matas no espaço de um quarto de legua das margens dos mesmos rios para o interior.

Art. 3.º Da mesma sorte é o Governo autorizado para mandar estudar a região encachoeirada daquelles rios,

entre Santa Maria, no Araguaya, e Arroios, no baixo Tocantins, a fim de melhorar-se a communicação entre os ditos pontos ou por meio de uma estrada marginal ou pelo systema de navegação que mais conveniente fôr, correndo as despesas da exploração pela verba — Obras publicas geraes e auxilio ás provinciaes—do exercicio de 1870 a 1871.

Art. 4.º São revogadas as disposições em contrario.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou em 25 de Agosto de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 27 de Agosto de 1870.—*José Agostinho Moreira Guimarães.*



DECRETO N. 1809 — DE 20 DE AGOSTO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno José Maria Leitão da Cunha.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para mandar desde já matricular no 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno José Maria Leitão da Cunha, o qual não poderá ser admittido a exame do anno lectivo sem mostrar-se habilitado no preparatorio de historia.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica dõ Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Larão de Muritiba.*

Transitou em 24 de Agosto de 1870.—*José da Cunha Barbosa.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 25 de Agosto de 1870.—*José Tonifacio Vascentes de Azevedo*, Director geral substituto.



DECRETO N. 1810 — DE 30 DE AGOSTO DE 1870.

Approva as pensões concedidas a D. Marcolina Thereza Dourado Nery, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral :

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 11 de Maio de 1870, a saber :

§ 1.º Pensões mensaes : de 30\$000. correspondente ao meio soldo da patente de Capitão, a D. Marcolina Thereza Dourado Nery, viuva do Capitão do 16.º batalhão de infantaria Felipe Nery dos Anjos, morto em combate; de 12\$000 a Carolina Rosa de Oliveira, viuva do soldado de voluntarios da patria Francisco Guilherme Brum, morto em combate, sem prejuizo do meio soldo a que possa ter direito.

§ 2.º Pensões diarias : de 400 réis ao 2.º Cadete do 15.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Augusto Carlos Benjamin Ethur, aos soldados, do 51.º corpo de voluntarios da patria Marcellino Ono-

fre do Espírito Santo, do 1.º batalhão de infantaria Francisco de Paula, do 2.º Francisco Pereira de Brito, do 6.º Francisco José Pereira, do 13.º João Lourenço Soares; de 500 réis ao Anspeçada do 23.º corpo de voluntarios da praia Thomaz Gomes de Macedo, aos Cabos de Esquadra do 28.º Firmino Ferreira Mendes, do 47.º João Gonçalves de Faria, do 3.º regimento de cavallaria ligeira Antonio Vieira da Costa.

Art. 2.º Estas pensões deverão ser pagas desde a data dos decretos que as concedêrão.

Art. 3.º São revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Agosto de mil oitocentos e setenta. quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou em o 1.º de Setembro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 2 de Setembro de 1870.—*José Bonifacio Nascentes de Aazmbuja*, Director geral substituto,

— 628 —

DECRETO N. 1811 — DE 30 DE AGOSTO DE 1870.

Approva a pensão concedida a D. Maria Francelina da Silveira Cruz, viuva do Capitão de infantaria Francisco Ribeiro Cruz.

Hei por bem Sanceionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica approvada a pensão de 30\$000 mensaes, igual ao meio soldo da patente de Capitão, concedida por Decreto de 4 de Maio de 1870 a D. Maria

Francelina da Silveira Cruz, viuva do Capitão de infantaria Francisco Ribeiro Cruz, morto em combate, sem prejuizo do meio soldo a que possa ter direito.

Art. 2.º Esta pensão será paga da data do respectivo decreto.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

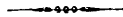
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio — *Barão de Muritiba.*

Transitou em o 1.º de Setembro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 2 de Setembro de 1870.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja,* Director geral substituto.



DECRETO N. 1812 — DE 30 DE AGOSTO DE 1870.

Approva as pensões concedidas ao Alferes do 10.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Manoel José dos Santos, e outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 15 de Junho do corrente anno, a saber:

§ 1.º Pensões mensaes: de 36\$000 ao Alferes do 10.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Manoel José dos Santos; de 60\$000 ao Capitão do 23.º corpo de voluntarios da patria Manoel Eustaquio de Brito; de 93\$ ao Capitão honorario do exercito e Te-

nente Coronel da guarda nacional do Rio Grande do Sul João Antonio Rodrigues; todos invalidados em combate.

§ 2.º Pensões diárias : de 400 réis aos soldados, do 4.º batalhão de artilharia a pé Manoel Antonio, do 15.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Francisco José Gamino; de 600 réis ao 2.º Sargento da guarda nacional do Rio Grande do Sul Jeronymo José Pinheiro; todos inutilizados em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos decretos que as concederão.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou em o 1.º de Setembro de 1870. — *José da Cunha Barbosa.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 2 de Setembro de 1870. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.



DECRETO N. 1813 — DE 30 DE AGOSTO DE 1870.

Approva as pensões concedidas a João Angelo do Amaral, e a outros.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 9 de Abril de 1870 : de 500 réis diários ao Particular Forriel do 49.º corpo de volunta-

rios da patria João Angelo do Amral, invalidado em combate; e de 30\$000 mensaes a D. Rita Corrêa Braga, viuva do Capitão do 6.º corpo de cavallaria da guarda nacional da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul Antonio Ferreira Braga, fallecido em consequencia de ferimentos recebidos em combate.

Art. 2.º Ficão igualmente approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 27 do mesmo mez e anno :

§ 1.º Pensões diarias : de 400 réis aos soldados, do 1.º batalhão de infantaria Martiniano Pereira do Nascimento, do 2.º regimento de cavallaria ligeira Justino Lopes de Siqueira, e do batalhão de engenheiros Manoel Domingos Ferreira ; de 500 réis aos Anspeçadas, do 24.º corpo de voluntarios da patria Clemente Antonio Marques, do 25.º Antonio José de Faria, do 16.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Manoel Francisco da Silva, aos Cabos de Esquadra, do 24.º corpo de voluntarios da patria Francisco Antonio Barreto, do 12.º batalhão de infantaria Manoel Severiano Pessoa, do 4.º batalhão de artilharia a pé Benedicto Gomes dos Reis, do 13.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Geraldo José Godoy, e ao Forriol do 16.º batalhão de infantaria José Bertolino do Espirito Santo; invalidados em combate.

§ 2.º Pensões mensaes : de 35\$000 aos Alferes, do 24.º corpo de voluntarios da patria José Augusto Barbosa da Silva, do 29.º Juvencio Rodrigues Coutinho, e do 20.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Antonio Martins Corrêa ; todos invalidados em combate ; de 42\$000 ao Tenente do 31.º corpo de voluntarios da patria Gervasio Ferreira Souto, invalidado em combate; e de 48\$000, correspondente ao meio soldo, a D. Listarda Emilia Corte Real, mãe do Tenente Coronel Affonso José de Almeida Corte Real, morto em consequencia de ferimentos recebidos em combate, sem prejuizo do meio soldo que lhe compete e de que está no gozo.

§ 3.º Pensão annual : de 6:000\$000 ao Marechal de Campo Visconde de Pelotas, em attenção aos relevantes serviços prestados na guerra do Paraguay.

Art. 3.º Todas estas pensões serão pagas das datas dos respectivos decretos.

Art. 4.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio,

assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou em o 1.º de Setembro de 1870.— Registrado. — *José da Cunha Barbosa.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 2 de Setembro de 1870.— *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1814 — DE 30 DE AGOSTO DE 1870.

Declara que a pensão concedida a D. Josephina Emilia de Carvalho Guedes, deve entender-se conferida metade repartidamente a seus quatro filhos Luiz, Carmelita, Virgilia e Maria.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º A pensão concedida a D. Josephina Emilia de Carvalho Guedes, viuva do Tenente-Coronel Gabriel de Souza Guedes, por Decreto de 19 de Maio de 1869, sem prejuizo do meio soldo, e approvada pelo Decreto Legislativo n.º 1712 de 23 de Setembro do mesmo anno, deve entender-se conferida metade á dita viuva e a outra metade repartidamente a seus quatro filhos Luiz, Carmelita, Virgilia e Maria, sendo, quanto ao primeiro, sómente até a sua maioridade, conforme o Decreto de 29 de Dezembro de 1869.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data da primeira concessão.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio.

assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em trinta de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Barão de Muritiba.*

Transitou em o 1.º de Setembro de 1870. — Registrado. — *José da Cunha Barbosa.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 2 de Setembro de 1870. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.



DECRETO N. 1815 — DE 30 DE AGOSTO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar admittir á matricula em diversas Faculdades a Antonio Eduardo de Berredo e outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar admittir á matricula :

§ 1.º Do 1.º anno da Faculdade de Medicina da Côrte aos estudantes Antonio Eduardo de Berredo e Luiz Mario de Sá Freire, aceitando-se ao primeiro o exame de inglez feito na Academia de Marinha, e ao segundo os que tiver prestado na Escola Central.

§ 2.º Do 1.º anno da Faculdade de Medicina da Bahia ao estudante Galdino Pio dos Santos, aceitando-se-lhe os exames preparatorios feitos na Faculdade de Direito do Recife.

§ 3.º Do 1.º anno de qualquer das Faculdades de Medicina do Imperio aos estudantes, Raymundo de Souza Bandeira, Alberto Francisco do Espirito Santo, Francisco Izidoro Rodrigues da Costa e Francisco Bazilio Cardoso Pires, aceitando-se-lhes os exames de preparatorios feitos nas Faculdades de Direito do Recife e S. Paulo.

Outrosim não se permittirá ao estudante Alberto Francisco do Espirito Santo o exame do respectivo anno sem se mostrar habilitado no de algebra.

§ 4.º Do 1.º anno de qualquer dos cursos pharmaceuticos do Imperio ao estudante Manoel Augusto da Fonseca e Silva, accitando-se-lhe os exames de preparatorios feitos na Faculdade de Direito do Recife.

§ 5.º Do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife aos estudantes Manoel Antonio da Fonseca Costa e João dos Reis de Souza Dantas Filho, não lhes sendo permittido o respectivo exame se não se mostrarem habilitados nos preparatorios que lhes faltão.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou em o 1.º de Setembro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 2 de Setembro de 1870.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.



DECRETO N. 1816—DE 3) DE AGOSTO DE 1870.

Autoriza o Governo a mandar admittir a exame do 3.º anno da Escola de Marinha o alumno Leopoldo Bandeira de Gouvêa.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assemblêa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar admittir a exame do 3.º anno da Escola de Marinha o

alumno Leopoldo Bandeira de Gouvêa, logo que se mostre habilitado em physica.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

O Barão de Cotegipe, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em trinta de Agosto de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Cotegipe.

DECRETO N. 1817 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1870.

Manda fabricar moedas de troco de um metal composto de nikel e cobre.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º O Governo fará fabricar moedas de troco de um metal composto de 25 partes de nikel e 75 de cobre.

§ 1.º As peças de moeda deste metal serão de 200, 100 e 50 réis; tendo as primeiras o peso de 15 grammas, as segundas de 10 e as terceiras de 7.

§ 2.º A tolerancia do peso, o modulo e typo das peças de moeda serão fixados pelo Governo.

Art. 2.º As moedas de prata, que se cunharem d'ora em diante, terão os valores de 2\$000, 1\$000 e 500 réis, o toque de 0,917 e os pesos seguintes:

| | |
|---------------------|----------------|
| As de 2\$000..... | 25,5 grammas. |
| As de 1\$000..... | 12,75 grammas. |
| As de 500 réis..... | 6,37 grammas. |

Paragrapho unico. São desmonetisadas as moedas do toque de 0,900 e todas as de 200 réis do mesmo metal

Art. 3.º As estações publicas aceitarão em pagamento moeda de prata, sem limitação de quantia, mas os particulares não são obrigados a fazel-o senão até 20\$000

Art. 4.º Ficão approvadas as disposições do Decreto n.º 3966 de 30 de Setembro de 1867, que não são alteradas por esta lei.

O Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em tres de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.

LEI N. 1818 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1870.

Abre ao Ministerio do Imperio um credito supplementar para despesas da verba — Soccorros publicos e melhoramento do estado sanitario — do exercicio de 1869—1870.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil : Fazemos saber a todos os Nossos Subditos que a Assembléa Geral decretou e Nós Queremos a Lei seguinte :

Art. 1.º E' concedido ao Ministerio do Imperio um credito supplementar da quantia de 120:000\$000 para occorrer no exercicio de 1869—1870 á despesa da verba — Soccorros publicos e melhoramento do estado sanitario.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento da referida lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios do Imperio a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos seis de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

Paulino José Soares de Souza.

Carta de lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, abrindo ao Ministerio do Imperio um credito supplementar para despesas da verba — Soccorros Publicos e melhoramento do estado sanitario — do exercicio de 1869—1870.

Carta para Vossa Magestade Imperial vêr.

Nicoláo Midozi a fez.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou em 14 de Setembro de 1870. — *José da Cunha Barbosa.*

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 15 de Setembro de 1870. — *José Bonifácio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.



DECRETO N. 1819 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar fazer exame do 4.º anno da Faculdade de Direito do Recife ao alumno Lourenço de Sá e Albuquerque depois de ser, em tempo competente, examinado e approved no preparatorio que lhe falta.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar fazer exame do 4.º anno da Faculdade de Direito do Recife ao alumno Lourenço de Sá e Albuquerque depois de ser, em tempo competente, examinado e approved no preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio

do Rio de Janeiro, em seis de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independência e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transito em 13 de Setembro de 1870.—Registrado.
—*José da Cunha Barbosa.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 14 de Setembro de 1870.—*José Bonifácio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.

DECRETO N. 1820 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar submeter a exame de pharmacia pratica o Tenente Pharmaceutico do exercito Pedro José da Costa, e, quando nelle approvado, conceder-lhe licença para abrir casa de pharmacia nesta côrte.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Artigo unico. E' o Governo autorizado para mandar submeter a exame de pharmacia pratica o Tenente Pharmaceutico do exercito Pedro José da Costa, e, quando nelle approvado, conceder-lhe licença para abrir casa de pharmacia nesta Côrte, ficando para este fim revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em seis de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independência e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

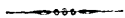
Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*



Transitou em 13 de Setembro de 1870. — *José da Cunha Barbosa*. — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 14 de Setembro de 1870. — *José Bonifácio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.



DECRETO N. 1821 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1870.

Approva a pensão concedida ás filhas legítimas do Senador do Imperio Conselheiro Francisco José Furtado.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica approvada a pensão de 1:800\$ annuaes, repartidamente, concedida por Decreto de 30 de Julho de 1870 a D. Mathilde Martins Furtado, D. Francisca Martins Furtado, D. Herminia Martins Furtado, D. Marianna Martins Furtado, D. Henriqueta Martins Furtado e D. Zulmira Martins Furtado, filhas legítimas do Senador do Imperio Conselheiro Francisco José Furtado.

Art. 2.º Esta pensão deverá ser paga da data do respectivo decreto.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

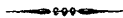
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Barão de Muritiba*.

Transitou em 13 de Setembro de 1870. — *José da Cunha Barbosa*. — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 14 de Setembro de 1870. — *José Bonifácio Nascentes de Azambuja*. — Director geral substituto.



DECRETO N. 1822 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1870.

Approva as pensões concedidas á viuva e filhas do Brigadeiro Antonio da Silva Paranhos.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Fica approvada a pensão de 864\$ annuaes, equivalente ao meio soldo da patente de Brigadeiro, e sem prejuizo do mesmo meio soldo, concedida por Decreto de 22 de Junho de 1870, a D. Idalina Barreto Meirelles Paranhos, viuva do Brigadeiro Antonio da Silva Paranhos, fallecido em consequencia de molestia adquirida em campanha, e de igual quantia, repartidamente, ás menores D. Cloriana Meirelles Paranhos e D. Antonia Meirelles Paranhos, filhas do mesmo Brigadeiro.

Art. 2.º Estas pensões deverão ser pagas da data do mesmo decreto.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Barão de Muritiba.*

Transitou em 13 de Setembro de 1870.— Registrado. — *José da Cunha Barbosa.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 14 de Setembro de 1870.— *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.



DECRETO N. 1823 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1870.

Approva as pensões concedidas a D. Angelica Sabina Braga do Nascimento, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões: de 54\$000 mensaes, sem prejuizo do meio soldo, concedida por Decreto de 17 de Novembro de 1869, a D. Angelica Sabina Braga do Nascimento, viuva do Capitão do 5.º batalhão de infantaria e Major de commissão José Maria do Nascimento; de 36\$000 mensaes, concedida por Decreto de 20 de Novembro do mesmo anno, ao Alferes honorario do exercito Domingos Sanches de Oliveira; e de 48\$000 tambem mensaes, sem prejuizo do meio soldo, concedida pelo mesmo Decreto, a D. Carmosina Edeltrudes Ribeiro de Lima, viuva do Tenente Coronel do exercito Joaquim Ignacio Ribeiro de Lima; de 400 réis diarios, concedida pelo Decreto de 24 do mesmo mez e anno, ao 2.º cadete reformado do 27.º corpo de voluntarios da patria Porfirio José Fernandes; e de 21\$000 mensaes a D. Quinilha Felicianana dos Santos Procopio, viuva do Tenente do 29.º corpo de voluntarios da patria Rodolpho Joaquim Procopio.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos mesmos decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou em 13 de Setembro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 14 de Setembro de 1870.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.



DECRETO N. 1824 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1870.

Approva as pensões concedidas a Joaquim Francisco Ribeiro, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões :

§ 1.º Pensões diarias : de 400 réis aos soldados, do 32.º corpo de voluntarios da patria Joaquim Francisco Ribeiro, do 33.º Deodato Antonio Francisco e Antonio Manoel Carneiro, do 35.º José Vicira da Silva, do 41.º Jeronymo José do Nascimento, do 42.º Vicente Jacintho, do 44.º Antonio da Silva Porto, do 10.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul Manoel da Costa Leite, e do 1.º regimento de artilharia a cavallo Thomaz José de Santa Anna ; e de 500 réis ao Anspeçada do 55.º corpo de voluntarios da patria Antonio Alves Neves, e ao Cabo de Esquadra do 23.º corpo de voluntarios da patria Pedro José Machado, invalidados em combate ; todas concedidas por Decretos de 12 de Janeiro de 1870.

§ 2.º Pensões mensaes : de 12\$000 a D. Felicidade Pereira dos Santos, mãe do 2.º Cadete do 2.º corpo de caçadores a cavallo Thomaz Joaquim dos Santos, morto em consequencia de ferimentos recebidos em combate, concedida por Decreto de 5 de Janeiro de 1870 ; de 30\$ ao menor João, filho legitimado do Capitão do 42.º corpo de voluntarios da patria João Xavier do Rego Barros, morto em combate, concedida por Decreto de 8 de Janeiro do mesmo anno, sómente até que o referido menor complete 18 annos de idade ; de 36\$000 a D. Anacleta Rosa da Silva, mãe do Alferes do 39.º corpo de voluntarios da patria Theodoro Lopes Meirelles, fallecido em consequencia de ferimento recebido em combate, concedida por Decreto de 19 do mesmo mez e anno ; de 42\$000 á menor Constança Maria de Freitas Albuquerque, filha legitimada do 2.º Cirurgião da armada Dr. José Candido de Freitas Albuquerque, morto na abordagem do vapor *Anhambahy*, concedida por Decreto de 15 do mesmo mez e anno ; e de 60\$000 ao Capitão da guarda nacional da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul Bernardino Garcia Rosa, invalidado em combate, concedida por Decreto de 5 do mesmo mez e anno ; e finalmente de 30\$000, sem prejuizo do meio soldo que lhe competir, a D. Agostinha Emilia de Menezes e Souza,

viuva do Capitão do exercito José Vieira de Souza, morto em combate, tambem concedida por Decreto de 19 de Janeiro de 1870.

Art. 2.º Todas estas pensões serão pagas das datas dos respectivos decretos de concessão.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou em 13 de Setembro de 1870. — *José da Cunha Barbosa.*— Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 14 de Setembro de 1870.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.



DECRETO N. 1825—DE 9 DE SETEMBRO DE 1870.

Approva as pensões concedidas ao soldado do 9.º batalhão de infantaria Rogerio Francisco de Oliveira, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões diarias, concedidas por Decretos de 22 de Junho de 1870, a saber : de 400 réis aos soldados, do 9.º batalhão de infantaria Rogerio Francisco de Oliveira, do 11.º dito Firmino Bezerra; de 500 réis aos Cabos de Esquadra, do 29.º corpo de voluntarios da patria José Simplicio de Araujo, do 1.º batalhão de infantaria Antonio Luiz da França; todos inutilisados em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos decretos que as concederão.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em nove de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Barão de Muritiba.*

Transitou em 13 de Setembro de 1870. — *José da Cunha Barbosa.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 14 de Setembro de 1870. — *José Bonifácio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.



DECRETO N. 1826—DE 9 DE SETEMBRO DE 1870.

Approva as pensões concedidas ao soldado Meneris de Campos Souza, e a outros.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 20 de Julho de 1870, a saber :

§ 1.º Pensões diarias: de 400 réis aos soldados, Meneris de Campos Souza do 45.º corpo de voluntarios da patria, José Francisco dos Santos do 50.º dito. Custodio Gomes de Araujo do 3.º batalhão de artilharia a pé, José Gomes de Pinho do 3.º batalhão de infantaria, Procopio José da França do 10.º dito, José Raymundo da Silva do 12.º dito, Oliverio Pereira dos Santos do 21.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul;

de 600 réis a Pedro Rodrigues Jacques, 1.º Sargento do 7.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul.

§ 2.º Pensões mensaes: de 36\$000 a Manoel Joaquim Vergara, Alferes do 16.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul; de 42\$000 a Francisco Candido Teixeira, Tenente do 38.º corpo de voluntarios da patria.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos respectivos decretos.

Art. 3.º A pensão de 400 réis diarios, concedida por Decreto de 11 de Dezembro de 1869, ao soldado do 35.º corpo de voluntarios da patria Candido Joaquim de Almeida, fica elevada a 500 réis diarios, em razão de ser elle Cabo de Esquadra do mesmo corpo, e não soldado, conforme o Decreto de 20 de Julho de 1870, devendo a dita pensão ser paga da data do Decreto de 11 de Dezembro de 1869.

Art. 4.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadregesião nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou em 13 de Setembro de 1870.—*José da Cunha Barboza.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 14 de Setembro de 1870.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.



DECRETO N. 1827 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1870.

Eleva a pensão concedida por Decreto de 24 de Novembro de 1869 a Porfírio José Fernandes.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º A pensão de 400 réis diários, concedida por Decreto de 24 de Novembro de 1869, ao 2.º Cadete reformado do 27.º corpo de voluntarios da patria Porfírio José Fernandes, fica elevada por Decreto de 3 de Agosto de 1870 a 365000 mensaes, equivalente ao soldo da patente de Alferes, cujas honras lhe forão concedidas pelo Decreto de 20 de Julho ultimo.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde o dia 3 de Agosto de 1870.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou em 13 de Setembro de 1870. — *José da Cunha Barbosa.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 14 de Setembro de 1870.— *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*, Director geral substituto.



DECRETO N. 1828 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1870.

Eleva a pensão concedida ao soldado do 8.º batalhão de infantaria, cujo verdadeiro nome é Francisco Alexandre Coimbra de Macedo.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral :

Art. 1.º Fica approvada a pensão de 500 réis diários, a que foi elevada por Decreto de 10 de Agosto de 1870, a pensão de 400 réis concedida por Decreto de 27 de Fevereiro de 1867, approvada por Decreto Legislativo n.º 1497 de 10 de Agosto do mesmo anno, ao soldado do 8.º batalhão de infantaria Francisco Alexandre Coimbra, por ser elle Cabo de Esquadra de voluntarios da patria, addido ao citado batalhão, sendo o seu verdadeiro nome Francisco Alexandre Coimbra de Macedo.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde 27 de Fevereiro de 1867.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou em 13 de Setembro de 1870. — *José da Cunha Barbosa.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 14 de Setembro de 1870. — *José Bonifácio Nascentes de Azambuja,* Director geral substituto.

LEI N. 1829—DE 9 DE SETEMBRO DE 1870.

Sancciona o Decreto da Assembléa Geral que manda proceder ao recenseamento da população do Imperio.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos que a Assembléa Geral Legislativa decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º De dez em dez annos proceder-se-ha ao recenseamento da população do Imperio.

§ 1.º O Governo designará o dia em que se ha de effectuar o primeiro recenseamento, contando-se porém o prazo decennal para o seguinte do dia 31 de Dezembro de 1870.

Para as respectivas despesas é concedido ao Governo, no corrente exercicio, o credito de 400:000\$000, que no caso de insufficiencia poderá ser elevado mediante a abertura de creditos supplementares, e realizar-se-ha pelos meios autorizados na Lei do orçamento vigente.

§ 2.º No regulamento que se expedir para a execução do recenseamento poderão ser comminadas multas até a quantia de 300\$000, e as penas de desobediencia (art. 123 do código criminal).

§ 3.º Na proposta da lei do orçamento para os annos em que se tiverem de fazer os recenseamentos decennaes, o Governo incluirá o credito necessario para essa despesa.

Art. 2.º O Governo organizará o registro dos nascimentos, casamentos e obitos, ficando o regulamento que para esse fim expedir sujeito á approvação da Assembléa Geral na parte que se referir á penalidade e effeitos do mesmo registro, e creará na capital do Imperio uma Directoria Geral de Estatistica á qual incumbe:

1.º Dirigir os trabalhos do censo de todo o Imperio e proceder ao arrolamento da Córte, dando execução ás ordens que receber do Governo.

2.º Organizar os quadros annuaes dos nascimentos, casamentos e obitos.

3.º Coordenar e apurar todos os dados estatísticos recolhidos pelas diversas Repartições Publicas.

4.º Formular os planos de cada ramo de estatistica do Imperio, da local de cada provincia, quando a isso fôr chamada, e da especial a cada classe de factos.

Parapho unico. Fica o Governo autorizado a desde já despendere annualmente até 25:000\$ com o pessoal da Directoria Geral de Estatistica, annexando-a, se julgar conveniente, ao Archivo Publico, a que poderá dar nova organização.

Art. 3.ª Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios do Imperio a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

Paulino José Soares de Souza.

Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa geral, que Houve por bem Sanccionar, sobre o recenseamento da população do Imperio, creando uma Directoria Geral de Estatistica.

Para Vossa Magestade Imperial ver.

Pedro Guedes de Carvalho a fez.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitoa em 13 de Setembro de 1870.—Registrado.
—*José da Cunha Barbosa.*

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 14 de Setembro de 1870.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*; Director geral substituto.

DECRETO N. 4830—DE 9 DE SETEMBRO DE 1870.

Autoriza o Governo a conceder isenção de direitos de importação aos materiaes necessários para a construcção de uma ponte de ferro sobre o rio Parahyba do Sul em frente á Cidade de Campos, na Província do Rio de Janeiro.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º E' o Governo autorizado para conceder isenção de direitos de importação aos materiaes necessários para a construcção de uma ponte de ferro sobre o rio Parahyba do Sul em frente á Cidade de Campos, na Província do Rio de Janeiro, contractada pela respectiva Presidencia.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em nove de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadregésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Barão de Muritiba.*

Transitou em 13 de Setembro de 1870. — *José da Cunha Barbosa.*

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 14 de Setembro de 1870. — *José Agostinho Moreira Guimarães.*

DECRETO N. 1831—DE 9 DE SETEMBRO DE 1870.

Autoriza o Governo a conceder isenção de direitos de consumo á companhia fluvial do Alto Amazonas.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral :

Art. 1.º E' o Governo autorizado para conceder á companhia fluvial do Alto Amazonas isenção de direitos de consumo não só para o material e sobresalientes que os emprezarios importarem pelo prazo de um anno, mas tambem durante todo o prazo de duração do seu contracto para os materiaes destinados ao manceio, concerto e perfeição das machinas da empresa, tudo nos termos da clausula 23.ª do dito contracto approvado pelo Decreto n.º 3898 de 22 de Junho de 1867.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em nove de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou em 15 de Setembro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 17 de Setembro de 1870. — O Director Geral *José Agostinho Moreira Guimarães.*

LEI N. 1832 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1870.

Autoriza o Governo a despende até a quantia de 1.000:000\$000, com o abastecimento d'agua á capital do Imperio, e a des-appropriar os terrenos e predios indispensaveis á acquisição, conservação e distribuição dos mananciaes.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos que a Assembléa Geral decretou e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º O Governo fica autorizado para despende até a quantia de 1.000:000\$000 com o serviço do abastecimento d'agua á capital do Imperio, havendo os fundos necessarios pelos meios consignados na Lei n.º 1754 de 28 de Junho do corrente anno.

Paragrapho unico. Na desappropriação dos terrenos e predios indispensaveis á acquisição, conservação, e distribuição dos mananciaes regulará o processo estabelecido pelo Decreto n.º 1664 de 27 de Outubro de 1855; devendo o mesmo processo correr perante o juiz dos feitos da fazenda, a quem competirá nomear o quinto arbitro de que trata o art. 4.º do referido Decreto.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos nove de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

Diogo Velho Caralcan t. de Albuquerque.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Honce por bem Sanccionar, autorizando o Governo a despende até a quan-

tia de 1.000:000\$000 com o abastecimento d'agua á capital do Imperio, e a desapropriar os terrenos e predios indispensaveis á acquisição, conservação e distribuição dos mananciaes.

Para Vossa Magestade Imperial ver.

Francisco José dos Santos Rodrigues a fez.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Barão de Muritiba.*

Transitou em 13 de Setembro de 1870. — *José da Cunha Barbosa.*

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 14 de Setembro de 1870. — O Director geral *José Agostinho Moreira Guimarães.*



DECRETO N. 1833 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1870.

Concede isenção de direitos de importação aos materiaes necessarios para a obra de encanamento d'ua potavel na Cidade de Olinda.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para conceder isenção de direitos de importação aos materiaes necessarios para a obra do encanamento d'agua potavel na Cidade de Olinda, da Provincia de Pernambuco, de que é empresario Justino José de Souza Campos.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quinze de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Barão de Muritiba.*

Transitou em 19 de Setembro de 1870. — *José da Cunha Barbosa*.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 20 de Setembro de 1870. — O Director geral *José Agostinho Moreira Guimarães*.

DECRETO N. 1834 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1870.

Autoriza o Governo a conceder ao Bacharel Candido Mendes de Almeida a quantia de 20:000\$000, como premio pela publicação do Atlas do Imperio do Brasil.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

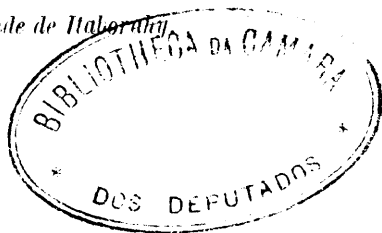
Art. 1.º E' o Governo autorizado a conceder ao Bacharel Candido Mendes de Almeida a quantia de 20:000\$000, como premio pela publicação do Atlas do Imperio do Brasil; e a haver para este fim os fundos necessarios pelos meios marcados na Lei do orçamento.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

O Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte um de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy



DECRETO N. 1835 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar admitir a João Pires Farinha Filho e outros a exame na Faculdade de Medicina da Côrte.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assemblêa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar admitir na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, pagos os respectivos direitos e provada a frequencia do anno em conformidade dos estatutos da mesma faculdade, os seguintes estudantes: João Pires Farinha Filho a exame do 1.º e 2.º anno medico, a que tem assistido como ouvinte, depois de approvado no preparatorio que lhe falta; Manoel Jeronymo Guedes Alcoforado a exame do 2.º anno medico, independente do de algebra que fará posteriormente; Joaquim Antonio Teixeira da Assumpção a exame do 1.º anno medico, sendo acc tos os de preparatorios por elle feitos na Faculdade de Direito de S. Paulo.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte quatro de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Barão das Tres Barras.*

Transitou em 30 de Setembro de 1870. — *José da Cunha Barbosa.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 3 de Outubro de 1870. — *Fausto Augusto de Aguiar.*

LEGISLATIVO.

LEI N. 1836 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1870.

Fixa a Despesa e Orça a Receita Geral do Imperio para o exercicio de 1871—1872, e dá outras providencias.

Dom Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil, Fazemos saber a todos os Nossos Subditos que a Assembléa Geral decretou e Nós Queremos a Lei seguinte :

CAPITULO I

DESPEZA GERAL.

Art. 1.º A Despesa Geral do Imperio para o exercicio de 1871—1872 é fixada na quantia de 85.741:262\$158

a qual será distribuida pelos sete diversos Ministerios na fórma especificada nos artigos seguintes :

Art. 2.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio é autorizado para despendere com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de 5.330:789\$868

A saber :

| | |
|--|--------------|
| 1.º Dotação de Sua Magestade o Imperador. | 800:000\$000 |
| 2.º Dita de Sua Magestade a Imperatriz... | 96:000\$000 |
| 3.º Dita da Princeza Imperial a Sra. D. Izabel..... | 150:000\$000 |
| 4.º Dita da Princeza a Sra. D. Leopoldina. | 150:000\$000 |
| 5.º Dita da Princeza a Sra. D. Januaria, e aluguel de casa..... | 102:000\$000 |
| 6.º Dita de Sua Magestade a Imperatriz viuva, Duqueza de Bragança..... | 50:000\$000 |
| 7.º Alimentos do Principe o Sr. D. Pedro... | 6:000\$000 |
| 8.º Ditos do Principe o Sr. D. Augusto.... | 6:000\$000 |
| 9.º Ditos do Principe o Sr. D. José..... | 6:000\$000 |
| 10. Ditos do Principe o Sr. D. Luiz | 12:000\$000 |
| 11. Ditos do Principe o Sr. D. Felipe..... | 12:000\$000 |
| 12. Mestres da Familia Imperial..... | 7:400\$000 |
| 13. Gabinete Imperial..... | 2:071\$428 |
| 14. Camara dos Senadores..... | 283:310\$000 |

| | |
|--|----------------|
| 15. Dita dos Deputados, sendo desde já effectuado o pagamento do ordenado de 800\$000 de um Continuo ultimamente dispensado do exercicio, bem como a despesa de 2:400\$000, votada para a secretaria da camara, e a de 1:000\$000, destinada á compra de livros para a bibliotheca da mesma secretaria; e ficando tambem desde já eleuada a 7:200\$000 a quota para despesa de impressões, nas quaes se comprehenderá a dos debates da camara, anteriores aos de 1857, formando annaes, como os que ora se publicão annualmente, dispensada a impressão das actas das sessões..... | 400:000\$000 |
| 16. Ajudas de custo de vinda e volta dos Deputados..... | 51:250\$000 |
| 17. Conselho de Estado..... | 48:000\$000 |
| 18. Secretaria de Estado..... | 161:220\$000 |
| 19. Presidencias de provincias..... | 235:210\$000 |
| 20. Culto publico..... | 1.134:899\$900 |
| 21. Seminarios episcopaes..... | 115:000\$000 |
| 22. Faculdades de direito..... | 173:200\$000 |
| 23. Ditas de medicina..... | 216:910\$000 |
| 24. Instrucção primaria e secundaria do Municipio da côrte, incluída a quantia de 4:000\$000 para execução do Decreto n.º 1340 de 24 de Agosto de 1866 | 485:181\$000 |
| 25. Academia das bellas artes..... | 37:560\$000 |
| 26. Instituto dos meninos cegos. | 16:718\$240 |
| 27. Dito dos surdos mudos..... | 25:712\$800 |
| 28. Estabelecimento de educandas no Pari. | 2:000\$000 |
| 29. Archivo publico..... | 15:920\$000 |
| 30. Bibliotheca publica, incluída a quantia de 2:786\$000 para o encanamento de gaz, e compra dos respectivos apparelhos; elevado o ordenado do Bibliothecario a 2:000\$000, com a obrigação de conservar aberta a bibliotheca ás tardes e noites, conforme o regulamento do Governo, e reduzida a | |

| | |
|--|--------------|
| 1:400\$000 a quota para completa- rem-se as collecções ora existentes, podendo a despesa ser feita desde já. | 15:386\$500 |
| 31. Instituto historico e geographico bra- sileiro..... | 7:000\$000 |
| 32. Imperial academia de medicina..... | 2:000\$000 |
| 33. Lyceão de artes e officios, podendo a despesa ser feita desde já..... | 6:000\$000 |
| 34. Hygiene publica..... | 13:760\$000 |
| 35. Instituto vaccinaico..... | 14:080\$000 |
| 36. Inspecção de saude dos portos..... | 23:200\$000 |
| 37. Lazaretos..... | 7:000\$000 |
| 38. Hospital dos lazarus..... | 2:000\$000 |
| 39. Soccorros publicos e melhoramento do estado sanitario..... | 120:000\$000 |
| 40. Obras, podendo a despesa ser feita desde já..... | 250:000\$000 |
| 41. Instituto commercial..... | 20:800\$000 |
| 42. Eventuaes..... | 15:000\$000 |

Art. 3.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da
Justiça é autorizado para despendar com os objectos designa-
dos nos seguintes paragraphos a quantia de. 4.026:162\$530

A saber:

| | |
|--|----------------|
| 1.º Secretaria de Estado..... | 153:090\$000 |
| 2.º Tribunal supremo de justiça..... | 151:700\$000 |
| 3.º Relações..... | 441:940\$000 |
| 4.º Tribunaes do commercio..... | 59:078\$000 |
| 5.º Justiças de 1. ^a instancia, deduzida a quantia de 600\$000 correspondente ao vencimento do Escrivão dos africanos livres, cujo lugar fica supprimido.. | 4.392:740\$000 |
| 6.º Despesa secreta da policia..... | 100:000\$000 |
| 7.º Pessoal e material da policia..... | 472:409\$750 |
| 8.º Guarda nacional..... | 140:000\$000 |
| 9.º Condução, sustento, e curativo de pres.s..... | 118:874\$000 |
| 10. Eventuaes..... | 2:000\$000 |
| 11. Corpo militar da policia..... | 420:000\$000 |
| 12. Guarda urbana..... | 359:140\$750 |
| 13. Casa de correcção da cõrte..... | 185:490\$030 |
| 14. Obras..... | 30:000\$000 |

Art. 4.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros é autorizado para despende com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de 808:319\$999

A saber :

| | |
|---|--------------|
| 1.º Secretaria de Estado, moeda do paiz, inclusive 500\$000 para aquisição de relatorios e memorias, que as sociedades abolicionistas da Europa tenham publicado..... | 140:245\$000 |
| 2.º Legações e consulados, ao cambio de 27 dinheiros esterlinos por 1\$000..... | 462:075\$600 |
| 3.º Empregados em disponibilidade, moeda do paiz..... | 42:999\$999 |
| 4.º Ajudas de custo, ao cambio de 27 dinheiros esterlinos por 1\$000..... | 60:000\$000 |
| 5.º Extraordinarias no exterior, idem..... | 60:000\$000 |
| 6.º Ditas no interior, moeda do paiz..... | 25:000\$000 |
| 7.º Comissões de limites e de liquidações de reclamações..... | 48:000\$000 |

Art. 5.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha é autorizado para despende com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de. 9.778:833\$261

A saber :

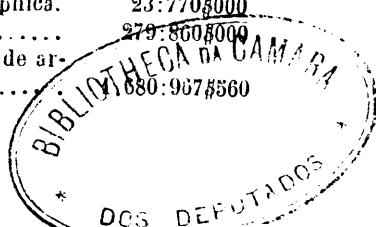
| | |
|---|----------------|
| 1.º Secretaria de Estado..... | 111:852\$000 |
| 2.º Conselho naval..... | 38:000\$000 |
| 3.º Quartel general da marinha..... | 16:697\$540 |
| 4.º Conselho supremo militar..... | 13:539\$600 |
| 5.º Contadoria..... | 123:800\$000 |
| 6.º Intendencia e accessorios..... | 102:691\$400 |
| 7.º Auditoria e executoria..... | 3:430\$000 |
| 8.º Corpo da armada e classes annexas. . . | 565:347\$200 |
| 9.º Batalhão naval..... | 199:572\$462 |
| 10. Corpo de imperiaes marinheiros..... | 1.360:073\$026 |
| 11. Companhia de invalidos..... | 10:699\$050 |
| 12. Arsenaes, supprimida a despeza de 62:387\$390 com o estabelecimento naval do Itapura, que fica a cargo do Ministerio da Guerra..... | 2.142:578\$577 |
| 13. Capitancias de portos..... | 232:193\$140 |

| | |
|--|----------------|
| 14. Força naval..... | 2.572:145\$425 |
| 15. Navios desarmados | 37:802\$600 |
| 16. Hospitais | 180:711\$200 |
| 17. Pharões..... | 122:254\$825 |
| 18. Escola de marinha e outros estabeleci- mentos scientificos, sendo desde já 10:000\$000 para a criação de um ex- ternato no arsenal de marinha, no qual se facilitem os estudos prepara- torios de matricula na escola de ma- rinha; e ficando o Governo autorizado para simplificar o systema de ensino da mesma escola, modificando as con- dições da matricula, e alterando o regulamento que acompanhou o De- creto n.º 2163 do 1.º de Maio de 1858. | 165:153\$940 |
| 19. Reformados..... | 154:691\$276 |
| 20. Obras, sendo 800:000\$000 para melhora- mento do porto de Pernambuco, 40:000\$000 para escavação e melhora- mento do porto da capital da Parahyba do Norte, e 2:000\$000 para estudos necessarios, a fim de reconhecer-se a praticabilidade do plantio de arvores, que fixem as arêas do morro do Mu- curipe, e impeção que os ventos as levem sobre o porto da capital..... | 1.345:600\$000 |
| 21. Despezas extraordinarias e eventuaes.. | 280:000\$000 |

Art. 6.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra é autorizado para despendar com os objectos designa- dos nos seguintes paragraphos a quantia de. 12.884:403\$774

A saber:

| | |
|---|--------------|
| 1.º Secretaria de Estado e Repartições an- nexas..... | 209:309\$200 |
| 2.º Conselho supremo militar, e de jus- tiça, e Auditores..... | 39:462\$400 |
| 3.º Pagadoria das tropas da cõrte..... | 33:060\$000 |
| 4.º Archivo militar e officina lithographica. | 23:770\$000 |
| 5.º Instrução militar..... | 279:860\$000 |
| 6.º Arsenaes de guerra, e armazens de ar- tigos bellicos, etc..... | 880:967\$560 |



| | |
|---|----------------|
| 7.º Corpo de saúde e hospitaes..... | 728:122\$440 |
| 8.º Exercito..... | 6.515:542\$990 |
| 9.º Commissões militares..... | 87:295\$209 |
| 10. Classes inactivas..... | 1.440:060\$794 |
| 11. Ajudas de custo. | 100:000\$000 |
| 12. Fabricas..... | 203:389\$400 |
| 13. Presidios e colonias militares, incluída a quantia de 62:387\$390 com o es- tabelecimento do Itapura, que fica a cargo deste Ministerio, e a de 11:418\$800 para execução do Decreto n.º 2502 de 16 de Novembro de 1859, que creou colonias militares nos cam- pos do Eré e de Xagü na Provincia do Paraná..... | 308:446\$190 |
| 14. Obras militares..... | 835:117\$600 |
| 15. Despezas eventuaes..... | 400:000\$000 |

Art. 7.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda é autorizado para despende com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de. 39.941:035\$696

A saber:

| | |
|---|-----------------|
| 1.º Juros, amortização e mais despezas da dívida externa fundada, pertencente ao Estado, ao cambio par de 27..... | 8.056:560\$998 |
| 2.º Idem da interna fundada..... | 15.785:126\$000 |
| 3.º Idem da inscripta antes da emissão das respectivas polices e pagamento em dinheir ^o das quantias menores de 400\$000, na fórma do art. 95 da Lei de 24 de Outubro de 1832..... | 100:000\$000 |
| 4.º Caixa da amortização, filial da Bahia, etc. | 100:000\$000 |
| 5.º Pensionistas e aposentados..... | 1.893:227\$557 |
| 6.º Empregados de repartições extinctas... | 17:756\$218 |
| 7.º Thesouro nacional e Thesourarias de fa- zenda..... | 1.105:790\$410 |
| 8.º Juiz ^o dos feitos da fazenda..... | 75:517\$000 |
| 9.º Estações de arrecadação.... | 3.314:140\$420 |
| 10. Casa da moeda e officina de estamperia e impressão do Thesouro nacional... | 150:280\$000 |
| 11. Administração de proprios nacionaes, e de terrenos diamantinos..... | 54:306\$000 |

| | |
|--|----------------|
| 12. Typographia Nacional, e <i>Diario Official</i> . | 170:000\$000 |
| 13. Ajudas de custo..... | 35:000\$000 |
| 14. Gratificações por serviços temporarios, e extraordinarios..... | 20:000\$000 |
| 15. Ditas por trabalhos fóra das horas do expediente..... | 50:000\$000 |
| 16. Despezas eventuaes, sendo 40:000\$000 para diversas e 2.668:880\$760 especialmente para differenças de cambio..... | 2.708:880\$760 |
| 17. Premios e descontos de letras, juros reciprocos, etc., sendo 200:000\$000 para varios serviços, e 3.600:000\$000 para juros de bilhetes do Thesouro..... | 3.800:000\$000 |
| 18. Juros do emprestimo do cofre dos orphãos..... | 400:000\$000 |
| 19. Obras..... | 600:000\$000 |
| 20. Exercicios findos..... | 500:000\$000 |
| 21. Adiantamento da garantia de 2 % provinciaes á estrada de ferro de Pernambuco..... | 213:333\$333 |
| 22. Dito á da Bahia..... | 320:000\$000 |
| 23. Dito á de S. Paulo..... | 471:117\$000 |
| 24. Reposições e restituições..... | § |
| 25. Pagamento do emprestimo do cofre dos orphãos..... | § |
| 26. Dito de bens de defuntos e ausentes, e do evento..... | § |
| 27. Dito de premios de loterias..... | § |
| 28. Dito de depositos de qualquer origem.. | § |

Art. 8.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas é autorizado para despender com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de.....

12.971:717\$030

A saber:

| | |
|--|--------------|
| 1.º Secretaria de Estado, sendo desde já 40:000\$000 para os vencimentos de seis Praticantes creados pelo Decreto n.º 4167 de 29 de Abril de 1868, e de dous Correios..... | 170:000\$000 |
|--|--------------|

| | |
|--|----------------|
| 2.º Sociedade auxiliadora da industria nacional..... | 6:000\$000 |
| 3.º Aquisição de plantas, etc..... | 50:000\$000 |
| 4.º Auxilio ao Dr. Martius..... | 10:000\$000 |
| 5.º Eventuaes, sendo 10:000\$000 desde já para aquisição de padrões do systema metrico, a fim de executar-se no Municipio neutro a Lei n.º 1157 de 26 de Junho de 1862..... | 30:000\$000 |
| 6.º Jardim botanico da Lagoa de Rodrigo de Freitas, incluída a quantia de 20:000\$000 para as obras necessarias á abertura da escola agricola, creada pelo Instituto bahiano de agricultura..... | 44:000\$000 |
| 7.º Dito do passeio publico..... | 10:000\$000 |
| 8.º Corpo de bombeiros, sendo desde já o augmento de 3:672\$000 para aluguel da casa e conservação do material... | 68:085\$000 |
| 9.º Illuminação publica | 618:867\$570 |
| 10. Garantia de juros ás estradas de ferro.. | 1.789:428\$800 |
| 11. Estrada de ferro de D. Pedro II, sendo 34:050\$000 logo que sejião abertas as estações da Sapucaia, Vargem Alegre e Pinheiros..... | 2.034:050\$000 |
| 12. Obras publicas geraes, e auxilio ás provincias, sendo desde já 200:000\$ com a estrada de Mato-Grosso; 100:000\$ para o prolongamento da estrada de rodagem da capital da Parahyba do Norte para o interior da provincia; 26:254\$185 para indemnização de Heracio Green & C.ª por excesso da despeza que fizerão com a ponte de ferro sobre o rio Capiberibe em Pernambuco, segundo a decisão arbitral. | 1.000:000\$000 |
| 13. Obras publicas do Municipio neutro... | 397:338\$000 |
| 14. Esgoto da cidade..... | 875:280\$000 |
| 15. Telegraphos, sendo desde já com o augmento do serviço 433:000\$000..... | 433:000\$000 |
| 16. Terras publicas e colonisação, sendo desde já 500:000\$000 para auxilio de transportes de colonos importados no Imperio por conta de particulares... | 1.351:500\$000 |

| | |
|---|----------------|
| 17. Catechese e civilisação de indios, sendo desde já 40:000\$000 para aquisição de missionarios, e estabelecimento de aldeamentos | 120:000\$000 |
| 18. Subvenção ás companhias de navegação a vapor, sendo desde já comprehendida a importancia do contracto de navegação de Montevideo para Mato Grosso; 12:000\$000 para a companhia Progressista de navegação a vapor na provincia do Paraná; 20:000\$000 para a companhia de navegação a vapor entre os portos de Mossoró e Armação, e 30:000\$000 para navegação do rio Jequitinhonha, contractando o Governo este serviço com a companhia que se organizar e offerecer melhores condições..... | 3.094:000\$000 |
| 19. Correio geral, sendo desde já com a reforma do pessoal e do serviço 162:247\$220..... | 932:987\$660 |
| 20. Museu nacional..... | 27:180\$000 |
| | <hr/> |

CAPITULO II.

RECEITA GERAL.

Art. 9.º A Receita Geral do Imperio é orçada na quantia de..... 95.800:000\$000

Art. 10. Esta Receita será effectuada com o producto da renda geral arrecadada dentro do exercicio da presente Lei, sob os titulos abaixo designados:

ORDINARIA.

- 1.º Direitos de importação para o consumo.
- 2.º Expediente dos generos livres de direitos de consumo, elevado a 5 %.
- 3.º Armazenagem.

- 4.º Premios de assignados.
- 5.º Ancoragem.
- 6.º Direitos de 15 % de exportação do Fáo Brasil.
- 7.º Ditos de 9 %.
- 8.º Ditos de 2 1/2 %.
- 9.º Ditos de 1 1/2 % do ouro em barra.
10. Ditos de 1 % dos diamantes.
11. Expediente das capatazias.
12. Juros das acções das estradas de ferro da Bahia e de Pernambuco.
13. Renda do correio geral.
14. Dita da estrada de ferro de D. Pedro II.
15. Dita da casa da moeda.
16. Dita da senhoriagem da prata.
17. Dita da lithographia militar.
18. Dita da typographia nacional.
19. Dita do *Diario Official*.
20. Dita da casa de correção.
21. Dita do instituto dos meninos cegos.
22. Dita idem dos surdos-mudos.
23. Dita da fabrica da pólvora.
24. Dita da de ferro de Ypanema.
25. Dita dos telegraphos electricos.
26. Dita dos arsenaes.
27. Dita de proprios nacionaes.
28. Dita de terrenos diamantinos.
29. Dita do imperial collegio de Pedro II.
30. Fóros de terrenos e de marinhas, excepto os do municipio da côrte, e producto da venda de posses ou dominios uteis daquelles terrenos de marinhas cujo aforamento fôr pretendido por mais de um individuo, a quem a lei não mandar dar preferencia, ou não sendo esta requerida em tempo, os quaes serão postos em hasta publica para serem cedidos a quem mais der.
31. Laudemics, não comprehendidos os provenientes das rendas de terrenos de marinhas da côrte.
32. Decima urbana.
33. Dita de uma legua além da demarcação, ficando supprimida na cidade de Nietheroy.
34. Dita adicional.
35. Matriculas das faculdades de direito e de medicina.
36. Sello do papel fixo e proporcional, ficando incluídas nesta verba os direitos que pagão os empregos e offi-

cios de justiça e ecclesiasticos, e reduzidos a 5 % pela mesma fórma por que actualmente pagão todos os demais empregados.

37. Premios de depositos publicos.
38. Emolumentos.
39. Imposto de transmissão de propriedade.
40. Dito pessoal.
41. Dito sobre industrias e profissões, ficando supprimido o imposto sobre as fabricas de tecer e fiar algodão, de ferro, de machinas e de estaleiros de construcção.
42. Dito de consumo da aguardente.
43. Dito do gado de consumo.
44. Dito de 20 % das loterias.
45. Dito de 15 % dos premios das mesmas.
46. Dito sobre datis mineraes.
47. Taxa dos escravos.
48. Venda de terras publicas.
49. Concessão de penhas d'agua.
50. Armazenagem da aguardente.
51. Cobrança da divida activa.

EXTRAORDINARIA.

52. Contribuição para o montepi.
53. Indemnizações, comprehendidas as amortizações atrasadas dos empréstimos de 1851 e 1857, que têm de ser pagas pela Republica Argentina, na conformidade dos protocellos de 16 de Abril de 1869 e 28 de Janeiro do corrente anno.
54. Juros de capitães nacionaes, incluídos os dos mesmos empréstimos, nos termos dos citados protocellos.
55. Producto de loterias para fazer face ás despezas da casa de correcção, e do melhoramento sanitario do Imperio.
56. Dito de 1 % das loterias na fórma do Decreto n.º 2936 de 16 de Junho de 1862.
57. Venda de generos e proprios nacionaes.
58. Receita eventual, comprehendidas as multas por infracção de lei ou regulamento.

DEPOSITOS.

- 1.º Empréstimo do café dos orphãos.
- 2.º Bens de defunctos e ausentes, e do



3.º Premios de loterias.

4.º Depósitos de diversas origens.

Art. 11. O Governo fica autorizado para emittir bilhetes do Thesouro até a somma de 8.000:000\$000, como anticipação de receita no exercicio desta Lei.

CAPITULO III.

DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 12. Continúa o Governo autorizado a converter em divida consolidada interna ou externa parte ou tola a divida fluctuante.

Art. 13. O sallo resultante da receita sobre a despesa fixada nesta lei será applicado ao resgate do papel moeda.

Art. 14. Continúa desde já em vigor a disposição do art. 13 n.º 2 da Lei n.º 1245 de 20 de Julho de 1865.

Art. 15. O disposto no art. 19, § 1.º da Lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867 não comprehenderá os dotes ou doações, que aos noivos se fação nas escripturas ante-nupcias.

Art. 16. Fica revogado o art. 27 da lei n.º 1507 de 26 de Setembro de 1867.

Art. 17. E' autorizado o Governo a mandar applicar a consignação annua destinada ao pagamento do aluguel da casa e respectivo pessoal do seminario da Provincia do Rio Grande do Sul, enquanto este não estiver funcionando, á continuação das obras do seminario em construcção na capital da mesma Provincia.

Art. 18. Os vencimentos actuaes dos Empregados da contadoria de marinha e intendencia, iguaes aos do Thesouro pelo Decreto n.º 4214 de 20 de Junho de 1868, ficão desde já na parte relativa á gratificação equiparados aos do Thesouro, sendo o mais considerado como ordenado.

Art. 19. Fica autorizado o Governo a mandar pagar pelos meios votados na presente Lei a quantia de 3:000\$000, importancia dos vencimentos atrasados do Escrivão de africanos livres da Côrte Balbino José da França Ribeiro, em cumprimento do Decreto n.º 1732 de 5 de Outubro de 1869.

Art. 20. Ficão em vigor todas as disposições da Lei do orçamento antecedente, que não versarem particularmente sobre

a fixação da receita e despesa, e não tiverem sido expressamente revogadas.

Art. 21. Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as Autoridades a quem o conhecimento da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos vinte sete de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadrag-simo nono da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

Visconde de Itaborahy.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, fixando a despesa e orçando a receita geral do Imperio para o exercicio de 1871—1872, e dando outras providencias como nella se declara.

Para Vossa Magestade Imperial ver.

Francisco Teixeira de Lira e Oliveira a fez.

Chancellaria-n.ºr do Imperio.


Barão de Muritiba.

Transitou em 28 de Setembro de 1870.

José da Cunha Barbosa.

Publicada na Secretaria do Estado dos Negocios da Fazenda, em 30 de Setembro de 1870.

José Severiano da Rocha.



LEI N. 1837 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1870.

Autoriza o Governo a despende a quantia de 430:000\$000 para fazer cunhar e pôr em circulação cem mil kilogrammos de moeda de níkel.

Dom Pedro II. por Graça de Deos e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos que a Assembléa Geral decretou e nós Queremos a Lei seguinte:

Artigo unico. O Governo é autorizado a despende, por conta da receita do exercicio corrente, a quantia de 430:000\$000. para fazer cunhar e pôr em circulação cem mil kilogrammos de moeda de níkel, devendo a somma que elles produzirem ser escripturada em verba especial na receita do Estado.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos vinte sete de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

Visconde de Itaborahy.

Carta de lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral que Houve por bem Sanccionar, autorizando o Governo a despende a quantia de quatrocentos e cincoenta contos de réis para fazer cunhar e pôr em circulação cem mil kilogrammos de moeda de níkel.

Para Vossa Magestade Imperial ver.

Carlos Augusto de Sá a fez.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou em 28 de Setembro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 30 de Setembro de 1870.—*José Sercriano da Rocha.*



DECRETO N. 1838 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1870.

Concede mais 20 loterias para continuação das obras do Hospício de Pedro II e para manutenção dos alienados.

Hei pôr bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º São concedidas para continuação das obras do Hospício de Pedro II e para manutenção dos alienados, mais 20 loterias, das quaes se extrahirá uma por anno, conforme o plano das concedidas á Santa Casa da Misericórdia desta Córte.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, aos vinte sete de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Barão de Muritiba.*

Transitou em 28 de Setembro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 30 de Setembro de 1870.—*José Severiano da Rocha.*



DECRETO N. 1839 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para conceder isenção de direitos a certos objectos que forem importados para o assentamento de trilhos urbanos na Cidade de Santos.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assemblêa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para conceder isenção de direitos de importação aos carris, carros e accessorios dos mesmos, que forem necessarios para o assentamento de trilhos urbanos na Cidade de Santos, da Provincia de S. Paulo, de que é empregario Domingos Moutinho.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

O Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, aos vinte sete de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Visconde de Itaborahy.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão de Muritiba.*

Transitou em 28 de Setembro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 30 de Setembro de 1870. — *José Severiano da Rocha.*



DECRETO N. 1840 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1870.

Approva as pensões concedidas ao soldado Pedro José Archangel, do 44.º corpo de voluntarios da patria, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões, concedidas por Decretos de 6 de Julho de 1870, a saber :

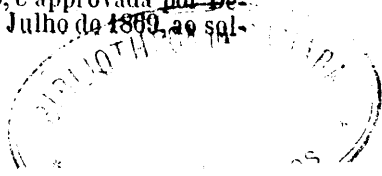
§ 1.º Pensões diarias: de 400 réis aos soldados, Pedro José Archangel, do 44.º corpo de voluntarios da patria, Joaquim Muniz da Penha, soldado reformado do 37.º dito, Agostinho Antunes Lopes, do 12.º batalhão de infantaria, e José Agostinho dos Santos, do 54.º corpo de voluntarios da patria; de 500 réis a Antonio Bispo dos Santos, Anspeçada do 18.º batalhão de infantaria, Severino José Rangel de Sampaio, Cabo de Esquadra do 31.º corpo de voluntarios da patria, Cabo João Alves de Souza, do 39.º dito, e Cabo Antonio Clementino de Côte Ribeiro, do 53.º dito, todos invalidados em combate.

§ 2.º Pensões mensaes: de 21\$000, sem prejuizo do meio soldo que lhe competir, a D. Anna Pontes da Fonseca Figueiredo, viuva do Tenente do corpo de atiradores do exercito Francisco da Fonseca Figueiredo, morto em combate; de 21\$000, sem prejuizo do meio soldo que lhe competir, a D. Maria Carolina de Mendonça Santos, viuva do Tenente do 16.º batalhão de infantaria Constantino Leandro dos Santos, morto em combate; de 42\$000 a Antonio Feliciano Pimenta, Tenente do 23.º corpo de voluntarios da patria; de 60\$000 a Candido Furtado Fanfa, Capitão do 16.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul; e de 84\$000 a Antonio Alves da Fontoura Requinho, Major do 16.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul, todos inutilizados em combate.

Art. 2.º Fica approvada a pensão de 60\$000 mensaes, igual ao soldo da patente de Capitão, concedida por Decreto de 14 de Julho de 1870, a D. Maria Adelaide Martins Brandão, viuva do Capitão de voluntarios da patria Antonio Manoel de Almeida Brandão, fallecido por ferimentos recebidos em combate.

Art. 3.º Estas pensões serão pagas da data dos respectivos decretos.

Art. 4.º A pensão de 400 réis diarios, concedida por Decreto de 29 de Fevereiro de 1868, e approvada por Decreto Legislativo n.º 1620 de 10 de Julho de 1869, ao sal-



dado do 26.º corpo de voluntarios da patria Guilherme Francisco de Almeida, deve entender-se como concedida ao soldado do mesmo corpo Guilherme Francisco de Albuquerque, devendo esta pensão ser paga da data do Decreto de 29 de Fevereiro de 1858.

Art. 5.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Paulino José Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte nove de Setembro de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Paulino José Soares de Souza.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 5 de Outubro de 1870.—Registrado.—*José da Cunha Barbosa.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 7 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO_N. 1841 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1870.

Eleva a quatro contos e quinhentos mil réis os vencimentos do Secretario do Supremo Tribunal de Justiça.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Ficão elevados a quatro contos e quinhentos mil réis os vencimentos do Secretario do Supremo Tribunal de Justiça, sendo dous terços ordenado e um terço gratificação; e o Governo autorizado para fazer, desde já, a respectiva despesa pelos meios consignados na Lei do Orçamento corrente.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

O Barão de Muritiba, do Meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado interino dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte nove de Setembro de mil oitocentos e setenta. quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Muritiba.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Barão das Tres Barras.*

Transitou em 4 de Outubro de 1870. — *José da Cunha Barbosa.*

DECRETO N. 1812—DE 4 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar admitir á matricula e a exame na Faculdade de Medicina da Côrte, e na de Direito do Recife, Felipe Bazilio Cardoso Pires e outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para mandar matricular :

7 Paragrapho unico. No 3.º anno do curso medico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro ao pharmaceutico Felipe Bazilio Cardoso Pires, feito previamente o exame das materias dos dous primeiros annos, que não estão comprehendidas no curso pharmaceutico.

Art. 2.º Fica outrosim o Governo autorizado para conceder :

§ 1.º Que sejam admittidos na Faculdade de Direito do Recife a fazer acto das materias do primeiro anno, pagas as matriculas e provada a respectiva frequencia, e depois de ser cada um approvado no preparatorio que lhe falta, os estudantes José Domingues Porto Netto, Francisco Xavier Paes Barreto, Adriano Francisco Ferreira Neves Junior e Miguel Felipe de Souza Leão Junior.

§ 2.º Que Antonio da Terra Pereira e Francisco Luiz Tavares, depois de feitos os exames do primeiro anno medico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, sejam admittidos aos do segundo, provando que não lhes falta nessa occasião exame algum preparatorio, e que tiverão a necessaria frequencia e pagarão as respectivas matriculas.

§ 3.º Que sejam admittidos na mesma Faculdade de Medicina, os exames preparatorios feitos por Plotino Soares e pelo pharmaceutico José Borges Ribeiro da Costa, na Escola Militar, por Manoel Pedro Alves de Barros, João de Freitas Rodrigues Braga e João Manoel Guedes Alcolorado, na Escola de Marinha, e por Martinho da Silva Costa Junior, na Faculdade de Direito do Recife.

§ 4.º Que sejam admittidos na mesma Faculdade de Direito os exames preparatorios feitos por Melchhiades Corrêa Garcia na Faculdade de Medicina da Bahia.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quatro de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 12 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 12 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



LEI N. 1843 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1870.

Fixa as Forças de Terra para o anno financeiro de 1871—1872.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deus e Unanime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assemblêa Geral decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º As Forças de Terra para o anno financeiro de 1871 a 1872, constaráo:

§ 1.º Dos officiaes das differentes classes do Quadro do Exercito.

§ 2.º Em circumstancias ordinarias de 16.000 praças de pret, e de 32.000 em circumstancias extraordinarias; podendo, na insufficiencia de outros meios, ser as forças extraordinarias preenchidas por Guarda Nacional destacada.

§ 3.º Das Companhias de Deposito e de Aprendizes Artilheiros, não excedendo de mil praças.

Art. 2.º A disposição do art. 3.º da Lei de 20 de Julho de 1864, que a Lei de 28 de Junho de 1865 declarou permanente, observar-se-ha de conformidade com a Lei n.º 1471 de 25 de Setembro de 1867, art. 3.º

Art. 3.º Serão considerados, desde já, como se graduados fossem, os officiaes do Exercito e praças de pret, que foram commissionados pelos Generaes em Chefe durante a guerra, e que se achão actualmente conservados nestas commissões.

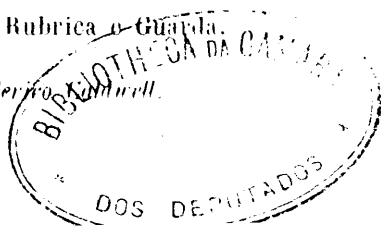
Art. 4.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Guerra a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos seis dias do mez de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadregésimo nono da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

João Frederico de Almeida.



Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Howe por bem Sanccionar, fixando as Forças de Terra para o anno financeiro de 1871 a 1872.

Para Vossa Magestade Imperial ver.

Custodio Joaquim Moreira a fez.

Barão das Tres Barras.

Transitou na Chancellaria-mór do Imperio, em 8 de Outubro de 1870.

José da Cunha Barbosa.

Foi esta Lei publicada nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em 10 de Outubro de 1870.

Mariano Carlos de Souza Corrêa.



DECRETO N. 1844 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo a conceder á associação da desobstrucção da foz do rio S. Gonçalo, estabelecida na Cidade de Pelotas, Provincia do Rio Grande do Sul, isenção de direitos para todo o material que importar.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para conceder á associação da desobstrucção da foz do rio S. Gonçalo, estabelecida na Cidade de Pelotas, Provincia do Rio Grande do Sul, a introducção livre de direitos de importação, de todo o material necessario para a excavação da barra daquelle rio, a que se obrigou por contracto feito com a administração daquelle Provincia.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

Jeronymo José Teixeira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agri-

cultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em seis de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Jeronymo José Teixeira Junior.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 8 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 10 de Outubro de 1870.—O Director geral *José Agostinho Moreira Guimarães.*



DECRETO N. 1845 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo a conceder á companhia Ituana, organizada na Provincia de S. Paulo, os mesmos favores concedidos á companhia ingleza da estrada de ferro de Santos a Jundiahy, excepto a garantia de juros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.º E' o Governo autorizado para conceder á companhia Ituana, organizada na Provincia de S. Paulo, a fim de construir uma estrada de ferro de Jundiahy a Itú, os mesmos favores concedidos á companhia ingleza da estrada de ferro de Santos a Jundiahy, menos a garantia de juros.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

Jeronymo José Teixeira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha en-

tendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em seis de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Jeronymo José Teixeira Junior.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 8 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 10 de Outubro de 1870.—O Director geral *José Agostinho Moreira Guimarães.*



DECRETO N. 1846 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para conceder isenção de direitos de importação a todo o material e combustivel da empreza de trilhos urbanos da Cidade do Recife para a de Olinda, na Provincia de Pernambuco.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.º E' o Governo autorizado para conceder isenção de direitos de importação para todo o material e combustivel da empreza de trilhos urbanos, servida por machinas locomotivas, da Cidade do Recife para a de Olinda, na Provincia de Pernambuco, na fôrma da condição 34.ª do respectivo contracto; devendo o Governo, sobre representação do empresario, determinar os objectos a que tiver de conceder a isenção.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

Francisco de Salles Torres Homem, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tri-

bunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro aos seis de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco de Salles Torres Homem.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 10 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 11 de Outubro de 1870.—*José Severiano da Rocha.*



DECRETO N. 1817 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para conceder isenção de direitos de importação aos carris, carros e accessorios dos mesmos que forem necessarios, para o estabelecimento do systema de carris de ferro de que é empregario José Henrique Trindade.

Hei por bem Sanceionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para conceder isenção de direitos de importação aos carris, carros e accessorios dos mesmos, que forem necessarios para o estabelecimento do systema de carris de ferro de que é empregario José Henrique Trindade, na Cidade do Recife, Capital da Provincia de Pernambuco.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

Francisco de Salles Torres Homem, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro aos seis de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco de Salles Torres Homem.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 10 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 11 de Outubro de 1870.—*José Severiano da Rocha.*

DECRETO N. 1848—DE 6 DE OUTUBRO DE 1870.

Remitte a D. Adelaide Fontes Rangel de Antas, viuva do Capitão do estado maior de artilharia Antonio João Rangel de Vasconcellos Antas, a quantia de 854\$441, que este devia á Fazenda Nacional.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assemblêa Geral:

Art. 1.º E' remittida a D. Adelaide Fontes Rangel de Antas, viuva do Capitão do estado maior de artilharia Antonio João Rangel de Vasconcellos Antas, a quantia de 854\$441 a que está reduzida a divida do mesmo Capitão á Fazenda Nacional.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

Francisco de Salles Torres Homem, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro aos seis de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco de Salles Torres Homem.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 10 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 11 de Outubro de 1870.—*José Severiano da Rocha.*

DECRETO N. 1849 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade do Rio de Janeiro o alumno Carlos Dias Delgado de Carvalho.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade do Rio de Janeiro o alumno Carlos Dias Delgado de Carvalho, o qual não poderá ser admittido a exame das materias do anno lectivo sem mostrar-se habilitado no exame de philosophia.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em sete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 12 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 13 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1850—DE 7 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade do Rio de Janeiro o alumno Joaquim Rodrigues Pereira Milagres.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade do Rio de Janeiro o alumno do 1.º anno pharmaceutico Joaquim Rodrigues Pereira Milagres, o qual não poderá ser admittido a exame do anno lectivo sem mostrar-se habilitado no exame de geographia.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio de Rio de Janeiro, em sete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Côm a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 12 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 13 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1851 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame na Faculdade de Direito do Recife o alumno Francisco Frederico da Rocha Vieira.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar admittir a exame do 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife o alumno Francisco Frederico da Rocha Vieira, alli matriculado como ouvinte, depois de examinado e approvado no preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em sete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chanceryria-mór do Imperio. — *Barão das Tres Barras.*

Transitou em 12 de Outubro de 1870. — *José da Cunha Barbosa.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 13 de Outubro de 1870. — *Fausto Augusto de Aguiar.*

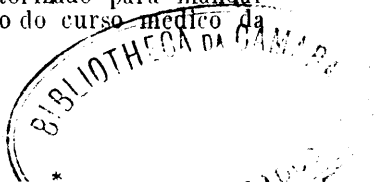


DECRETO N. 1852 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno do curso medico da côrte o alumno Henrique de Almeida Regadas Filho.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para mandar desde já matricular no 1.º anno do curso medico da



côrte o alumno Henrique de Almeida Regadas Filho, o qual não poderá ser admittido a exame do anno lectivo sem primeiro mostrar-se habilitado no preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em sete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 12 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 13 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1833--DE 7 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno do curso juridico de S. Paulo o alumno Caetano Luiz Machado de Magalhães.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para mandar desde já matricular no 1.º anno do curso juridico de S. Paulo o alumno Caetano Luiz Machado de Magalhães, o qual não poderá ser admittido a exame do anno lectivo sem mostrar-se habilitado no preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em sete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transito em 12 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 13 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1854 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade da Côrte o alumno Antonio Saturnino Gomes de Freitas.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral :

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade da Côrte o alumno Antonio Saturnino Gomes de Freitas, o qual não poderá ser admittido a exame das materias do anno lectivo sem mostrar-se habilitado no exame de historia.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em sete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 12 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 13 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1855 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno da Faculdade de Medicina da Córte o alumno do curso pharmaceutico João Chrysostomo Drummond Franklin.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar desde já matricular no 1.º anno de Medicina da Córte o alumno de pharmacia João Chrysostomo Drummond Franklin, o qual não poderá ser admittido a exame das materias do anno lectivo sem mostrar-se habilitado no preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em sete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras*.

Transitou em 12 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 13 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1836 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar admitir a exame do 1.º anno da Faculdade de Medicina da Côrte o alumno Matheus Chaves de Magalhães.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar fazer exame do primeiro anno medico da Faculdade da Côrte ao alumno Matheus Chaves de Magalhães, devendo antes mostrar-se habilitado no preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em sete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 12 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 13 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

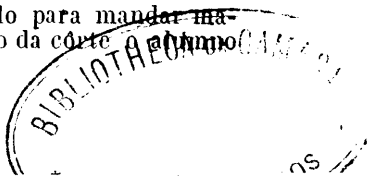
DECRETO N. 1857 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar matricular no 3.º anno pharmaceutico da Faculdade de Medicina da Côrte o alumno Carlos Pereira Rego.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar matricular no 3.º anno pharmaceutico da côrte o alumno

PART. I. 17.



Carlos Pereira Rego, aceitando-se-lhe os exames feitos na Escola Central, e não podendo ser admittido a exame do anno lectivo, sem mostrar-se habilitado em chimica organica.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em sete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 12 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 13 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1838 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame do 1.º anno da Faculdade de Medicina da Côrte o alumno Constantino Machado Coelho.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar fazer exame do 1.º anno medico da Faculdade da Côrte ao alumno Constantino Machado Coelho, devendo antes mostrar-se habilitado no examê do preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Impe-

rio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em sete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 12 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 13 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1859 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar considerar válidos em qualquer das Faculdades de Medicina os exames feitos na Faculdade de Direito do Recife pelo alumno Antonio Joaquim Borges de Barros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para mandar que sejam válidos em qualquer Faculdade de Medicina do Imperio os exames feitos na Faculdade de Direito do Recife pelo alumno Antonio Joaquim Borges de Barros.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em sete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 12 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 13 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1860 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para conceder ao lente da Faculdade de Direito do Recife, Conselheiro Lourenço Trigo de Loureiro, um anno de licença com todos os seus vencimentos.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para conceder ao lente da Faculdade de Direito do Recife, Conselheiro Lourenço Trigo de Loureiro, um anno de licença com todos os seus vencimentos para tratar de sua saude dentro ou fóra do Imperio.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em sete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestado o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras*.

Transitou em 12 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 13 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1861 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para jubilar o lente cathedratico da Faculdade de Direito de S. Paulo Conselheiro Manoel Dias de Toledo.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para jubilar o lente cathedratico da 2.ª cadeira do 3.º anno da Faculdade de Direito de S. Paulo, Conselheiro Manoel Dias de Toledo, com todos os seus vencimentos.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em sete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Barão das Tres Barras.*

Transitou em 12 de Outubro de 1870. — *José da Cunha Barbosa.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 13 de Outubro de 1870. — *Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1862 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para conceder ao lente da Faculdade de Direito do Recife, Dr. José Antonio de Figueiredo, seis mezes de licença com os respectivos vencimentos.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.º E' o Governo autorizado para conceder ao lente da Faculdade de Direito do Recife, Dr. José An-

tonio de Figueiredo, seis mezes de licença com os respectivos vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em sete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 12 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 13 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1863—DE 7 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame em qualquer das Faculdades de Medicina o alumno Frederico José Paranhos de Moraes.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar o alumno do 3.º anno pharmaceutico, Frederico José Paranhos de Moraes, fazer exame vago das materias que lhe faltão do 1.º e 2.º anno medico, depois de mostrar-se habilitado no preparatorio de historia e concluir o curso de pharmacia.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Impe-

rio, assim o tenha entendido o faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em sete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 12 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 13 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1864—DE 12 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo a conceder a quem melhores condições offerecer, permissão para a construcção de uma estrada, que, partindo do melhor ponto maritimo da Provincia de Santa Catharina vá ter á Cidade de Porto Alegre, Capital da de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para conceder a quem melhores condições offerecer, depois de approvar os estudos definitivos, permissão para construcção de uma estrada de ferro, que, partindo do melhor ponto maritimo da Provincia de Santa Catharina, vá ter á Cidade de Porto Alegre, Capital da de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Para auxiliar a realização da referida empreza o Governo poderá conceder isenção de direitos, privilegios, faculdade para desappropriação de uma zona privilegiada de cada lado da estrada, e quaesquer outros favores como os que têm sido outorgados a emprezas da mesma natureza.

Paragrapho unico. Fica, porém, declarado que não será concedida garantia de juros, subvenção, empresti-

mos, ou outro auxilio do Thesouro Nacional, e nem, em caso algum, prorrogação de prazos que forem fixados.

Art. 3.º A companhia não possuirá escravos, e não empregará em seu serviço quér de construcção, quér de trafego da estrada, senão trabalhadores livres.

Art. 4.º Revogão-se as disposições em contrario.

Jeronymo José Teixeira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em doze de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Jeronymo José Teixeira Junior.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 12 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 13 de Outubro de 1870.—O Director geral *José Agostinho Moreira Guimarães.*



DECRETO N. 1865—DE 13 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza a casa de caridade denominada de Santa Thereza, estabelecida na Cidade do Serro, na Provincia de Minas Geraes, a adquirir bens de qualquer natureza até o valor de 60:000\$ para fundar o seu patrimonio.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' autorizada a casa de caridade denominada de Santa Thereza, estabelecida na Cidade do Serro, da Provincia de Minas Geraes, a adquirir bens de qualquer natureza até o valor de 60:000\$, para fundar o seu patrimonio, ou seja por meio de doações e legados, ou ain-

da mesmo de heranças, ficando para este fim sómente dispensadas as leis que prohibem ás corporações de mão morta o poderem ser instituidas herdeiras.

Art. 2.º O producte dos bens adquiridos em virtude do artigo precedente converter-se-ha em apolices da divida publica, as quaes serão inscriptas com a clausula de inalienaveis.

Art. 3.º Ficão derogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em treze de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 15 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



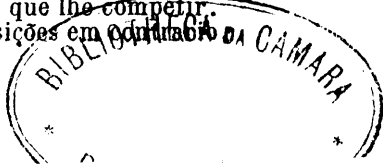
DECRETO N. 1866 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1870.

Approva a aposentadoria concedida ao Secretario do Governo de Mato Grosso Joaquim Felicissimo de Almeida Lousada.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' approvada a aposentadoria, concedida por Decreto de 27 de Julho de 1870 ao Secretario do Governo da Provincia de Mato Grosso Joaquim Felicissimo de Almeida Lousada, com o ordenado que lhe compete.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.



João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em treze de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 15 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1867 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1870.

Approva a pensão concedida a Theresa Candida de Jesus, mãe do Anspeçada do 1.º corpo de voluntarios da patria Evaristo José da Silva.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução da Assemblêa Geral :

Art. 1.º Fica approvada a pensão, concedida por Decreto de 25 de Maio de 1870, de 45\$ mensaes, a Theresa Candida de Jesus, mãe do Anspeçada do 1.º corpo de voluntarios da patria Evaristo José da Silva, fallecido em consequencia de ferimentos recebidos em combate, devendo esta pensão ser paga da data do respectivo decreto.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio,

assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em treze de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 15 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1868—DE 13 DE OUTUBRO DE 1870.

Approva a pensão concedida a D. Anna Justina Ferreira Nery.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de 1:200\$, concedida por Decreto de 11 de Maio de 1870, a D. Anna Justina Ferreira Nery, em attenção aos relevantes serviços que na guerra do Paraguay prestou.

Art. 2.º Esta pensão deverá ser paga da data do respectivo decreto.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em treze de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 15 de Outubro de 1870. — *José da Cunha Barbosa*. — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Outubro de 1870. — *Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1869 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1870.

Approva a pensão concedida a D. Izabel Herculana Ferreira Gomes, filha legitima do Senador do Imperio Conselheiro Herculano Ferreira Penna.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral :

Art. 1.º Fica approvada a pensão, concedida por Decreto de 3 de Julho de 1870, da quantia de 1:000\$ annuaes, a D. Izabel Herculana Ferreira Gomes, filha legitima do Senador do Imperio Conselheiro Herculano Ferreira Penna.

Art. 2.º Esta pensão será paga da data do respectivo decreto.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em treze de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadregésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Barão das Tres Barras*.

Transitou em 15 de Outubro de 1870. — *José da Cunha Barbosa*. — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Outubro de 1870. — *Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1870 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1870.

Approva as pensões concedidas ao Major honorario do exercito Fortunato de Campos Freire, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decretos de 10 de Agosto de 1870, a saber :

§ 1.º Pensão mensal de 84\$000 ao Major honorario do exercito Fortunato de Campos Freire, invalidado por molestias adquiridas em campanha.

§ 2.º Pensões diarias: de 500 réis ao Cabo de Esquadra do 40.º corpo de voluntarios da patria Sabino Roque de Jesus; de 400 réis aos soldados, José Vicente dos Anjos, do 30.º corpo de voluntarios da patria; Bernardino Gonçalves dos Santos, do 36.º dito; Paulino Victorino do Rego, do 3.º batalhão de infantaria; José Domingos Pereira, do 9.º dito; Francisco Moniz Alves, do 16.º dito; Manoel Lopes Rodrigues, do 6.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul; Ponciano Pereira da Silva, soldado reformado do 12.º batalhão de infantaria, todos invalidados em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos respectivos decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em treze de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono de Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.— *Barão das Tres Barras.*

Transitou em 15 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1871 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1870.

Approva a pensão de 42\$000 mensaes, repartidamente, ás sete irmãs do 2.º Tenente da Armada e Immediato do monitor *Rio Grande* João Olympio Telles de Menezes.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica approvada a pensão de 42\$000 mensaes, concedida por Decreto de 3 de Agosto de 1870, repartidamente, ás sete irmãs do 2.º Tenente da Armada e Immediato do monitor *Rio Grande* João Olympio Telles de Menezes, DD. Christina Julia de Menezes, Maria Margarida Telles, Anna Amelia de Menezes, Joanna Maria Telles, Primilivia Josepha Telles, Maria Julia de Menezes e Nathalia Rosa de Menezes.

Art. 2.º Esta pensão será paga da data do referido decreto.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em treze de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 13 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1872 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1870.

aprova a pensão concedida ao Conego Candido Affonso dos Santos Lage, vigário collado na Freguezia de Taquarussú, Diocese de Marianna, Provincia de Minas Geraes.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º E' approvada a pensão de 600\$000, correspondente á congrua, concedida por Decreto de 20 de julho de 1870, ao Conego Candido Affonso dos Santos Lage, vigário collado na Freguezia de Taquarussú, Diocese de Marianna, Provincia de Minas Geraes, não tendo gozar desta mercê antes de verificar-se a renovação do beneficio.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio Rio de Janeiro, em treze de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 15 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto Aguiar.*



DECRETO N. 1873 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1870.

Approva a pensão concedida ao Padre Francisco Muniz de Mello, vigário collado da Freguezia de Jesus Maria José do Pé do Banco, da Provincia de Sergipe.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Fica approvada a pensão de 600\$ annuaes, correspondente á congrua que percebe, concedida por Decreto de 27 de Julho de 1870, ao Padre Francisco Muniz de Mello, vigário collado da Freguezia de Jesus Maria José do Pé do Banco, na Provincia de Sergipe, não podendo, porém, gozar desta mercê antes de verificar-se a resignação do beneficio cujas obrigações não pôde preencher.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em treze de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 15 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1874 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1870.

Approva as pensões concedidas ao soldado do 29.º corpo de voluntarios da patria Joaquim José da Costa, e a outros.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Ficão approvadas as seguintes pensões concedidas por Decreto de 18 de Maio de 1870:

§ 1.º Pensões diarias: de 400 réis aos soldados, do 29.º corpo de voluntarios da patria Joaquim José da Costa, do 33.º Benedicto Custodio Bruno, do 46.º Manoel Cyrino de Barros, do 7.º batalhão de infantaria Laurindo Ferreira dos Santos; de 500 réis aos Cabos de Esquadra, do 47.º corpo de voluntarios da patria Thomaz de Aquino Sanches, do 53.º Félismino Antonio Ribeiro de Toledo, do 16.º batalhão de infantaria Joaquim José de Brito, e ao forriel do 4.º batalhão de infantaria Sancho Rodrigues Pereira Pinto, todos inutilizados em combate.

§ 2.º Pensões mensaes: de 21\$000, repartidamente, a D. Maria Leonilia de Miranda Chaves, D. Jesuina Adelaide de Miranda Chaves, D. Rosa Candida de Miranda Chaves, D. Umbelina Henriqueta de Miranda Chaves, filhas legitimas do Tenente de commissão Deolivano José de Miranda Chaves, fallecido em consequencia de ferimentos recebidos em combate; de 30\$000 a D. Thomazia Maria de Souza Gadelha, mãe do Capitão do 40.º corpo de voluntarios da patria Manoel Cyrillo de Souza Gadelha, fallecido em consequencia de ferimentos recebidos em combate; e de 36\$000 ao Alferes do 49.º corpo de voluntarios da patria Luiz Alves Dantas de Amorim, invalido por ferimentos recebidos em combate.

Art. 2.º Todas estas pensões serão pagas da data dos mesmos decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em treze de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 13 de Outubro de 1870. — *José da Cunha Barbosa*. — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Outubro de 1870. — *Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1875 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1870.

Declara que a pensão concedida ao soldado do 16.º corpo provisorio de cavallaria da guarda nacional da Provincia do Rio Grande do Sul Guilherme Luiz de Quevedo, por Decreto de 27 de Novembro de 1869, deve entender-se concedida a Guilherme Rodrigues de Quevedo, e eleva outra pensão.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º A pensão de 400 réis diarios, concedida por Decreto de 27 de Novembro de 1869 ao soldado do 16.º corpo provisorio de cavallaria da guarda nacional da Provincia do Rio Grande do Sul Guilherme Luiz de Quevedo, deve entender-se como concedida ao soldado do mesmo batalhão Guilherme Rodrigues de Quevedo, conforme declara o Decreto de 6 de Julho de 1870, devendo esta pensão ser paga da data do primeiro decreto.

Art. 2.º A pensão de 400 réis diarios, concedida por Decreto de 29 de Dezembro de 1869 ao soldado do 39.º corpo de voluntarios da patria Miguel José Francisco, fica elevada a 500 réis tambem diarios, em razão de ser elle Cabo de Esquadra do mesmo batalhão, conforme declara o Decreto de 6 de Julho de 1870, devendo esta pensão ser paga da data do primeiro decreto.

Art. 3.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio

do Rio de Janeiro, em treze de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 15 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 17 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1876—DE 14 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo a mandar admittir á matricula do terceiro anno da Escola Central o estudante Dionysio da Costa e Silva.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assemblêa Geral :

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar admittir á matricula do terceiro anno da Escola Central ao estudante Dionysio da Costa e Silva, não lhe sendo permittido o respectivo exame se não se mostrar habilitado em physica.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Frederico Caldwell, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quatorze de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Frederico Caldwell.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 14 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*

Foi publicada nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em 18 de Outubro de 1870.—*Mariano Carlos de Souza Corrêa.*

DECRETO N. 1877 — DE 14 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo a conceder seis mezes de licença com todos os vencimentos, ao Major reformado do exercito, Bacharel Antonio José Fausto Garriga.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assemblêa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para conceder seis mezes de licença, com todos os seus vencimentos, ao Bacharel Antonio José Fausto Garriga, Major reformado do Exercito e Secretario da Escola Central.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Frederico Caldwell, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quatorze de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Frederico Caldwell.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

—Transitou em 14 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*

Foi publicada nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em 18 de Outubro de 1870.—*Mariano Carlos de Souza Corrêa.*

DECRETO N. 1878 — DE 14 DE OUTUBRO DE 1870.

Revoga o art. 3.º do Decreto n.º 1591 de 30 de Junho de 1869.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral :

Artigo unico. E' revogado o art. 3.º do Decreto n.º 1591 de 30 de Junho de 1869.

João Frederico Caldwell, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado interino dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quatorze de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Frederico Caldwell.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 14 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*

Foi publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, em 18 de Outubro de 1870.—*Mariano Carlos de Souza Corrêa.*



DECRETO N. 1879 — DE 14 DE OUTUBRO DE 1870.

Approva o Decreto que concede privilegio aos Engenheiros Paulo José de Oliveira e Joaquim Pires Carneiro Monteiro para a introdução em diversas Provincias das machinas e vehiculos de invenção do Engenheiro R. W. Thomson.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º E' approvedo o Decreto n.º 4580 de 24 de Agosto de 1869, que concede privilegio por quinze annos aos Engenheiros Paulo José de Oliveira e Joaquim Pires Carneiro Monteiro para introdução e uso nas Provincias

de Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará das machinas de vapor e vehiculos de transporte de invenção do Engenheiro R. W. Thomson.

Art. 2.º O Governo é autorizado para conceder isenção de direitos sobre todo o material rodante e fixo, inclusive o das estações e officinas, necessario a essa empreza; determinando previamente a quantidade e qualidade do mesmo material.

Art. 3.º São revogadas as disposições em contrario.

Jeronymo José Teixeira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quatorze de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadregésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Jeronymo José Teixeira Junior.

Chancellaria-mór do Imperio. — *Barão das Três Barras.*

Transitou em 17 de Outubro de 1870. — *José da Cunha Barbosa.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 19 de Outubro de 1870. — O Director Geral *José Agostinho Moreira Guimarães.*



DECRETO N. 1889 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para conceder a Antonio Ferreira Ramos e Bernardino José Coelho, ou a quem mais vantagens offercer, privilegio para construcção de diques fluctuantes e planos inclinados na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º E' o Governo autorizado para conceder a Antonio Ferreira Ramos e Bernardino José Coelho, ou

a quem mais vantagens offerecer, privilegio exclusivo até trinta annos, a fim de construirem diques fluctuantes e planos inclinados na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

Jeronymo José Teixeira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quatorze de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Jeronymo José Teixeira Junior.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 17 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em 19 de Outubro de 1870.—O Director Geral *José Agostinho Moreira Guimarães.*



DECRETO N. 1881—DE 17 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar considerar válidos na Faculdade de Medicina da Córte os exames preparatorios de francez e inglez feitos pelo alumno João Baptista Barbosa Guimarães na Faculdade de Direito de S. Paulo.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar que sejam válidos na Faculdade de Medicina da Córte os exames preparatorios de francez e inglez feitos pelo alumno João Baptista Barbosa Guimarães na Faculdade de Direito de S. Paulo.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, de Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezasete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 19 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 20 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1832 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar considerar válido na Faculdade de Medicina da Córte o exame de inglez feito pelo alumno Luiz Pereira dos Santos na Escola de Marinha.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para mandar admitir na Faculdade de Medicina da Córte o exame de inglez feito pelo alumno Luiz Pereira dos Santos na Escola de Marinha.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezasete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mó do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 19 de Outubro de 1870.— *José da Cunha Barbosa*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 20 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar*.

—♦♦♦—
DECRETO N. 1883—DE 17 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame vago das materias exigidas para o curso de pharmacia o ajudante pharmaceutico da Imperial Fabrica da Polvora da Estrella Agostinho Dias dos Santos Collares.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar admittir a exame vago das materias exigidas para o curso de pharmacia, depois de prestados os necessarios exames preparatorios, e para o fim de obter o titulo respectivo, o ajudante pharmaceutico da Imperial Fabrica da Polvora da Estrella Agostinho Dias dos Santos Collares.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezasete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

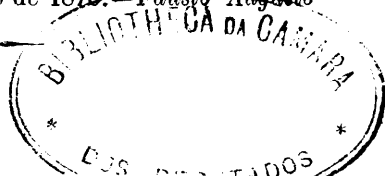
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras*.

Transitou em 19 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 20 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar*.



DECRETO N. 1884 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar admittir o alumno Cesario Nazianzeno de Azevedo Motta Magalhães a exame de anatomia.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar o alumno Cesario Nazianzeno de Azevedo Motta Magalhães, já approvado no 1.º anno pharmaceutico, fazer exame de anatomia, que frequenta no corrente anno como ouvinte, depois de mostrar-se habilitado nos preparatorios exigidos para o curso medico.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezasete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Afredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 19 de Outubro de 1870. — *José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 20 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1885 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar considerar válidos em qualquer dos cursos pharmaceuticos do Imperio os exames preparatorios feitos pelo alumno Henrique das Mercês Jansen na Faculdade de Direito do Recife.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para mandar admittir, em qualquer curso de pharmacia do Imperio, os exames preparatorios feitos pelo alumno Henrique das Mercês Jansen na Faculdade de Direito do Recife.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezasete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 19 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 20 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1886 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar admittir á matricula do 3.º anno do curso medico da Faculdade do Rio de Janeiro o alumno do 2.º anno pharmaceutico da mesma Faculdade Antonio José de Faria Filho.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral :

Art. 1.º O Governo fica autorizado para mandar admittir á matricula do 3.º anno do curso medico da Faculdade do Rio de Janeiro o alumno do 2.º anno pharmaceutico da mesma Faculdade Antonio José de Faria Filho, depois de feito o exame vago de anatomia descriptiva, e dispensando-se-lhe o lapso de tempo para os exames que o houverem excedido.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezasete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 19 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 20 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1887 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade de Medicina da Côrte o alumno Martinho Alvares da Silva.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Côrte o alumno Martinho Alvares da Silva, não podendo o mesmo ser admittido a exame das materias do anno lectivo sem mostrar-se habilitado no exame de geometria.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em dezasete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 19 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

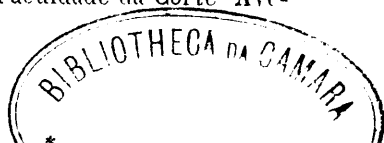
Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 20 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1888 -- DE 17 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar que o alumno do 1.º anno medico da Faculdade da Côrte Avelino Pereira de Freitas seja dispensado de fazer exame de physica e de chimica.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar que o alumno do 1.º anno medico da Faculdade da Côrte Ave-



lino Pereira de Freitas seja dispensado de fazer exame de physica e de chimica, em que já foi approvedo como alumno de pharmacia na mesma Faculdade.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezasete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 19 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 20 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1889 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar considerar válidos na Faculdade de Medicina da Córte os exames preparatorios feitos na Escola Central pelo alumno Polydoro Olavo de S. Thiago.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar que sejam válidos na Faculdade de Medicina da Córte os exames preparatorios feitos na Escola Central pelo alumno Polydoro Olavo de S. Thiago.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio

do Rio de Janeiro, em dezasete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 19 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 20 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1890 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar admittir a exame do 1.º anno do curso medico, de que é ouvinte, o estudante do curso pharmaceutico Pedro de Azevedo e Souza Netto.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar admittir a exame do 1.º anno do curso medico, de que é ouvinte, o estudante do mesmo anno de pharmacia Pedro de Azevedo e Souza Netto, depois de approvado em latim, unico preparatorio que lhe falta, e de pagas as taxas legaes.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezasete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 19 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 20 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1891—DE 17 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade da Córte o alumno do 1.º anno pharmaceutico Francisco dos Santos Corrêa.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral :

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar desde já matricular no 1.º anno do curso medico da Córte o alumno do 1.º anno pharmaceutico Francisco dos Santos Corrêa, o qual não poderá ser admittido a exame do anno lectivo sem mostrar-se habilitado em algebra.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em dezasete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 19 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 20 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1892 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar admitir á matricula na Academia das Bellas Artes o alumno ouvinte Sebastião Mendes de Souza.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar admitir á matricula na Academia das Bellas Artes o ouvinte Sebastião Mendes de Souza, depois de pagas as taxas legais.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em dezasete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 19 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 20 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1893 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade de Medicina da Côrte o alumno Luiz Pereira dos Santos.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º E' o Governo autorizado para mandar desde já matricular no 1.º anno medico da Faculdade do Rio de

Janeiro o alumno Luiz Pereira dos Santos, o qual não poderá ser admittido a exame das materias do anno lectivo sem mostrar-se primeiro habilitado no exame de algebra e geometria.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezasete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 19 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 20 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1894—DE 17 DE OUTUBRO DE 1870.

Approva a pensão concedida a D. Marinha Antonia de Oliveira e Souza.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral :

Art. 1.º E' approvada a pensão de 30\$000 mensaes, sem prejuizo do meio soldo que possa competir, concedida por Decreto de 10 de Agosto de 1870, a D. Marinha Antonia de Oliveira e Souza, viuva do Capitão do 6.º batalhão de infantaria Joaquim Rodrigues de Souza, morto em combate.

Art. 2.º Esta pensão será paga da data do respectivo decreto.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezasete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 19 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 20 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1893 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1870.

Approva a elevação da pensão concedida a D. Maria Francisca da Silva Gomes.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Fica approvada a pensão de 60\$000 mensaes a que foi elevada por Decreto de 17 de Agosto de 1870, a pensão de 30\$000, concedida por Decreto de 4 de Maio de 1866, e approvada pelo Decreto Legislativo n.º 1528 de 10 de Agosto do mesmo anno, a D. Maria Francisca da Silva Gomes, viuva do Capitão do 10.º corpo de voluntarios da patria Ireneu Gentil Gomes.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde 4 de Maio de 1866.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio

do Rio de Janeiro, em dezasete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independência e do Imperio.

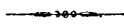
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 19 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 20 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1896 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1870.

Approva a pensão concedida ao Capitão honorario do exercito Angelo Carlos de Abreu.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º E' approvada a pensão de 60\$000 mensaes concedida por Decreto de 14 de Setembro de 1870 ao Capitão honorario do exercito Angelo Carlos de Abreu.

Art. 2.º Esta pensão será paga da data do respectivo Decreto.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezasete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independência e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 19 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 20 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1897 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1870.

Approva a declaração exarada no Decreto de 23 de Maio de 1866.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Fica approvada a declaração exarada no Decreto de 23 de Maio de 1866, de que as pensões concedidas aos individuos constantes da relação que o acompaña, o forão sem prejuizo do direito ao meio soldo.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezasete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 19 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 20 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar*.

Decreto a que se refere o anterior.

Tendo em consideração que nas concessões de pensões às viúvas, mães, irmãs, filhos menores e filhas dos militares, que na actual guerra do Sul têm fallecido em

campanha, ou em consequencia de molestias adquiridas na mesma campanha, ha dominado sempre o pensamento de ficar salvo o direito ao meio soldo ou monte-pio nos casos em que estes tem cabimento: Hei por bem declarar que devem ser entendidas sem prejuizo deste meio soldo ou monte-pio, nos casos referidos, as concessões constantes da relação junta assignada pelo Marquez de Olinda, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio; ficando esta declaração, porém, dependente de approvação da Assembléa geral legislativa.

Palacio do Rio de Janeiro, em vinte cinco de Maio de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Marquez de Olinda.

Relação a que se refere o decreto de 25 de Maio de 1866, das pensões concedidas sem a declaração de ficar salvo o direito ao meio soldo, ás pessoas mencionadas no mesmo decreto.

D. Rita de Campos Maciel, mãe do tenente Antonio João Ribeiro, morto no ataque da colonia dos Dourados, na provincia de Mato Grosso. — Decreto de 10 de Janeiro de 1866, pensão de 504\$ annuaes.

D. Francisca Thomazia de Andrade Maia, mãe do tenente Feliciano Ignacio de Andrade Maia, morto no combate naval do Riachuelo, havendo sobrevivencia da metade da pensão para as filhas da agraciada, D. Jacintha Maria de Andrade Maia, D. Josephina Carolina de Andrade Maia e D. Carlota Candida de Andrade Maia. — Idem de 10 de Janeiro de 1866, idem de 504\$ annuaes.

D. Virginia Zenando Ferreira, viuva do Capitão do 9.º batalhão de infantaria Pedro Affonso Ferreira, morto no combate naval do Riachuelo. — Idem de 10 de Janeiro de 1866, idem de 720\$ annuaes.

D. Murellinda Clara de Mello Carvalho, viuva do 1.º Tenente da armada Alvaro Augusto de Carvalho, morto

em consequencia de ferimentos recebidos em combate.—Idem de 13 de Janeiro de 1866, idem de 720\$ annuaes.

D. Antonia Maria dos Santos Garrocho, mãe do Tenente do 11.º batalhão de infantaria Fernando Martins Garrocho, fallecido em campanha.—Idem de 10 de Fevereiro de 1866, idem de 504\$ annuaes.

D. Maria do Carmo Ferreira, mãe do Capitão-Tenente Bonifacio Joaquim de Santa Anna, morto em consequencia de ferimentos que recebêra na passagem da bateria de Mercedes, havendo sobrevivencia da metade da pensão para a filha da agraciada, D. Escolastica Maria da Conceição.—Idem de 10 de Fevereiro de 1866, idem de 84\$ mensaes.

D. Maria Deolinda de Carvalho Montaury, viuva do 1.º Tenente da armada João Baptista de Oliveira Montaury, morto em consequencia de molestia adquirida em campanha.—Idem de 10 de Fevereiro de 1866, idem de 720\$ annuaes.

D. Cordulina Alves Ferreira, viuva do Cirurgião-mór de brigada Dr. José Sergio Ferreira, morto em campanha.—Idem de 17 de Fevereiro de 1866, idem de 84\$ mensaes.

D. Delmira do Amor Divino Pinto, viuva do Alferes do 5.º batalhão de infantaria Antonio Gregorio Pinto, fallecido em campanha.—Idem de 17 de Fevereiro de 1866, idem de 36\$ mensaes.

D. Gertrudes Maria de Mello e D. Maria Angelica de Mello, filhas do Brigadeiro Antonio Manoel de Mello, morto em consequencia de molestias adquiridas em campanha.—Idem de 20 de Abril de 1866, idem de 600\$ annuaes a cada uma.

D. Anna Thereza de Vassimon, D. Francisca de Vassimon e D. Guilhermina de Vassimon, mãe e irmãos do 1.º Tenente da armada Francisco Antonio Vassimon, morto em combate.—Idem de 4 de Maio de 1866, idem de 720\$ annuaes; repartidamente.

Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Maio de 1866. —
Marquez de Olinda.

DECRETO N. 1898 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1870.

Approva a pensão concedida a D. Gertrudes de Jesus Pontes.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Fica approvada a pensão concedida por Decreto de 8 de Junho de 1870, de 18\$000 mensaes, sem prejuizo do meio soldo que lhe competir, a D. Gertrudes de Jesus Pontes, mãe do Alferes do 25.º corpo de voluntarios da patria João Honorio Pontes, morto em combate.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data da sua concessão.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em dezasete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 19 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 20 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

DECRETO N. 1899 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1870.

Approva as pensões concedidas ao 2.º sargento Joaquim Vieira de Almeida, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º São approvadas as seguintes pensões diarias concedidas por Decreto de 31 de Agosto de 1870, a saber: de 600 réis ao 2.º Sargento do 23.º corpo de voluntarios da patria Joaquim Vieira de Almeida; de 500 réis ao Cabo de Esquadra do 24.º corpo de cavallaria da guarda nacional do Rio Grande do Sul João Bernardino da Silva, aos Anspeçadas, do 23.º corpo de voluntarios da patria, Estevão Candido da Silva, do 1.º batalhão de infantaria João Manoel de Carvalho; de 400 réis aos soldados do corpo policial do Rio Grande do Sul Hilario Pereira Fraga, do 31.º corpo de voluntarios da patria Thadeu Manoel Gomes dos Santos, do 36.º dito José Joaquim da Costa, do 40.º corpo de voluntarios da patria Narciso Antonio dos Santos, do 13.º batalhão de infantaria Manoel Antonio Rodrigues, todos invalidados em combate.

Art. 2.º Estas pensões serão pagas da data dos respectivos decretos.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezasete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

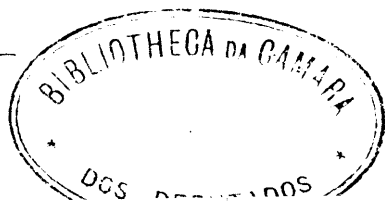
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 19 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 20 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1999 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o governo para conceder carta de naturalisação de cidadão brasileiro ao subdito portuguez Jacintho Theodoro Pessoa e a outros estrangeiros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º E' o Governo autorizado para conceder carta de naturalisação de cidadão brasileiro:

§ 1.º Aos subditos portuguezes Jacintho Theodoro Pessoa, Francisco Ribeiro Silva, Amaro Pinto da Silva, Manoel Martins de Freitas, João Fernandes Loureiro, piloto do brigue nacional *Henrique*, todos de profissão marítima; José Joaquim Rodrigues, Joaquim Pinto Rosas, João Muniz Bittencourt, Antonio Augusto Pereira, Joaquim Vieira Borges e Manoel Rodrigues de Medeiros, residentes no Brasil; Eduardo Joaquim Corrêa de Brito, residente na Província do Amazonas, Sebastião Joaquim Barbosa, residente na Província do Maranhão, João Duarte Franco, residente na Província do Ceará, padre Manoel da Silva Cid, coadjutor da freguezia de Nossa Senhora do Rosario de Goyana, na Província de Pernambuco, Francisco de Oliveira Travassos, residente na villa do Brejo da Madre de Deus, na mesma Província, Joaquim Antonio da Silva Lima, Francisco de Magalhães Menezes, Manoel Cardoso da Silva Corambá, residente na Província de Sergipe, Antonio Gonçalves Barreiros, José Gonçalves Barreiros, Lucio Pinto Marques, José Pereira Heinrik Malter, residentes na Província da Bahia, Balthazar José Pinheiro, residente na cidade de Santo Amaro na mesma Província, João Pereira de Souza Guimarães, Manoel Vicente Ferreira de Sá, residentes no município da Parahyba do Sul, Província do Rio de Janeiro, Manoel Vicente Ferreira de Sá, residente na freguezia da Bemposta, Felisberto de Barros Nascentes, residente no município de S. Fidelis, João Francisco, Rufino Rodrigues, Antonio de Gouvêa Leite, residentes em Macahé; Florencio Alves de Souza, residente em Saquarema; Antonio Cardoso de Siqueira, fazendeiro no município de Capivary; Antonio Rodrigues Louro, residente em S. João da Barra, e Luiz Teixeira de Mattos, todos da Província do Rio de Janeiro; José Gonçalves de Lima, João Ventura Rodrigues, João Fernandes de Mattos Lima, José Lopes da Motta, José Marques Ne-

ves, Antonio José Vieira, Manoel José Teixeira, João José Corrêa, Manoel Franco de Santa Anna, Antonio Martins da Silva Pinto, Joaquim Borges Linhares Pereira, João Madeira da Fonseca, machinista de 1.^a classe da armada nacional; João Gomes de Paiva, machinista extranumerario de 3.^a classe; Manoel Thomaz Moreira do Couto, Joaquim Gomes Vinha, Florencio de Almeida, João Maria Rodrigues, machinista de 3.^a classe da mesma armada, residentes nesta Córte; Augusto Cesar da Silva, residente em Taubaté, Provincia de S. Paulo; padre Antonio Bento Barbosa, José Fernandes dos Santos Braga, residentes na mesma Provincia; Lino de Souza Ferreira, residente na cidade de Castro, Provincia do Paraná; João Rodrigues dos Santos, padre Ignacio José da Costa, Antonio Lopes Branco, Domingos José de Oliveira Guimarães, Manoel José da Costa, Francisco Monteiro Bento, Theodosio Domingues Fanguino, João Nepomuceno, residentes na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul; Antonio Mendes Baptista, Heitor Placido Fernandes, Domingos Alves Ferreira, residentes na cidade da Diamantina; Antonio da Silva Bernardes, José da Silva Abranches, residentes em S. Caetano do Chopotó; João Ribeiro Mendes, José Cardoso Leal, residentes no municipio do Presidio; Basilio José de Santa Anna Rattes, residente em S. Paulo de Muriahê, todos na Provincia de Minas Geraes; Julio Cesar Ramos, João de Almeida Albuquerque Castro, residentes na mesma Provincia; Luiz Monteiro de Aguiar, constructor residente na cidade de Cuiabá, Provincia de Mato Grosso.

§ 2.^o Aos subditos de outras nações:

Jorge Nacouz, natural de Alepo, actual vice-consul do Brasil no Egypto, José Nicolão Debbané, natural de Damietta, empregado no consulado geral do Brasil, no mesmo paiz, Etienne Savie, subdito austriaco; aos Norte-Americanos Joseph Lyons Mc. Gee, residente na Provincia do Pará, James Southey, machinista extranumerario de 2.^a classe da armada nacional; ao cidadão hanoveriano Adolfo Henrique Muller, residente na Provincia do Pará, aos subditos francezes padre Jean Baptiste Roger Felon, residente na capital da Provincia do Maranhão, João Morat, residente na Provincia de Santa Catharina; ao subdito inglez John Robertson, residente na capital da Provincia do Piahy; aos subditos italianos João Firpo, residente na Provincia do Rio Grande do Norte, Eduardo Gabrielli, residente na Provincia do Espirito Santo, Braz Antonio de Oliveira, residente na Provincia de S. Paulo, padre Nicolão Car-

Iucci, Antonio Fortunato, residentes na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, padre Domingos Stabile, residente em S. José do Rio Preto, municipio do Juiz de Fora, Provincia de Minas Geraes, Carlos Pimete, na cidade de Diamantina da mesma Provincia, padre Braz Nicolão Ligorio, vigario da freguezia de Santa Rita, da Ibitipoca, municipio de Barbacena, na mesma Provincia; aos subditos allemães David Moretzsohn, residente em Ouro Preto, na mesma Provincia, Francisco José Bokel, residente na Provincia da Bahia, Gustavo Greimer, residente na cidade de Porto Alegre, Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul; ao subdito hespanhol José Ribeiro, residente nesta Côrte e a Marcos Risch, natural do reino da Hungria, residente na cidade de Cuiabá, Provincia de Matto Grosso.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezasete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 19 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 20 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1901 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o governo para conceder carta de naturalisação a José Lino do Couto Junior, e a outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral :

Art. 1.º E' o Governo autorizado para conceder carta de naturalisação aos subditos portuguezes José Lino do Couto Junior, residente na provincia da Parahyba do Norte; Francisco Pereira Coelho, residente no Rio Grande do Sul; Bernardino José de Brito, Manoel Martins de Freitas, Francisco Esteves de Paiva, João de Oliveira, Francisco Antonio, José Martins Piedade, João Fernandes de Mattos Lima, Antonio José Lourenço, Francisco José Ferreira Maciel, Augusto José Vieira; ao Oriental Leopoldino Wick, residentes no Rio de Janeiro e ao Italiano padre Decio Augusto Chefalo, residente em S. Paulo.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezasete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 19 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 20 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1902 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1870.

Declara que José Maria de Campos Sobrinho, a quem se concedeu a pensão de 600 réis diários, é 1.º Sargento do 52.º corpo de voluntarios da patria.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º A pensão de 600 réis diários, concedida por Decreto de 27 de Novembro de 1869 ao 1.º Sargento do 4.º batalhão de infantaria José Maria de Campos Sobrinho, deve entender-se concedida ao mesmo 1.º Sargento que tinha praça no 52.º corpo de voluntarios da patria, conforme o Decreto de 8 de Junho de 1870.

Art. 2.º Esta pensão será paga da data do Decreto de 27 de Novembro de 1869.

Art. 3.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezasete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadregesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Três Barras.*

Transitou em 19 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 20 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



DECRETO N. 1993 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1870.

Declara que devem entender-se concedidas por Decreto de 3 de Março de 1868, as pensões conferidas ao chefe de divisão Barão da Passagem, e ao Capitão-Tenente Joaquim Antonio Cordovil Maurity.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

Art. 1.º As pensões de 1:200\$ annuaes, concedidas por Decretos de 3 de Maio de 1868, ao Chefe de Divisão Barão da Passagem e ao Capitão-Tenente Joaquim Antonio Cordovil Maurity, e approvadas pelo decreto legislativo n. 1613 de 10 de Julho de 1869, devem entender-se concedidas por Decretos de 3 de Março de 1868.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezasete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 19 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 20 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*



LEI N. 1904 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1870.

Estabelece para Sua Alteza Imperial a Senhora D. Izabel Christina e seu Augusto Esposo, nos termos do respectivo contracto matrimonial, um patrimonio em terras nas Provincias de Santa Catharina e Sergipe.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos e Unanime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos que a Assembléa Geral decretou e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º Fica estabelecido para Sua Alteza Imperial a Senhora D. Izabel Christina e seu Augusto Esposo, nos termos do respectivo contracto matrimonial, um patrimonio em terras, constante de duas porções, cada uma de 49 leguas quadradas, sendo uma na Provincia de Santa Catharina e outra na de Sergipe, ou em qualquer outra Provincia do Imperio, se porventura nesta ultima não houver porção de terras sufficiente; podendo os lotes conter no minimo até 6 leguas quadradas.

Este patrimonio, do qual fará parte o predio comprado para habitação de Suas Altezas, será considerado como proprio nacional, com o destino que lhe é dado, e nos termos do mesmo contracto matrimonial.

E', porém, permittida a venda de metade das terras a colonos que as venhão cultivar, sendo o producto liquido da alienação empregado em apolices da divida publica fundada do Imperio, as quaes, inscriptas como inalienaveis no grande livro, farão parte do patrimonio de Suas Altezas.

Art. 2.º As ditas terras serão medidas e tombadas á custa do Thesouro Nacional; e á custa de Suas Altezas as medições das subdivisões para venda, e neste caso empregado em apolices inalienaveis o producto liquido.

Fica para esse fim concedido ao Governo um credito de 35:000\$000.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario de Estado

dos Negocios do Imperio a faça cumprir, publicar e correr.

Palacio do Rio de Janeiro, em dezasete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Carta pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Howe por bem Sanccionar, estabelecendo para Sua Alteza Imperial a Senhora D. Izabel Christina e seu Augusto Esposo, nos termos do respectivo contracto matrimonial, um patrimonio em terras, como nella se declara.

Para Vossa Magestade Imperial ver.

Luiz Ferreira da Silva Cabral a fez.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 19 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*—Registrada.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 20 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar.*

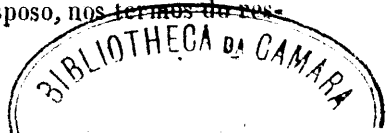


LEI N. 1905 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1870.

Estabelece para Sua Alteza a Sra./D. Leopoldina e seu Augusto Esposo, nos termos do respectivo contracto matrimonial, um patrimonio em terras nas Provincias do Paraná e Espirito Santo.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos que a Assembléa Geral decretou e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º Fica estabelecido para Sua Alteza a Senhora D. Leopoldina e seu Augusto Esposo, nos termos da res-



pectivo contracto matrimonial, um patrimonio em terras, constante de duas porções, cada uma de quarenta e nove leguas quadradas, sendo uma na Provincia do Paraná, e outra na do Espirito Santo.

Este patrimonio, do qual fará parte o predio comprado para habitação de Suas Altezas, será considerado como proprio nacional, com o destino que lhe é dado, e nos termos do mesmo contracto matrimonial.

E', porém, permittida a venda de metade das terras a colonos que as venhão cultivar, sendo o producto liquido da alienação empregado em apolices da divida publica fundada do Imperio, as quaes inscriptas como inalienaveis no grande livro, farão parte do patrimonio de Suas Altezas.

Art. 2.º As ditas terras serão medidas e tombadas á custa do Thesouro Nacional; e á custa de Suas Altezas as medições das subdivisões para a venda, e neste caso empregado em apolices inalienaveis o producto liquido.

Fica para este fim concedido ao Governo o credito de 35:000\$000.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario. Mandamos, portanto, a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios do Imperio a faça cumprir, publicar e correr.

Palacio do Rio de Janeiro, em dezasete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, estabelecendo para Sua Alteza a Senhora D. Leopoldina e seu Augusto Esposo, nos termos do respectivo contracto matrimonial, um patrimonio em terras, como nella se declara.

Para Vossa Vossa Magestade Imperial ver.

Adolpho de Carvalho Mello Mattos a fez.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras.*

Transitou em 19 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa*.—Registrada.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 20 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1906 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para conceder ao Padre Luiz Gonçalves de Aragão, vigario collado da Freguezia de Nossa Senhora de Nazareth da Vigia, na Provincia do Pará, tres annos de licença com o vencimento da respectiva congrua.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral :

Art. 1.º E' o Governo autorizado para conceder ao Padre Luiz Gonçalves de Aragão, vigario collado da Freguezia de Nossa Senhora de Nazareth da Vigia, na Provincia do Pará, tres annos de licença com o vencimento da respectiva congrua, para tratar de sua saude dentro ou fóra do Imperio, devendo, porém, deixar pessoa idonea que o substitua nos deveres parochiaes.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezasete de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Chancellaria-mór do Imperio.—*Barão das Tres Barras*.

Transitou em 19 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, em 20 de Outubro de 1870.—*Fausto Augusto de Aguiar*.

DECRETO N. 1907—DE 18 DE OUTUBRO DE 1870.

Autoriza o Governo para conceder a D. Maria Izabel Fernandes da Silva o montepio, que competiria a sua mãe.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assemblêa Geral :

Art. 1.º E' o Governo autorizado para conceder a D. Maria Izabel Fernandes da Silva, irmã legítima e menor do finado 1.º Tenente da armada Joaquim Xavier de Oliveira Pimentel, o montepio, que competiria a sua mãe, se não houvesse fallecido antes de o perceber ; devendo, porém, a agraciada satisfazer as condições estabelecidas pelo Decreto Legislativo n.º 1275 de 18 de Maio de 1866, que concedeu igual favor a D. Josepha Carolina da Veiga.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

Luiz Antonio Pereira Franco, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em dezoito de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Luiz Antonio Pereira Franco.

Barão das Tres Barras.

Transitou na chancellaria do Imperio, em 21 de Outubro de 1870.—*José da Cunha Barbosa.*

Foi publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, em 24 de Outubro de 1870.—*Francisco Xavier Bomtempo.*



DECRETO N. 1908 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1870.

Eleva os vencimentos do Official, Amanuenses Thesoureiro-porteiro e dos Continuos do Supremo Tribunal de Justiça.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Ficão elevados os vencimentos, que actualmente percebem o Official e os Amanuenses do Supremo Tribunal de Justiça, assim como o Thesoureiro-porteiro e Continuos do mesmo Tribunal, nos termos constantes da tabella junta.

Paragrapho unico. Desses vencimentos tres quartas partes são percebidas como ordenado e o restante a titulo de gratificação,

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Barão das Tres Barras, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão das Tres Barras.

Tabella, a que se refere o art. 1.º do Decreto desta data que eleva os vencimentos do Official, Amanuenses, Thesoureiro-porteiro e Continuos do Supremo Tribunal de Justiça.

| | |
|---------------------------|------------|
| Official..... | 2:000\$000 |
| Amanuense:..... | 1:500\$000 |
| Thesoureiro-porteiro..... | 1:000\$000 |
| Continuo | 720\$000 |

Palacio do Rio de Janeiro, em 20 de Outubro de 1870.
— *Barão das Tres Barras.*



DECRETO N. 1909 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1870.

Approva a aposentadoria concedida ao Secretário da Relação de Pernambuco, Domingos Affonso Ferreira.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º E' approvada a aposentadoria concedida por Decreto de 25 de Maio de 1870, ao Secretario da Relação de Pernambuco, Domingos Affonso Ferreira, com o ordenado por inteiro.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

O Barão das Tres Barras, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte tres de Outubro de mil oitocentos e setenta, quadragésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão das Tres Barras.



DECRETO N. 1910 — DE 6 DE NOVEMBRO DE 1870.

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença ao Desembargador da relação da Bahia Antonio Gonçalves Martins.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para conceder um anno de licença, com os respectivos vencimentos, ao Desembargador da Relação da Bahia Antonio Gonçalves Martins.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Barão das Tres Barras, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio e Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em seis de Novembro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão das Tres Barras.

DECRETO N. 1911—DE 6 DE NOVEMBRO DE 1870.

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença ao Desembargador da Relação da Bahia, Luiz Antonio Barbosa de Almeida.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral :

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para conceder um anno de licença, com os respectivos vencimentos ao Desembargador da Relação da Bahia, Luiz Antonio Barbosa de Almeida.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Barão das Tres Barras, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio e Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em seis de Novembro de mil oitocentos e setenta, quadragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão das Tres Barras.

DECRETO N. 1912 — DE 6 DE NOVEMBRO DE 1870.

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença ao Desembargador da Relação do Maranhão; Manoel de Cerqueira Pinto.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado para conceder um anno de licença, com os respectivos vencimentos ao Desembargador da Relação do Maranhão, Manoel de Cerqueira Pinto.

Art. 2.ª Ficão revogadas as disposições em contrario.

O Barão das Tres Barras, Conselheiro de Estado, Senador do Imperio e Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em seis de Novembro de mil oitocentos e setenta, quodragesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão das Tres Barras.

